



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento
e Gestão

Indicadores Econômicos do CEARÁ 2015



Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cella de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Francisco de Queiroz Maia Júnior – Secretário

Antônio Sérgio Montenegro Cavalcante – Secretário adjunto

Júlio Cavalcante Neto – Secretário executivo

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos

Organização:

Paulo Araújo Pontes

Autores:

Nicolino Trompieri Neto - Contas Regionais

Ana Cristina Lima Maia – Agronegócio

Comércio Exterior

Witalo de Lima Paiva - Indústria

Alexandre Lira Cavalcante - Análise do Desempenho do Comércio Varejista

Análise da Dinâmica do Emprego Celetista

Paulo Araújo Pontes – Finanças Públicas

José Freire Junior - Comércio Exterior

Daniel Suliano - Mercado de Trabalho (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – PNADC)

Indicadores Econômicos do Ceará 2015

IPECE, 2016 - Fortaleza - CE

Autores: Witalo de Lima Paiva, Nicolino Trompieri Neto.

ISBN: 978-85-98664-24-8

1 - Ceará. 2 - Economia. 3 - Indicadores Econômicos.
4 - Finanças públicas. 5 - Agricultura, indústria e serviços.

Tiragem: 1.000 exemplares. 93 páginas.: grafs. tabs.
Copyright © 2016 - IPECE

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) apresenta a segunda edição do Livro Indicadores Econômicos do Ceará. Esta nova publicação aborda o desempenho da economia cearense entre os anos de 2011 a 2015, ampliando o leque de produtos e a disponibilidade de informações oferecidas à sociedade.

Como na edição anterior, o livro traz uma avaliação de indicadores selecionados para os grandes setores econômicos, Agricultura, Indústria e Serviços, além de análises sobre as contas regionais, o mercado de trabalho, o comércio exterior e as finanças públicas estaduais.

O Livro Indicadores Econômicos do Ceará 2015 permite uma avaliação de curto e médio prazo para economia cearense a partir dos indicadores. Análises detalhadas são realizadas para cada um dos setores e áreas abordadas, respeitando a seguinte ordem: Contas Regionais, Serviços, Indústria, Agronegócio, Comércio Exterior, Mercado de Trabalho, e Finanças Públicas. Por fim, têm-se as considerações finais.

Os dados utilizados são em sua maior parte originários de fontes oficiais, tais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Secretaria de Fazenda Estadual (SEFAZ/CE), dentre outras que serão apresentadas ao longo do texto.

Com mais esta obra, dedicada à sociedade cearense, o IPECE segue sua trajetória contribuindo para uma correta leitura da realidade estadual e para um melhor conhecimento dos avanços conquistados nos últimos anos e dos obstáculos que ainda desafiam o Ceará em sua trajetória de desenvolvimento. Boa leitura!

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto
Diretor Geral do IPECE

Sumário

1	Panorama Econômico Nacional.....	10
2	Contas Regionais	14
2.1	O Produto Interno Bruto	14
2.2	Considerações Finais	20
3	Agronegócio	22
3.1	Produção de Cereais, Leguminosas e Oleaginosas no Nordeste.....	22
3.2	Produção Agrícola	26
3.2.1	Produção de Milho	27
3.2.2	Produção de Feijão	29
3.2.3	Produção de Arroz	29
3.2.4	Produção de Frutas	30
3.2.5	Outras Culturas	31
3.3	Produção Pecuária.....	32
3.4	Considerações Finais	33
4	Indústria	34
4.1	Indústria Geral e seus Segmentos	34
4.2	Indústria de Transformação	38
4.3	Considerações Finais	43
5	Análise do Desempenho do Comércio Varejista.....	45
5.1	Varejo Comum.....	45
5.2	Varejo Ampliado.....	47
5.3	. Análise do Comércio Varejista no Contexto Nacional	48
5.4	. Análise do Comércio Varejista por Atividades	50
5.5	. Considerações Finais	51
6	Comércio Exterior	53
6.1	Balança Comercial	53
6.2	Exportações por Produtos	55
6.3	Exportações por Países de Destino	56
6.4	Exportações por Fator Agregado	57
6.5	Exportações por Setores de Contas Nacionais.....	57
6.6	Importações por Produtos	58
6.7	Importações por Países de Origens	59
6.8	Importações por Fator Agregado	59

6.9	Importações por Setores de Contas Nacionais.....	60
7	Mercado de Trabalho (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – PNADC).....	62
7.1	Mercado de Trabalho e Contabilidade do Crescimento.....	62
7.2	Demografia e Mercado de Trabalho	64
7.3	Mercado de Trabalho e Crescimento Potencial	65
7.4	Mercado de Trabalho e Dinâmica Ocupacional.....	66
7.5	O Desemprego	67
7.6	Considerações Finais	69
7.7	Apêndice – Panorama Geral da PNADC.....	71
8	Análise da Dinâmica do Emprego Celetista.....	73
8.1	Análise dos Empregos Celetistas no Contexto Nacional.....	75
8.2	Análise dos Empregos Celetistas por Atividades	76
8.3	Análise dos Empregos Celetistas por Municípios	77
8.4	Considerações Finais	78
9	Finanças Públicas	80
9.1	Introdução	80
9.2	Receitas Orçamentárias.....	80
9.3	Despesas Orçamentárias	83
9.4	Indicadores da LRF.....	87
9.5	Considerações Finais	88
10	Notas Conclusivas	90
11	Bibliografia.....	91

Índice de Figuras

Figura 1.1: Taxa de crescimento (%) do Produto Interno Bruto (PIB) Brasil, 2011-2015.	10
Figura 1.2: Resultados Primários do Governo Central do Brasil (% PIB).....	11
Figura 1.3: Índice de Confiança do Consumidor e dos Empresários Industriais	12
Figura 1.4: Taxa de juros - Selic acumulada no mês anualizada base 252 (% a.a.).....	13
Figura 1.5: Inflação Anual pelo IPCA (% a.a.)	13
Figura 2.1– Evolução da taxa de crescimento (%) do Produto Interno Bruto (PIB) Ceará x Brasil, 2011-2015.	15
Figura 2.2– Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) – Milhões R\$, Ceará e Brasil, 2011-2015.....	15
Figura 2.3 – Relação entre o PIB Ceará x Brasil (%), 2011-2015.	16
Figura 2.4 – Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) per capita (R\$), Ceará e Brasil, 2011-2015.....	16
Figura 2.5– Relação entre o PIB per capita Ceará x Brasil, 2011-2015.....	17
Figura 2.6 – Participação (%) dos valores adicionados dos setores no valor adicionado total.	18
Figura 3.1: Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas no Nordeste - 2011 a 2015*.....	23
Figura 3.2: Participação (%) da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas - Nordeste - 2011 a 2015	24
Figura 3.3: Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas - Ceará - 2011 a 2015 (Ton.)	24
Figura 3.4: Variações (%) da Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas – Brasil, Nordeste e Ceará – 2011- 2015	25
Figura 3.5: Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas – Bahia, Maranhão e Piauí – 2011- 2015.....	26
Figura 3.6: Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas nos estados do Nordeste – 2011 a 2015	26
Figura 3.7: Volume de chuvas ocorridas no Ceará – 2011 a 2015.....	27
Figura 3.8: Produção e rendimento médio do milho - Ceará - 2011 a 2015	27
Figura 3.9 Produção e rendimento médio de Feijão – Ceará - 2011 a 2015	29
Figura 3.10: Produção e rendimento médio de arroz – Ceará - 2011 a 2015	30
Figura 3.11: Valor da produção (mil reais) das principais culturas da fruticultura - Ceará - 2011 a 2015.	31
Figura 3.12: Valor da produção de mandioca, cana-de-açúcar e tomate – Ceará -2011 a 2015.	31
Figura 3.13: Rebanho de bovino e galináceo (em mil unidades) – Ceará - 2011 a 2014.....	32
Figura 3.14: Valor da produção (mil reais) de leite, ovos e mel – Ceará - 2011 a 2015.....	33
Figura 4.1– Valor Adicionado Bruto a preços de mercado (R\$ milhões correntes) – Indústria e Total da Economia – Ceará – 2010 a 2013.....	35
Figura 4.2 – Variação Trimestral (%) da Produção Física Industrial – Ceará – 2013.4 a 2015.4	41
Figura 4.3 – Taxas de Crescimento Anual (%) da Ind. de Transformação – 2003 a 2015 – Ceará.....	41
Figura 4.4 - Taxa de Crescimento Acumulada (%) da Produção Industrial por Atividades Industriais- 2014 e 2015 – Ceará.....	43

Figura 5.1: Variação mensal com ajuste sazonal do volume de vendas do varejo comum – Brasil e Ceará – dezembro/10 a dezembro/15 (%)	45
Figura 6.1: Evolução da Participação das Exportações – CE/NE/BR – 2011 - 2015.....	54
Figura 6.2: Evolução da Participação das Importações – CE/NE/BR – 2011 – 2015.....	55
Figura 6.3: Exportações por Fator Agregado – Ceará – 2011 – 2015	57
Figura 6.4: Exportações por Setores de Contas Nacionais – Ceará – 2011 – 2015.....	58
Figura 6.5: Importações por Fator Agregado – Ceará – 2011 – 2015.....	60
Figura 6.6: Importações por Setores de Contas Nacionais – Ceará – 2011 – 2015.....	61
Figura 7.1: Taxa de Participação da População da Força de Trabalho na População em Idade de Trabalhar – 1º Trim./2012 a 4º Trim./2015 – Brasil, Nordeste e Ceará (%)	65
Figura 7.2: Taxa de Ocupação da População da Força de Trabalho na População em Idade de Trabalhar – 1º Trim./2012 a 4º Trim./2015 – Brasil, Nordeste e Ceará (%)	66
Figura 7.3: Nível de Ocupação da População na População em Idade de Trabalhar – 1º Trim./2012 a 4º Trim./2015 – Brasil, Nordeste e Ceará (%).....	67
Figura 7.4: Nível de Desocupação da População na População em Idade de Trabalhar – 1º Trim./2012 a 4º Trim./2015 – Brasil, Nordeste e Ceará (%).....	67
Figura 7.5: Taxa de Desocupação da Força de Trabalho – 1º Trim./2012 a 4º Trim./2015 – Brasil, Nordeste e Ceará (%)	68
Figura 8.1: Evolução do saldo anual de empregos celetistas – Brasil e Ceará – 2011 a 2015.	73
Figura 8.2: Evolução mensal do saldo de empregos celetistas – Brasil e Ceará – dezembro/10 a dezembro/15.....	74
Figura 8.3: Evolução anual do saldo de empregos celetistas por atividades - Ceará - 2011 a 2015	76
Figura 9.1: Composição das Receitas Correntes do Governo do Estado do Ceará (%).....	82
Figura 9.2: Composição Setorial da Arrecadação de ICMS do Ceará em 2011 e 2015 (%)....	83
Figura 9.3: Despesas Obrigatórias e sua Composição em Relação a Despesa Total (%)	85
Figura 9.4: Despesa de Pessoal em Relação a Despesa Corrente e Rec. Próprias (%)	86
Figura 9.5: Investimentos em Relação a Despesa de Capital e Operações de Crédito (%).....	86
Figura 9.6: Despesa com Pessoal do Poder Executivo do Estado do Ceará (R\$ de Dez/2012)	87
Figura 9.7: Despesas com Pagamento de Juros e Amortizações do Governo do Estado do Ceará (R\$ de Dez/2015)	88
Figura 9.8: Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida do Governo do Estado do Ceará (R\$ de Dez/2015)	88

Índice de Tabelas

Tabela 2.1 – Participação (%) do valor adicionado (VA) da agropecuária e suas atividades no VA total – Ceará - 2011-2014.	18
Tabela 2.2 – Participação (%) do valor adicionado (VA) da indústria e suas atividades no VA total – Ceará - 2011-2014.	19
Tabela 2.3 – Participação (%) do valor adicionado (VA) dos serviços e suas atividades no VA total – Ceará – 2011-2014.	19
Tabela 2.4– Evolução da participação das macrorregiões de planejamento no Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado – Ceará – 2011-2013.....	20
Tabela 3.1: Produção e participação dos dez maiores municípios produtores de milho do Ceará em 2011-2014.....	28
Tabela 4.1– Valor Adicionado Bruto a preços de mercado (R\$ milhões correntes) – Indústria, Segmentos Industriais e Total da Economia – Ceará – 2011 a 2013	35
Tabela 4.2– Participação no Valor Adicionado (%) – Indústria e Segmentos Industriais – Ceará e Brasil - 2010 a 2013	36
Tabela 4.3 – Taxas de Crescimento do Valor Adicionado (%) – Segmentos Industriais – Ceará e Brasil - 2011 a 2015.....	37
Tabela 4.4 – Produção Industrial – Valor Bruto, Participações e Crescimento para Indústria de Transformação – Ceará e Brasil – 2011 e 2014.....	39
Tabela 4.5 - Variação (%) da Produção Física Industrial - Brasil e Estados – Out-Dez/2014 e 2015 e Acumulado do Ano	42
Tabela 5.1: Variação anual do volume de vendas do varejo comum - Brasil e Estados - 2011 a 2015 (%)	49
Tabela 5.2: Variação anual do volume de vendas do varejo ampliado - Brasil e Estados - 2011 a 2015 (%)	50
Tabela 5.3: Variação do volume de vendas do varejo por atividades – Brasil e Ceará – Acumulado do ano – 2011 a 2015 (%)	51
Tabela 6.1: Balança Comercial – CE/NE/BR – 2011 – 2015(*).....	54
Tabela 6.2: Taxa de Crescimento da Balança Comercial – CE/NE/BR – 2011 – 2015.....	54
Tabela 6.3: Principais Produtos Exportados pelo Ceará – 2011 – 2015(*).....	56
Tabela 6.4: Principais Destinos das Exportações do Ceará – 2011 – 2015(*).....	57
Tabela 6.5: Principais produtos Importados pelo Ceará – 2011 – 2015(*).....	59
Tabela 6.6: Principais Origens das Importações do Ceará – 2011 – 2015(*)	59
Tabela 7.1: Evolução da População Total - 1º Trim./2012 a 4º Trim./2015 - Brasil, Nordeste e Ceará (Em milhares).....	63
Tabela 7.2: Evolução de Pessoas de 14 anos ou mais de idade - 1º Trim./2012 a 4º Trim./2015 - Brasil, Nordeste e Ceará (Em milhares).....	63
Tabela 8.1: Evolução do saldo anual de empregos celetistas – Brasil e Estados – 2011 a 2015	75
Tabela 8.2: Evolução do saldo de empregos celetistas por municípios – Ceará – Acumulado do ano – 2011 a 2015 - (ordenado pelos maiores saldos positivos de 2015)	77
Tabela 8.3: Evolução do saldo de empregos celetistas por municípios – Ceará – Acumulado do ano – 2011 a 2015 - (ordenado pelos maiores saldos negativos de 2015).....	78

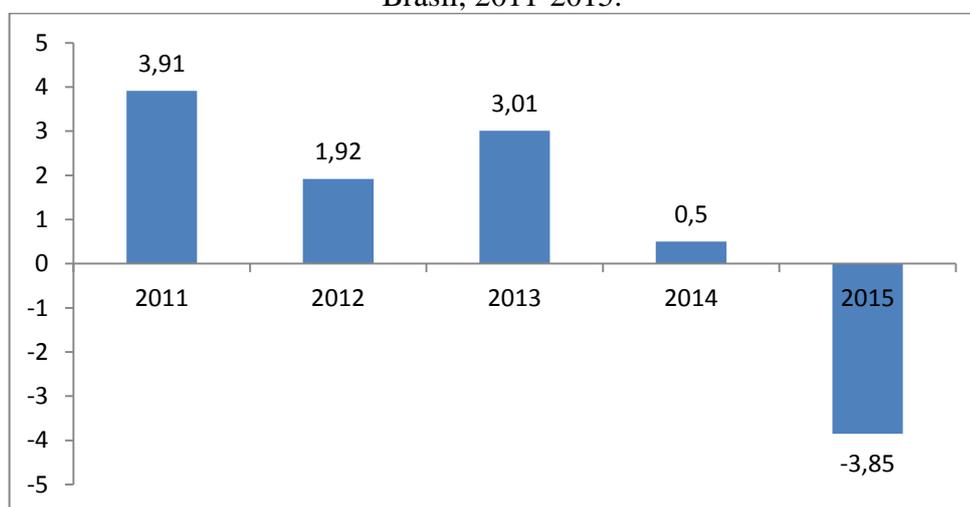
Tabela 9.1: Receitas Orçamentárias do Governo do Estado do Ceará (R\$1.000,00 de Dez/2015)	81
Tabela 9.2: Despesas Orçamentárias do Governo do Estado do Ceará (R\$1.000,00 de Dez/2015)	84

1 Panorama Econômico Nacional

Paulo Araújo Pontes

O início da década de 2010 foi marcado por um período de euforia na economia brasileira, quando o País foi pouco atingido pela crise econômica iniciada em 2008 nos Estados Unidos. crescendo 7,5%, em 2010, segundo dados do IBGE. Nos anos seguintes, como pode ser constatado na Figura 1.1, o PIB brasileiro acumulou um crescimento superior a 9% entre os anos de 2011 e 2013, entretanto verifica-se uma sensível redução do ritmo de crescimento da economia nacional, em 2014, e, no ano seguinte, uma retração de 3,85% na economia nacional.

Figura 1.1: Taxa de crescimento (%) do Produto Interno Bruto (PIB)
Brasil, 2011-2015.



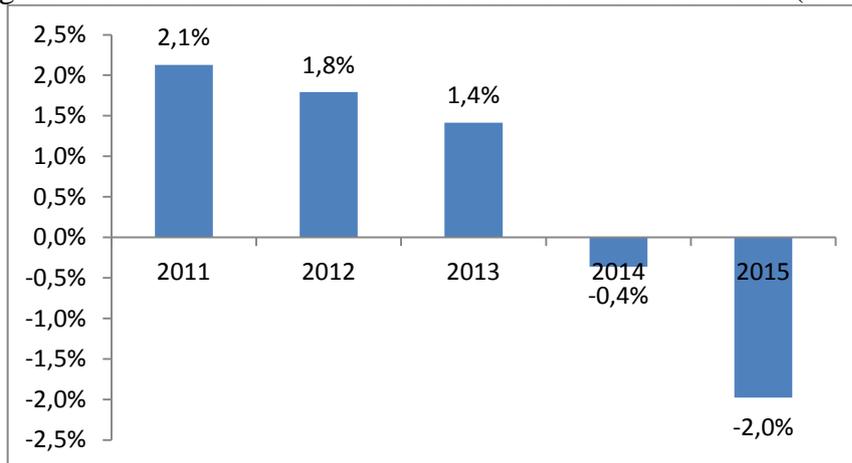
Fonte: IBGE e IPECE.

Nota: Os anos de 2014 e 2015 são dados preliminares e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos.

Essa significativa reversão do comportamento da economia nacional, em um prazo de cinco anos, têm sido explicada por diversos fatores sendo destacados neste trabalho quatro deles, que não são excludentes entre si, podendo, inclusive, um retroalimentar o outro. Os quatro fatores são os seguintes: a deterioração das contas públicas brasileira; a piora das expectativas dos agentes; a elevação da taxa básica de juros pelo Banco Central; e a aceleração da inflação brasileira.

No primeiro dos fatores elencados acima, a deterioração das contas públicas brasileira, deve-se observar que o Governo Federal adotou uma política de expansão de gastos públicos, ao implementar políticas como, por exemplo, o Programa de Aceleração do Crescimento, o Minha Casa Minha Vida e redução de receitas via desonerações tributárias a determinados setores econômicos. Assim, como pode ser observado na Figura 1.2, o resultado primário do Governo Central do Brasil foi reduzido de 2,1%, em 2011, para -2,0%, em 2015, ou seja, saiu de uma situação *superavitária* para outra *deficitária*.

Figura 1.2: Resultados Primários do Governo Central do Brasil (% PIB)



Fonte: STN

Diante desse quadro, torna-se necessário entender o motivo pelo qual a deterioração das contas públicas seria prejudicial ao crescimento econômico. Uma forma simples de explicar essa relação é que *déficits* primários no setor público resultam em elevação da dívida pública e, conseqüentemente, dos juros pagos pela manutenção da dívida pública. Assim, em algum momento no futuro, o Governo terá que elevar a carga tributária para pagar essas obrigações.

Nesse sentido, os agentes econômicos irão ponderar que essa elevação da carga tributária poderá resultar em queda na renda disponível para o consumo e nos lucros das atividades empresariais. Isto é, a elevação do *déficit* pode resultar em deterioração das expectativas dos agentes econômicos, que é o segundo fator elencado anteriormente. Assim na Figura 1.3 são apresentados dois indicadores de confiança, sendo um deles relacionado aos consumidores, o ICC (Índice de Confiança do Consumidor) da Fecomercio-SP¹, e o outro com os empresários industriais, o ICEI² (índice de Confiança do Empresário Industrial) da CNI.

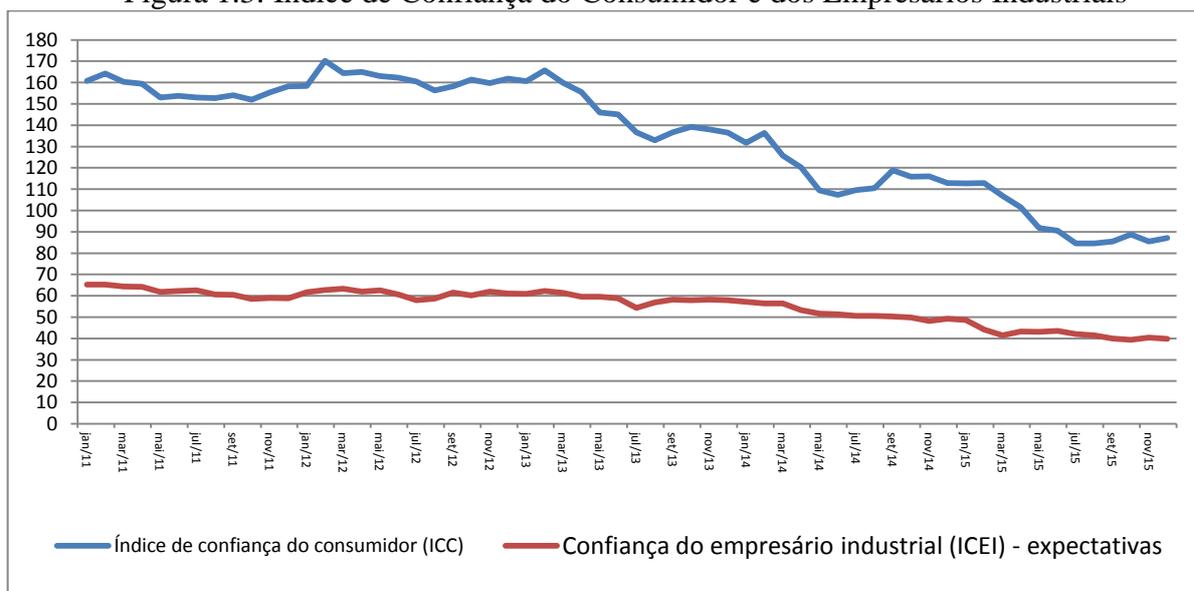
¹ O ICC varia de 0 a 200 e resultados acima de 100 indicam otimismo e abaixo de 100 pessimismo (ver <http://www.fecomercio.com.br/noticia/confianca-do-consumidor-cresce-4-1-em-novembro-e-alcanca-maior-patamar-desde-fevereiro-de-2015-1>)

² O ICEI é calculado pela CNI, resultados acima de 50 indica que as expectativas dos empresários são otimistas para os próximos seis meses e se for abaixo de 50 indicam expectativas pessimistas (ver http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/cni_estatistica_2/2016/11/18/18/IndicedeConfiancadoEmpresarioIndustrial_Novembro2016.pdf)

Como pode ser observado na Figura 1.3, o ICC variou entre 150 e 170 no período compreendido entre janeiro de 2011 e maio de 2013, decrescendo até ficar abaixo de 100, em abril de 2015, ficando em níveis inferiores a 100, até dezembro de 2015. Como pode-se observar os consumidores estavam bastante otimistas no ano de 2011, entretanto, a partir de fevereiro de 2013, esse otimismo passou a decrescer até que, em abril de 2015, as expectativas dos consumidores tornaram-se pessimistas. É interessante observar que o consumidor estando pessimista quanto ao seu futuro estará menos propenso a consumir o que afeta o desempenho da economia.

Quanto ao ICEI é interessante observar que ele possui comportamento similar ao ICC, isto é, os empresários estavam, em 2010, otimistas e, em 2015, pessimistas. A principal diferença entre as expectativas dos empresários e dos consumidores é que, entre julho e dezembro de 2014, as expectativas dos empresários estavam neutras, enquanto os consumidores estavam otimistas. Deve-se ressaltar que os empresários estando pessimistas há a tendência de que sejam adiados projetos de investimentos que ampliem a capacidade produtiva das empresas, contribuindo, conseqüentemente, para um menor crescimento da economia.

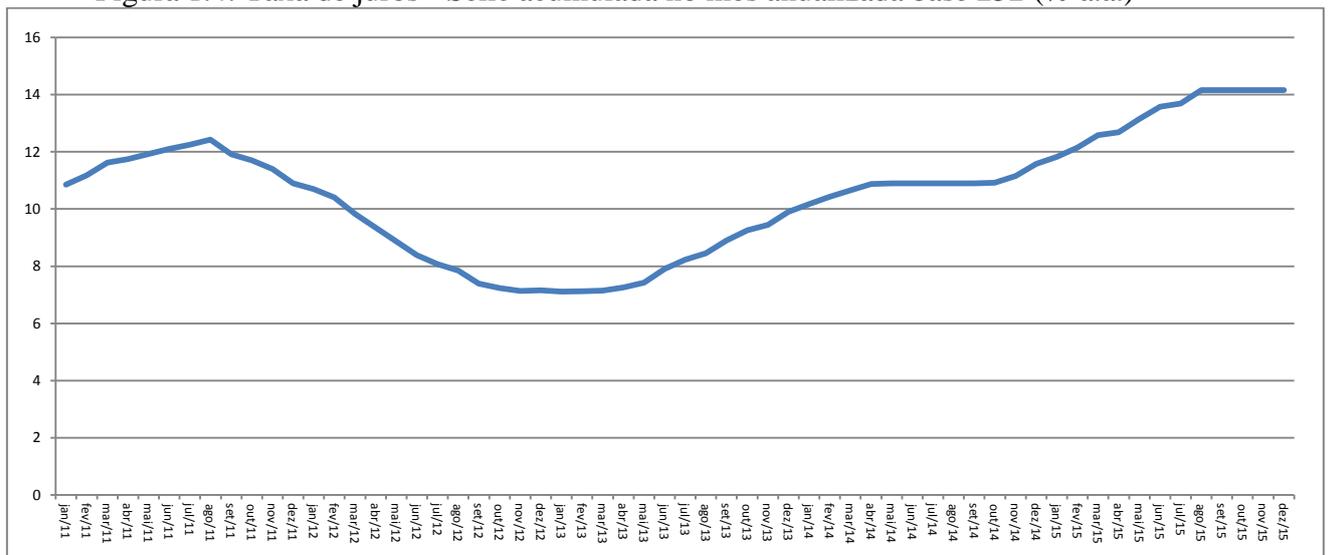
Figura 1.3: Índice de Confiança do Consumidor e dos Empresários Industriais



Fonte: Fecomércio-SP e CNI

O terceiro fator a ser analisado, a taxa de juros Selic anualizada, é apresentado na Figura 1.4, onde se pode observar que no período de agosto de 2011 a novembro de 2012 ela teve comportamento declinante. Entretanto, após março de 2013, ela passou a crescer até atingir seu valor máximo em agosto de 2015. A taxa Selic é considerada como sendo a taxa juros básica do mercado brasileiro, sendo uma referência no mercado, assim, quando ela sobe, considera-se que é mais vantajoso aplicar em títulos públicos indexados a Selic do que em outras formas alternativas. Assim sendo, uma elevação na SELIC pode inibir a execução de investimentos dado o maior custo de captar recursos financeiros no mercado, o que resultaria, mais uma vez, em menor crescimento econômico.

Figura 1.4: Taxa de juros - Selic acumulada no mês anualizada base 252 (% a.a.)

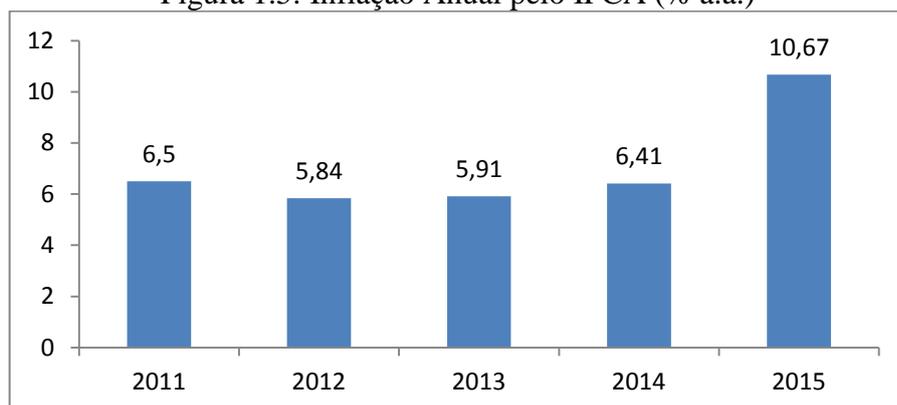


Fonte: BACEN

OBS.: A taxa Selic Anualizada na base 252 dias é ligeiramente menor do que a taxa SELIC definida nas reuniões do Conselho de Política Monetária – COPOM.

O quarto e último fator elencado, a taxa de inflação, influencia negativamente o comportamento da economia se a inflação for muito elevada, ou seja, uma aceleração no crescimento dos níveis de preço inibe decisões de investimentos ou consumo, dada a incerteza dos retornos ou da capacidade de pagamento dos agentes econômicos no futuro. Assim, como pode ser observado na Figura 1.5, a inflação anual, medida pelo IPCA, cresceu de forma contínua entre os anos de 2012 e 2015, o que, pela hipótese assumida anteriormente, pode ter reflexos negativos na atividade econômica.

Figura 1.5: Inflação Anual pelo IPCA (% a.a.)



Fonte: IBGE.

Outra observação pertinente é que o estabelecimento da taxa Selic tem por objetivo deixar a inflação próxima ao centro da meta, que entre os anos de 2011 e 2015 foi de 4,5% a.a.. Portanto a elevação da taxa Selic, anteriormente exposta, foi uma consequência da aceleração inflacionária presenciada no período em análise.

2 Contas Regionais

Nicolino Trompieri Neto

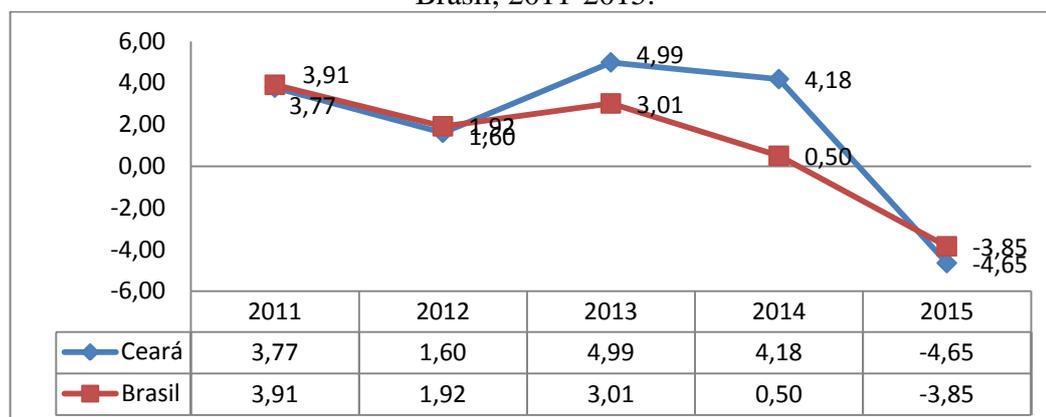
2.1 O Produto Interno Bruto

A análise empreendida neste tópico compreende os anos de 2011 a 2015, quando são comentadas as informações do PIB do Ceará, dos seus três setores (agropecuária, indústria e serviços) bem como as atividades que os compõem. de acordo com a base de 2010 das Contas Regionais do IBGE. O período de 2011 a 2014 são dados definitivos, enquanto que os dados relacionados ao ano de 2015 são previsões, sendo passível de mudança quando forem divulgados os dados definitivos.

Na Figura 2.1 são mostradas as taxas de crescimento anuais do PIB das economias do Brasil e do Ceará para o período de 2011 a 2015, em que o Ceará apresentou taxas de crescimento próximas da nacional, com exceção dos anos de 2013 e 2014, quando apresentou crescimentos bem superiores. No terceiro trimestre de 2014, com a crise macroeconômica iniciada nos estados mais industrializados do Sul e Sudeste e repercutindo no resultado do Brasil, o crescimento do PIB brasileiro reduziu para 0,5%, enquanto que o estado do Ceará apresentou um forte aquecimento da economia, registrando um crescimento de 4,18%. Entretanto, em 2015, a crise atingiu o Ceará a partir do segundo trimestre, resultando em uma retração de 4,65%, sendo um pouco maior que a queda de 3,85% verificada para o Brasil.

A contração do PIB verificada em 2015 foi influenciada pelo forte desequilíbrio fiscal do Governo Federal, pelo alto nível de endividamento das famílias, bem como pelo baixo nível de confiança das empresas em relação ao comportamento da economia brasileira, o que levou a diminuir fortemente o nível de investimento privado. Some-se a isso, a política monetária restritiva, de aumento da taxa de juros, para o controle da inflação, que tem tornado o crédito mais caro. Esses fatores provocaram, principalmente, uma diminuição no nível de consumo das famílias, gerando uma desaceleração no crescimento do setor de serviços, o qual é o setor de maior participação no PIB do Ceará

Figura 2.1– Evolução da taxa de crescimento (%) do Produto Interno Bruto (PIB) Ceará x Brasil, 2011-2015.

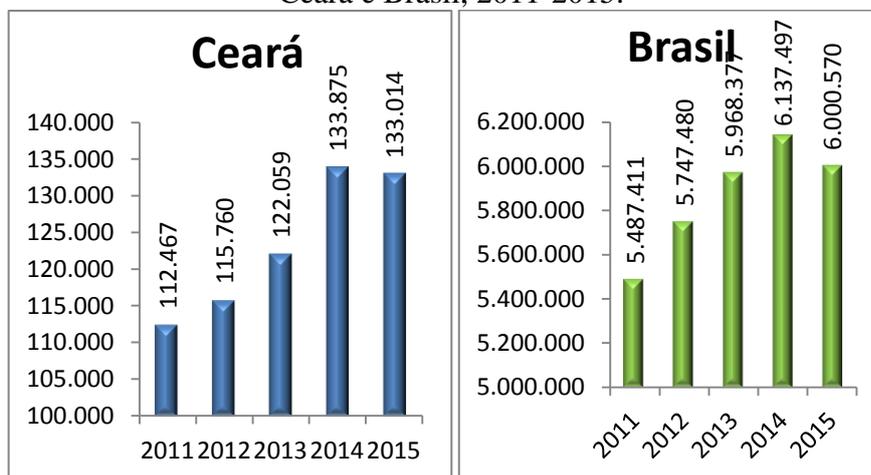


Fonte: IBGE e IPECE.

Nota: Os anos de 2014 e 2015 são dados preliminares e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos.

Como pode ser verificado na Figura 2.2, em que é apresentada a trajetória do crescimento do PIB em valores constantes a preços de 2015, o PIB do Ceará passou de aproximadamente R\$ 112,47 bilhões em 2002 para o valor de aproximadamente R\$ 133,01 bilhões em 2015, enquanto que o PIB do Brasil apresentou uma evolução de aproximadamente R\$ 5,49 trilhões em 2011 para um valor de aproximadamente R\$ 6,00 trilhões em 2015. Em termos de Nordeste, o Ceará representa a terceira maior economia da região, com uma participação de 2,2% na economia nacional em 2014, ficando atrás apenas da Bahia, com 3,9%, e Pernambuco (2,7%).

Figura 2.2– Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) – Milhões R\$, Ceará e Brasil, 2011-2015.



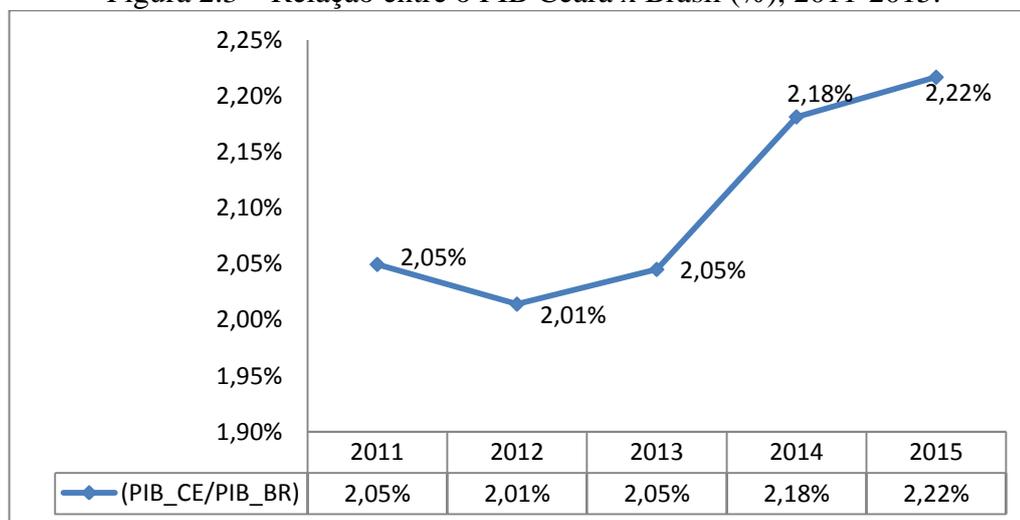
Fonte: IBGE e IPECE.

Nota: Os anos de 2011 a 2014 são dados definitivos a partir da base de 2010, enquanto que para o ano de 2015 são dados projetados pelo IPECE, para o caso do Ceará, e IBGE, a partir das contas nacionais trimestrais para o Brasil. Os dados de 2015 podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos. Valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2015.

O crescimento considerável do PIB do Ceará acima do Brasil, verificado em 2013 e 2014, favoreceu o ganho de participação da economia cearense em relação à economia nacional. Na Figura 2.3 observa-se, a partir do ano de 2012, uma tendência de crescimento da

relação PIB do Ceará sobre o PIB do Brasil, com a participação da economia cearense na economia nacional passando de 2,05% da economia nacional em 2011, para 2,22% em 2015.

Figura 2.3 – Relação entre o PIB Ceará x Brasil (%), 2011-2015.

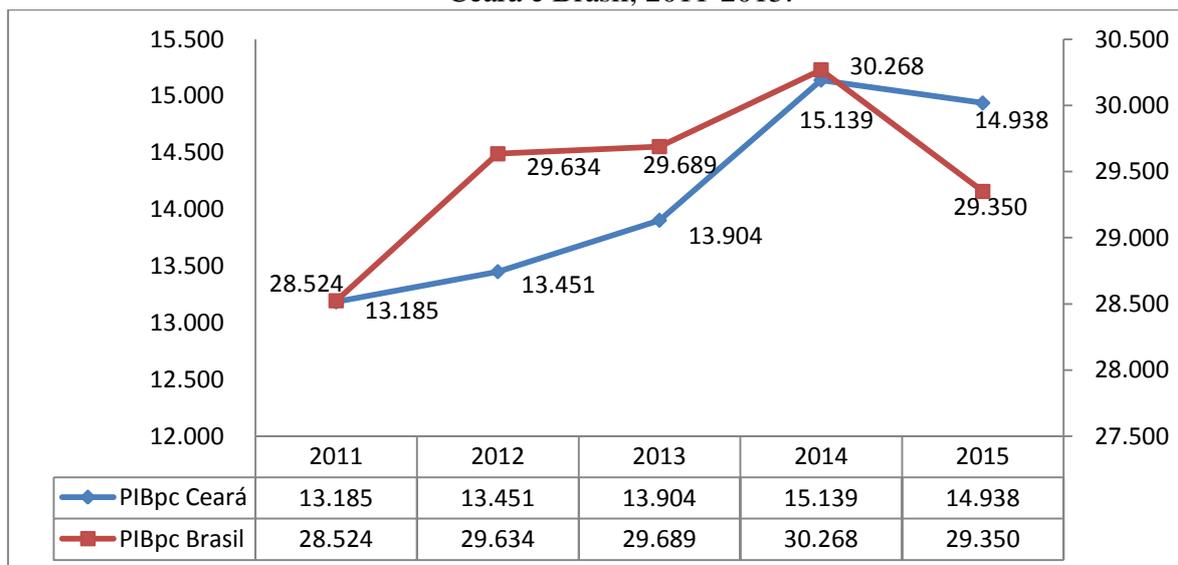


Fonte: IBGE e IPECE.

Nota: Os anos de 2011 a 2014 são dados definitivos, enquanto que para o ano de 2015 são dados projetados pelo IPECE, para o caso do Ceará, e IBGE, a partir das contas nacionais trimestrais para o Brasil. Os dados de 2015 podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos.

Na Figura 2.4 é apresentado o PIB *per capita* em termos de valores constantes a preços de 2013, onde o PIB *per capita* cearense evoluiu de R\$ 13.185 em 2011 para R\$ 14.938 em 2015, apresentando um crescimento de 13,3%, enquanto que o PIB *per capita* brasileiro passou de R\$ 28.524, em 2011, para um valor de R\$ 29.350, em 2015, registrando um crescimento de 2,9%.

Figura 2.4 – Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) per capita (R\$), Ceará e Brasil, 2011-2015.

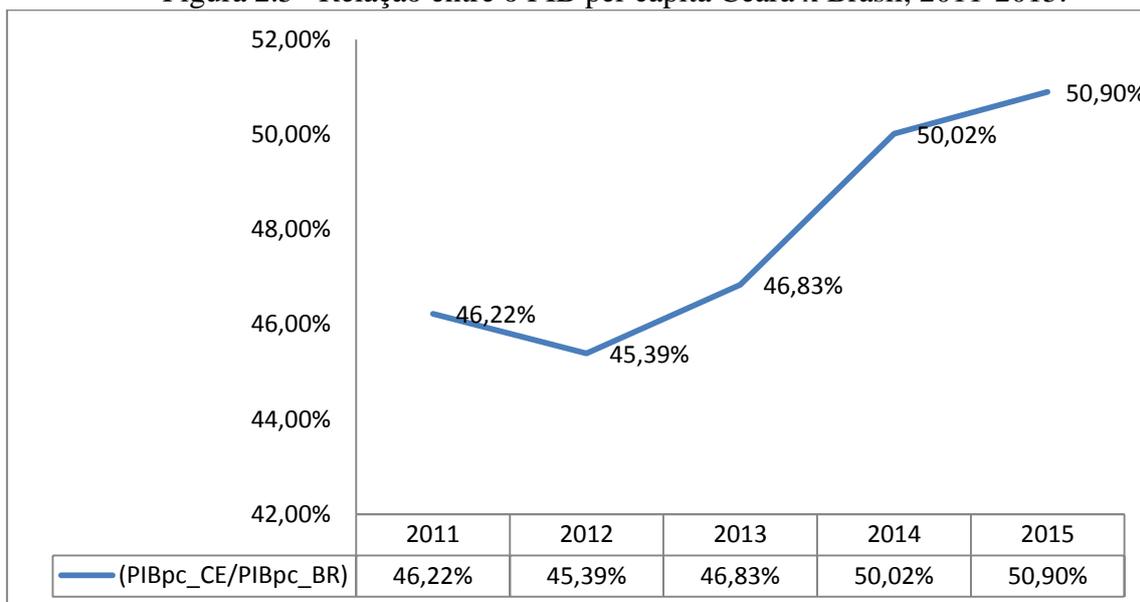


Fonte: IBGE e IPECE.

Nota: Os anos de 2011 a 2014 são dados definitivos, enquanto que para o ano de 2015 são dados projetados pelo IPECE, para o caso do Ceará, e IBGE, a partir das contas nacionais trimestrais para o Brasil. Os dados de 2015 podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos. Valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2015.

Quando se observa a evolução da participação levando-se em consideração o crescimento populacional por meio do PIB *per capita*, verifica-se novamente uma tendência de crescimento no ganho de participação da economia do Ceará em relação a do Brasil, a partir de 2012. Na Figura 2.5 é apresentada essa evolução, onde a participação passou de 45,39% em 2012 para 50,90%, em 2015, representando um aumento de 5,51 pontos percentuais em três anos.

Figura 2.5– Relação entre o PIB per capita Ceará x Brasil, 2011-2015.

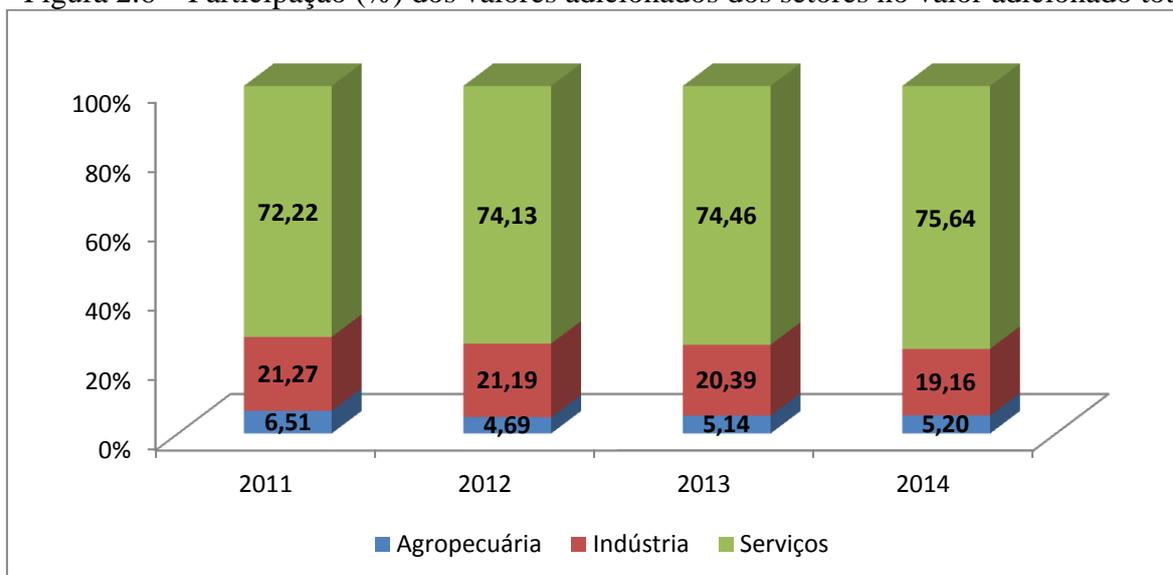


Fonte: IBGE e IPECE

Nota: Os anos de 2011 a 2014 são dados definitivos, enquanto que para o ano de 2015 são dados projetados pelo IPECE, para o caso do Ceará, e IBGE, a partir das contas nacionais trimestrais para o Brasil. Os dados de 2015 podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos.

Quando se desagrega o crescimento da economia cearense pelas participações de seus três principais setores, observa-se que essa expansão foi favorecida, principalmente, pelo setor de serviços, uma vez que representava 72,22% do total do valor adicionado (VA), em 2011, passando a representar 75,64%, em 2014 (Figura 2.6). A participação da agropecuária caiu de 6,51%, em 2011, para 5,20%, em 2014, em decorrência, principalmente, da dependência do setor às condições climáticas, tendo em vista que nos anos de seca verificados no período, a produção de grãos ficou comprometida por compreender, predominantemente, culturas de sequeiro. O setor industrial também apresentou queda, passando de 21,27%, em 2011, para 19,16%, em 2014.

Figura 2.6 – Participação (%) dos valores adicionados dos setores no valor adicionado total.



Fonte: IBGE e IPECE

Nota: Os anos de 2011 a 2014 são dados definitivos. Não há previsões para as participações de 2015.

Dentre as atividades que compõem o setor da agropecuário (Tabela 2.1) a atividade “Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita” representa o segmento mais importante, com uma participação, em 2014, de 3,0% do VA total. Essa participação já foi de 4,4% em 2011, mas em decorrência das chuvas abaixo da média, houve uma perda de 1,4 pontos percentuais (p.p.), em relação a 2014.

Tabela 2.1 – Participação (%) do valor adicionado (VA) da agropecuária e suas atividades no VA total – Ceará - 2011-2014.

Atividades Econômicas	2011	2012	2013	2014	Ganhos e Perdas 2011/2014
Agropecuária	6,5	4,7	5,1	5,2	-1,3
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	4,4	2,6	2,9	3,0	-1,4
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	1,5	1,5	1,6	1,5	0,0
Produção florestal, pesca e aquicultura	0,6	0,6	0,7	0,7	0,1

Nota: Os anos de 2011 a 2014 são dados definitivos. Não há previsões para as participações de 2015.

Fonte: IBGE e IPECE

Relativamente às atividades que compõem o setor da indústria (Tabela 2.2), a mais importante é a indústria de transformação, com uma participação, em 2014, de 9,2% no total do VA do Ceará, seguida das atividades da construção civil (7,1%), produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana (serviços industriais de utilidade pública - SIUP) (2,3%) e indústria extrativa (0,5%). Comparando com o ano de 2011, com exceção da indústria extrativista, que permaneceu constante, todas as outras atividades apresentaram perdas de participação, com a maior perda para a indústria de transformação (-1,2 p.p.), seguida das atividades SIUP (-0,8 p.p.) e construção civil (-0,1 p.p.).

Tabela 2.2 – Participação (%) do valor adicionado (VA) da indústria e suas atividades no VA total – Ceará - 2011-2014.

Atividades Econômicas	2011	2012	2013	2014	Ganhos e Perdas 2011/2014
Indústria	21,3	21,2	20,4	19,2	-2,1
Indústrias extrativas	0,5	0,6	0,6	0,5	0,0
Indústrias de transformação	10,4	9,8	10,4	9,2	-1,2
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (SIUP)	3,1	2,9	2,1	2,3	-0,8
Construção civil	7,2	7,9	7,3	7,1	-0,1

Nota: Os anos de 2011 a 2014 são dados definitivos. Não há previsões para as participações de 2015.

Fonte: IBGE e IPECE

Dentre as atividades que compõem o setor de serviços, o destaque com a maior participação no total do VA do Ceará, em 2014, foi APU (22,7%) (Tabela 2.3). Esse resultado reforça a percepção quanto à importância do papel do setor público na economia do Ceará, não apenas para estimular o crescimento econômico, mas também para atender as demandas sociais provenientes do crescimento populacional. Os outros destaques foram comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (16,3%), atividades imobiliárias (9,7%) e atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares (7,6%). Dentre essas atividades, a que mais ganhou participação foi o segmento de atividades imobiliárias (1,4 p.p.), enquanto que a APU apresentou uma perda de 0,3 pontos percentuais.

Tabela 2.3 – Participação (%) do valor adicionado (VA) dos serviços e suas atividades no VA total – Ceará – 2011-2014.

Atividades Econômicas	2011	2012	2013	2014	Ganhos e Perdas 2011/2014
Serviços	72,2	74,1	74,5	75,6	3,4
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	15,8	16,2	15,7	16,3	0,5
Transporte, armazenagem e correios	3,2	3,4	3,5	3,0	-0,2
Alojamento e alimentação	3,0	3,1	3,4	3,5	0,5
Informação e comunicação	2,2	2,5	2,3	2,4	0,2
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,7	4,0	3,7	3,7	0,1
Atividades imobiliárias	8,4	8,8	9,5	9,7	1,4
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	7,3	7,1	7,2	7,6	0,3
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa e seguridade social (APU)	22,9	22,6	22,9	22,7	-0,3
Educação e saúde privadas	2,7	3,1	3,1	3,4	0,7
Artes, cultura, esporte e recreação e outros serviços	1,8	2,0	2,0	1,9	0,2
Serviços domésticos	1,3	1,3	1,3	1,4	0,0

Nota: Os anos de 2011 a 2014 são dados definitivos. Não há previsões para as participações de 2015.

Fonte: IBGE e IPECE

Analisando o PIB de acordo com as quatorze macrorregiões de planejamento do Estado do Ceará (Tabela 2.4) verifica-se uma forte concentração na Grande Fortaleza, que representa a maior região metropolitana do Ceará, apresentando, em 2013, 65,7% do PIB do Ceará. As outras duas regiões metropolitanas do Ceará são representadas pelas macrorregiões do Cariri (7,5%) e Sertão de Sobral (4,4%). As participações de todas as macrorregiões mantiveram-se praticamente constantes no período de 2011 a 2013, com ganhos e perdas menores do que 1%, com exceção da Grande Fortaleza, que apresentou um ganho de 1,6 pontos percentuais. Dado o grande programa de investimento realizado no período de 2007 a 2014, direcionado fortemente às macrorregiões do interior do Estado, contemplando gastos na construção de de escolas profissionalizantes, centros especializados de odontologia (CEO's), policlínicas, unidades de pronto atendimento (UPA's), delegacias, hospitais regionais, canais de interligação entre bacias hidrográficas, construção e manutenção de estradas, entre outras obras de infraestrutura, espera-se que, no médio prazo, o PIB das outras macrorregiões do estado aumentem sua participação no PIB do Ceará.

Tabela 2.4– Evolução da participação das macrorregiões de planejamento no Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado – Ceará – 2011-2013.

Macrorregiões de Planejamento	2011		2013		Ganho e Perdas 2011/2013
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	
Cariri	6.758.748	7,5%	8.111.663	7,5%	-0,1%
Centro Sul	2.323.696	2,6%	2.750.071	2,5%	-0,1%
Grande Fortaleza	57.478.611	64,1%	71.501.338	65,7%	1,6%
Litoral Leste	1.664.030	1,9%	2.161.312	2,0%	0,1%
Litoral Norte	2.013.102	2,2%	2.479.083	2,3%	0,0%
Litoral Oeste/Vale do Curu	2.678.004	3,0%	2.832.894	2,6%	-0,4%
Maçiço de Baturité	1.312.062	1,5%	1.398.286	1,3%	-0,2%
Serra da Ibiapaba	2.008.945	2,2%	2.472.861	2,3%	0,0%
Sertão Central	2.248.817	2,5%	2.526.154	2,3%	-0,2%
Sertão de Canindé	1.038.574	1,2%	1.078.624	1,0%	-0,2%
Sertão de Crateús	1.859.259	2,1%	1.972.443	1,8%	-0,3%
Sertão de Sobral	4.745.989	5,3%	4.809.256	4,4%	-0,9%
Sertão dos Inhamuns	687.017	0,8%	752.941	0,7%	-0,1%
Vale do Jaguaribe	2.843.069	3,2%	3.949.398	3,6%	0,5%
Ceará	89.659.922	100	108.796.325	100	-

Nota: Os anos de 2011 e 2013 são dados definitivos. Não há previsões para as participações de 2014 e 2015. Valores correntes.

Fonte: IBGE e IPECE

2.2 Considerações Finais

Esta seção apresentou a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) do Ceará no período de 2011 a 2015. Verificou-se que a crise macroeconômica brasileira iniciada no fim de 2014,

contribuiu para a forte queda do PIB do Ceará em 2015 (-3,85%), após ter registrado dois anos de intencioso crescimento, com 4,99%, em 2013, e 4,18%, em 2014.

Em termos da participação do PIB do Ceará em relação ao Brasil, observou-se um crescimento dessa medida a partir do ano de 2012, quando evoluiu de 2,01%, para uma participação de 2,22% em 2015. Esse forte crescimento refletiu-se também na participação em termos de PIB *per capita*, que cresceu de 45,39%, em 2012, para 50,90% em 2015.

Analisando-se as participações dos valores adicionados (VA) dos setores da economia do Ceará, observa-se um considerável crescimento do setor de serviços, cuja participação no VA do Ceará, em 2011, era de 72,22%, passando para 75,64% em 2015. A participação do setor da agropecuária reduziu de 6,51%, em 2011, para 5,20%, em 2014, em decorrência, principalmente, da dependência do setor às condições climáticas, tendo em vista que nos anos de seca verificados no período, a produção de grãos ficou comprometida por compreender, predominantemente, culturas de sequeiro. Por sua vez, o setor industrial também apresentou queda, passando de 21,27%, em 2011, para 19,16%, em 2014.

Em relação a distribuição espacial do PIB do Ceará em termos das quatorze macrorregiões de planejamento do Estado do Ceará (Tabela 3) verificou-se uma forte concentração na Grande Fortaleza, que representa a região metropolitana do Ceará, representando, em 2013, 65,7% do PIB do Ceará. As outras duas regiões metropolitanas do Ceará são representadas pelas macrorregiões do Cariri (7,5%) e Sertão de Sobral (4,4%). As participações de todas as macrorregiões mantiveram-se praticamente constantes no período de 2011 a 2013, com ganhos e perdas menores do que 1%, com exceção da Grande Fortaleza, que apresentou um ganho de 1,6 ponto percentual.

3 Agronegócio

Ana Cristina Lima Maia

O setor agropecuário é importante na economia cearense tendo em vista sua relevância para a questão alimentar e a geração de renda das pessoas nas áreas rurais do Estado.

A agropecuária apresenta-se de forma diferenciada nas regiões cearenses devido aos aspectos geográficos, variações do índice de pluviosidade e técnicas diferenciadas de produção. A produção agropecuária cearense nos últimos anos concentrou-se nas regiões do Cariri, Vale do Jaguaribe, Serra de Ibiapaba e Sertão de Sobral. Na produção de grãos do Ceará, destacam-se os municípios de Limoeiro do Norte, Morada Nova, Iguatu e Missão Velha, com cultivo de milho e arroz. O Ceará também se sobressai na produção de frutas nas regiões de polos irrigados, com destaque para o cultivo de melão, banana, coco-da-baía, mamão. Além disso, outra atividade a ressaltar é a pecuária, que vem crescendo com a produção de aves e leite.

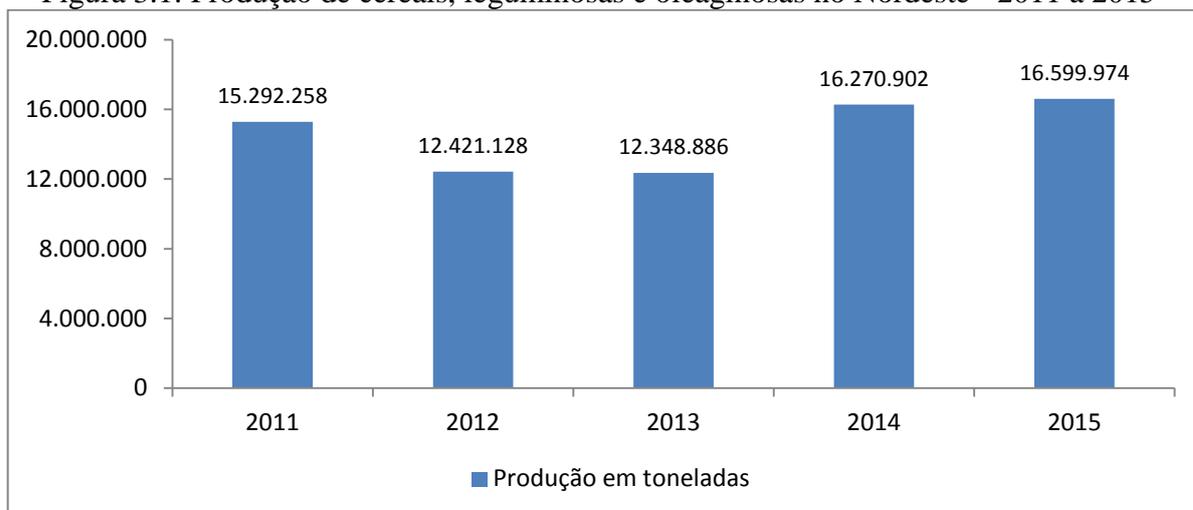
A agropecuária do estado do Ceará participou, em 2013, com 1,7% do valor adicionado da agropecuária nacional, sendo o 14º estado brasileiro na importância do setor. Na economia cearense o setor agropecuário, em 2013, respondeu por 5,2%.

3.1 Produção de Cereais, Leguminosas e Oleaginosas no Nordeste

Em 2011, a produção de grãos obteve ótimo desempenho em toda a Região Nordeste, com elevadas produções de milho, arroz e feijão. Esse resultado foi fortemente influenciado pelo volume de chuva que ocorreu na região nesse ano. Já nos anos de 2012 a 2015 o índice pluviométrico foi muito baixo, afetando assim diversas lavouras, principalmente de milho e feijão, reduzindo a produção de grãos em todo o Nordeste. No entanto, a produção de soja compensou o fraco desempenho dessas lavouras, permitindo que a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas registrassem recordes.

No período de 2012 a 2015, grande parte da área do Nordeste registrou chuvas abaixo da média, característica inerente às irregularidades do clima do semiárido, atingindo assim as atividades mais dependentes do quadro de chuvas. Porém, o crescimento da produção de soja nos estados do Piauí, Bahia e Maranhão fez com que a produção de grãos atingisse recordes nos anos de 2014 e 2015.

Figura 3.1: Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas no Nordeste - 2011 a 2015*

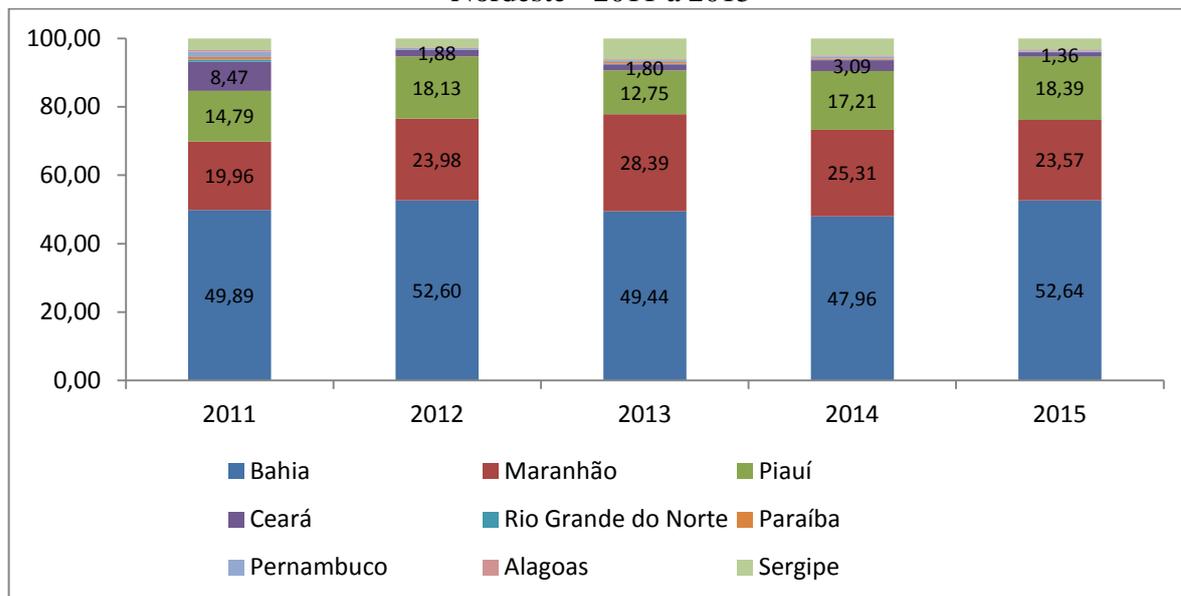


Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE. Nota: O valor estimado para 2015. Para os demais anos os dados são definitivos.

Quanto à participação de cada estado do Nordeste na produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, observa-se que, ao longo do período analisado, a Bahia foi responsável por aproximadamente 50% de toda a produção da região. Maranhão e Piauí aparecem logo em seguida, valendo destacar que esses dois estados ampliaram a produção de soja. Com isso, em 2015, esses três estados produziram 96,4% do total produzido na região Nordeste.

O Ceará, em 2011, apareceu como o quarto maior produtor de cereais, leguminosas e oleaginosas da região, com participação de 8,47%, porém, em 2015, essa participação caiu para 1,36%, passando para a quinta colocação. Sergipe, em 2015, representou 3,2% do total de cereais, leguminosas e oleaginosas produzidas no Nordeste (Figura 3.2). Influenciaram também para a queda de participação dos estados na produção desses produtos as fortes quebras de safra, sendo os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco afetados mais diretamente pela estiagem.

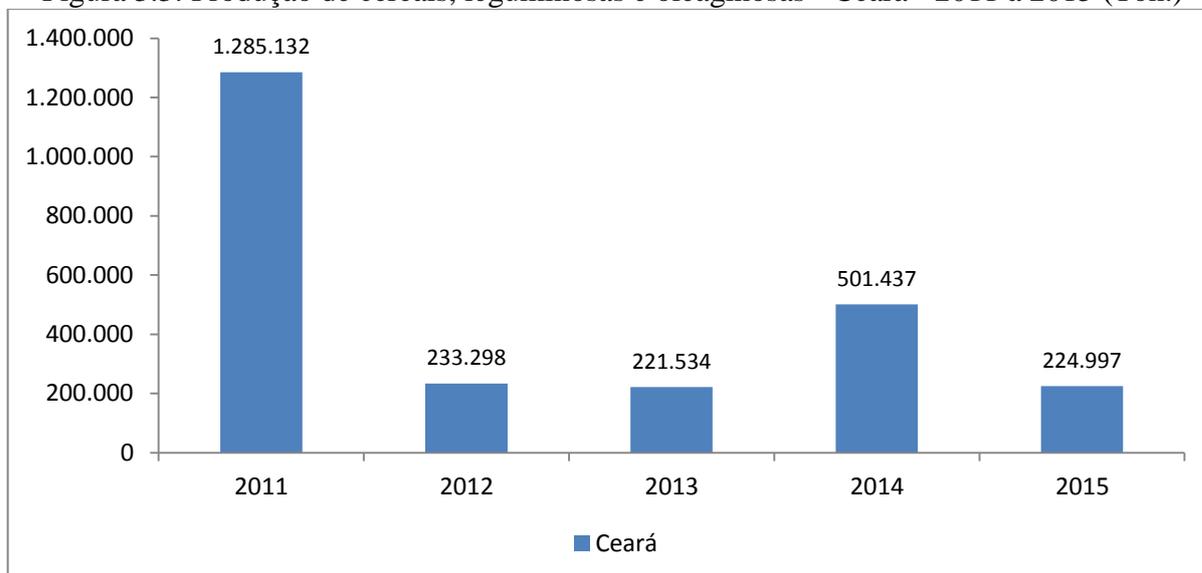
Figura 3.2: Participação (%) da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas - Nordeste - 2011 a 2015



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Quando se observa a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas apenas do Ceará, verifica-se que, em 2011, o estado registrou uma safra recorde, com 1,3 milhões de toneladas. Porém, nos anos seguintes, de 2012 a 2015, os resultados foram pouco significativos, com produção em torno de 230 mil toneladas, com exceção apenas de 2014, tendo em vista que a quantidade produzida chegou a 501 toneladas. (Figura 3.3).

Figura 3.3: Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas - Ceará - 2011 a 2015 (Ton.)



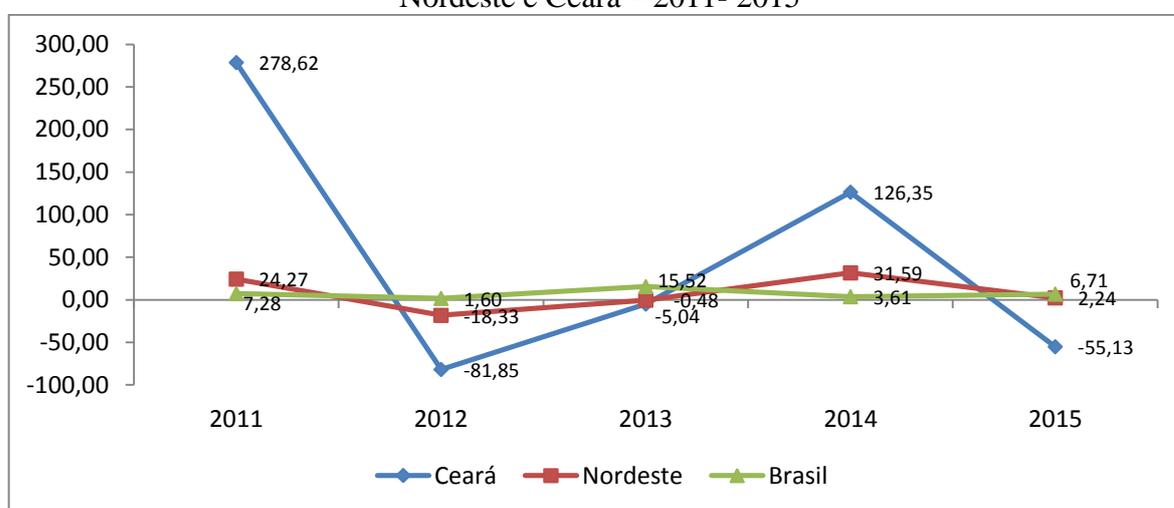
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

No Ceará, o desempenho da produção de grãos reflete bem o comportamento das chuvas. Em 2011, o Ceará registrou elevado volume de chuvas e obteve uma grande produção, já nos anos seguintes com chuvas abaixo da média, as produções agrícolas do estado foram as piores dos últimos períodos, representando uma queda de 81,8% em 2012, quando comparado ao ano de 2011. De 2012 para 2013, observou-se mais uma queda de

5,0%, que foi revertida em 2014, quando se registrou um de 126%, porém com uma base de comparação baixa do ano de 2013. Em 2015 voltou a registrar queda (-55,1%), comparada ao ano de 2014. Assim, verificam-se taxas de variação com elevados movimentos para cima e para baixo.

Quando se observa essa variação para o Nordeste e Brasil, nota-se um comportamento com menores oscilações. Ainda assim, o Nordeste apresentou queda na produção de grãos nos anos de 2012 e 2013, influenciada pelos resultados negativos dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. No Brasil o comportamento foi mais suave, com crescimento da produção de grãos ao longo de todo o período analisado, atingindo o maior crescimento em 2013, comparado ao ano de 2012, quando a taxa foi de 15,5% (Figura 3.4).

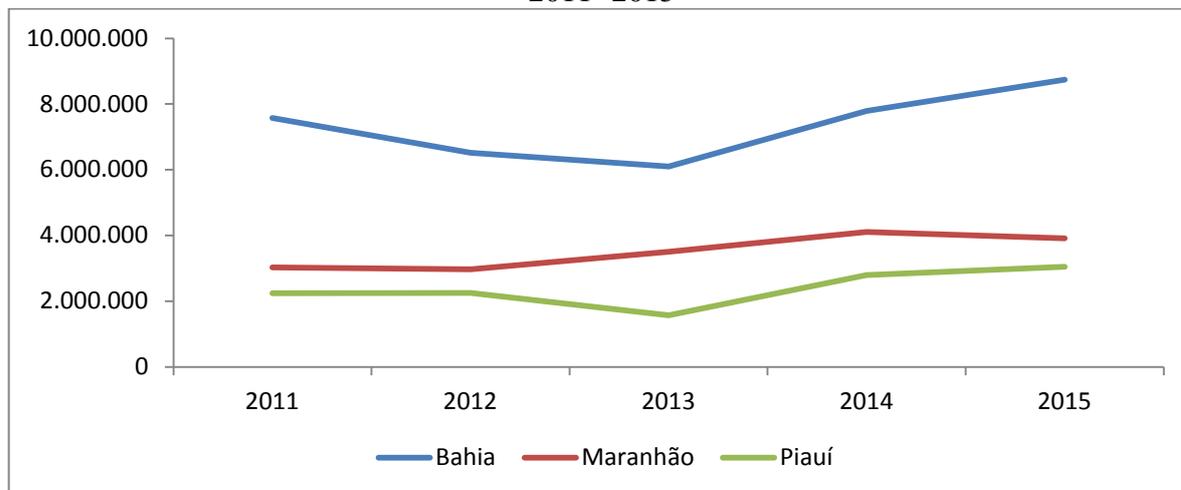
Figura 3.4: Variações (%) da Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas – Brasil, Nordeste e Ceará – 2011- 2015



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Diante da diferença de produção entre os estados, é importante analisar o comportamento da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas para os estados da Bahia, Maranhão e Piauí separadamente dos demais. Assim, a relativa estabilidade na produção de grãos do Nordeste pode ser entendida pelo comportamento dos estados da Bahia, Piauí e Maranhão, que apresentam níveis maiores de produção, elevando a média da região, enquanto os demais estados têm maior instabilidade, conforme observado nos Figura 3.5 e 3.6.

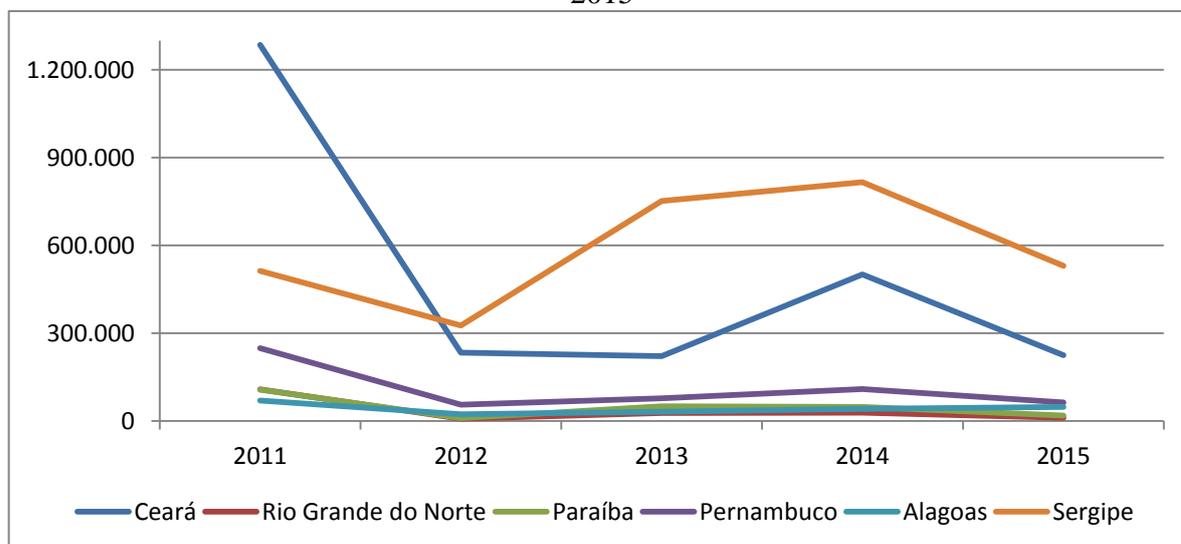
Figura 3.5: Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas – Bahia, Maranhão e Piauí – 2011- 2015



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Fica ainda mais evidenciado que a produção do Ceará tem um comportamento mais oscilante quando comparado com os demais estados, muito embora o Estado mantenha um nível de produção superior aos demais estados, à exceção de Sergipe (Figura 3.6).

Figura 3.6: Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas nos estados do Nordeste – 2011 a 2015



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

3.2 Produção Agrícola

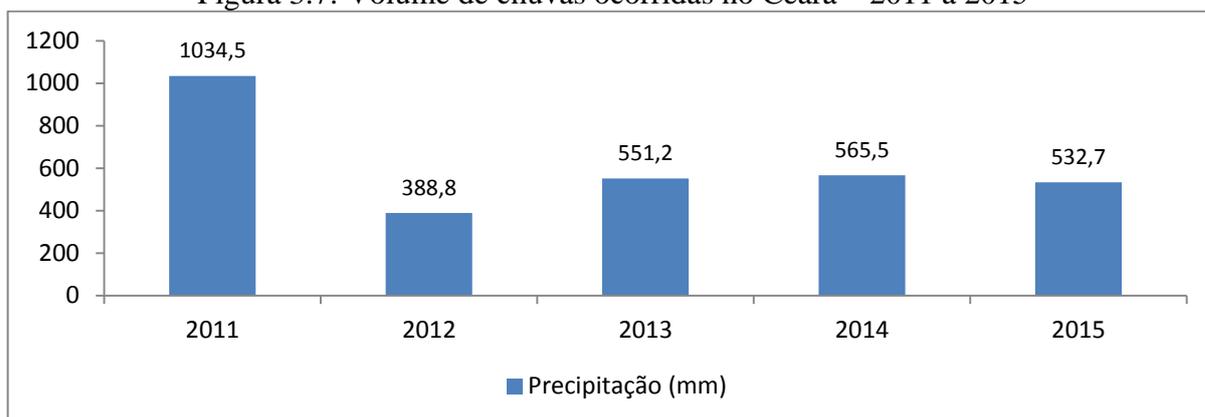
A produção agrícola do Ceará apresenta uma forte relação com as chuvas ocorridas no estado. Por isso, é importante verificar o comportamento das precipitações caídas nos anos em análise.

A irregularidade de chuvas que atinge o semiárido do Nordeste apresentou, em 2012, seu lado negativo, o qual, certamente, perdurou até 2015, causando uma seca severa que se contrapõe ao período de bons resultados vivenciado em 2011, quando se assistiu a uma produção recorde de grãos.

Durante o ano de 2015 as precipitações no Ceará foram de 532,7 milímetros, sendo a macrorregião que menos choveu o Sertão Central e Inhamuns (402 mm), Jaguaribana (430 mm) e Cariri (547,9 mm).

A intensidade da escassez das chuvas fez com que se registrasse o menor volume nos reservatórios de água do Ceará, causando uma situação crítica no abastecimento de água em todo o Estado.

Figura 3.7: Volume de chuvas ocorridas no Ceará – 2011 a 2015

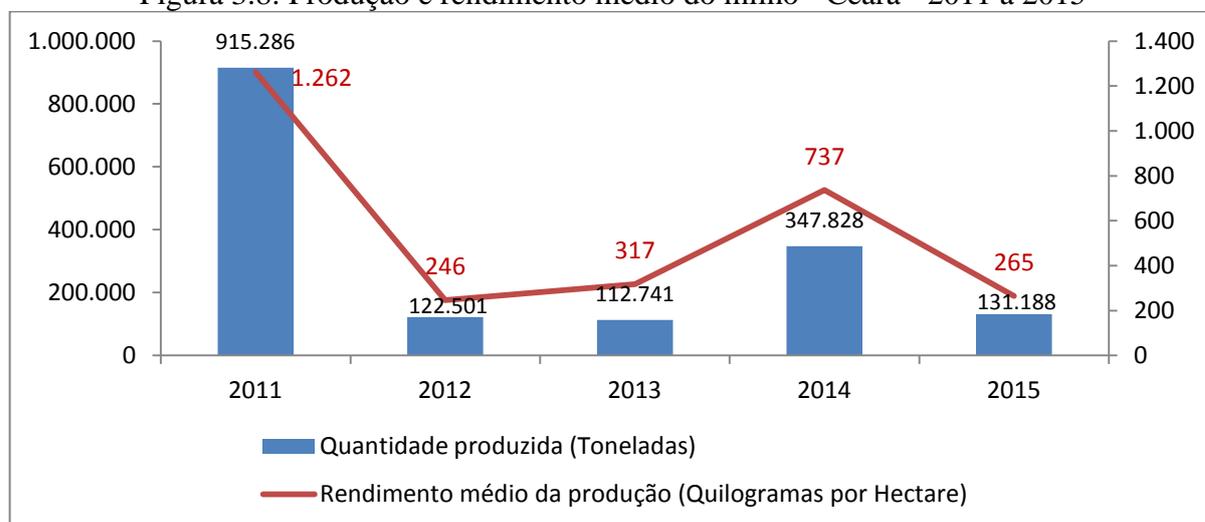


Fonte: Funceme. Elaboração: IPECE.

3.2.1 Produção de Milho

O milho é o grão mais produzido no Ceará, pois as características de solo e clima do estado são favoráveis para o seu cultivo. Em 2011, a produção de milho foi de 915 mil toneladas, a maior no período analisado (2011-2015), configurando-se como uma produção recorde, segundo dados da Produção Agrícola Municipal (PAM-IBGE). Para os anos de 2012 e 2013, a produção ficou muito aquém desse valor, com produção um pouco acima de 100 mil toneladas. Em 2014, a produção de milho foi de 347,8 mil toneladas, registrando um crescimento de 208,5%, comparado ao ano de 2013. Mas em 2015 voltou a registrar queda na produção.

Figura 3.8: Produção e rendimento médio do milho - Ceará - 2011 a 2015



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE. * Produção e rendimento médio de 2015 são estimativas com base na LSPA

Quanto ao rendimento, observou-se que em 2011 alcançou o maior volume,, com 1.262 quilogramas por hectare. Em 2012 o rendimento caiu para 246 kg/hectare, devido à baixa precipitação ocorrida nesse ano. Nos anos seguintes, o rendimento registrou crescimento apenas em 2014, com a 737 quilogramas por hectare, encerrando a série com rendimento de 265 kg/ha em 2015..

Ao analisar a produção de milho por município, percebe-se uma grande alternância na ordem dos mesmos de um ano para o outro, o que deve estar relacionado com as condições climáticas.

O município de Mauriti aparece com a maior produção nos anos de 2011 e 2012, mas nos dois anos seguintes não está entre os principais do *ranking*. Os demais municípios apresentam variações expressivas de posição no *ranking*, como foi o caso de Limoeiro do Norte, segundo maior produtor em 2012 e 2013, caindo para a 18ª posição em 2014. Dentre os dez principais produtores de milho em 2011, apenas Crateús e Novo Oriente encontra-se entre os dez no ano de 2014.

Em 2014, Crateús aparece como o maior produtor de milho, com participação de 7,71%, seguido de Farias Brito, com participação de 3,05% e Icó (2,8%). Dos dez municípios com maior produção de milho em 2014, a maior parte pertence às Macrorregiões do Cariri/Centro Sul e Sertão dos Crateús.

Em 2012, os dez principais produtores de milho detinham uma participação de 33,1%, enquanto nos anos de 2011 e 2014, a soma da participação dos dez primeiros correspondeu ao valor próximo de 30%. Embora haja mudança de posição no *ranking*, a concentração entre os dez principais produtores não variou muito.

Tabela 3.1: Produção e participação dos dez maiores municípios produtores de milho do Ceará em 2011-2014

2011			2012			2013			2014		
Município	Produção (t)	Part. %	Município	Produção (t)	Part. %	Município	Produção (t)	Part. %	Município	Produção (t)	Part. %
Mauriti	46.529	5,08	Mauriti	10.214	8,34	Acopiara	4.992	4,43	Crateús	26.802	7,71
Crateús	35.580	3,89	Limoeiro do Norte	8.052	6,57	Limoeiro do Norte	3.685	3,27	Farias Brito	10.600	3,05
Novo Oriente	33.839	3,70	Santana do Cariri	3.950	3,22	Mombaça	3.439	3,05	Icó	9.729	2,80
Brejo Santo	31.906	3,49	Missão Velha	3.247	2,65	Aurora	2.645	2,35	Novo Oriente	8.978	2,58
Quixeramobim	25.517	2,79	Várzea Alegre	2.897	2,36	Santana do Cariri	2.640	2,34	Assaré	8.925	2,57
Tauá	23.940	2,62	Icó	2.786	2,27	Baturité	2.614	2,32	Missão Velha	8.070	2,32
Boa Viagem	22.194	2,42	Itapipoca	2.683	2,19	Itatira	2.470	2,19	Baturité	8.036	2,31
Independência	19.036	2,08	Bela Cruz	2.418	1,97	Assaré	2.373	2,10	Crato	7.560	2,17
Pedra Branca	17.787	1,94	Mombaça	2.261	1,85	Missão Velha	2.372	2,10	Cariús	7.500	2,16
Canindé	14.978	1,64	Brejo Santo	2.100	1,71	Brejo Santo	2.243	1,99	Iguatu	7.249	2,08

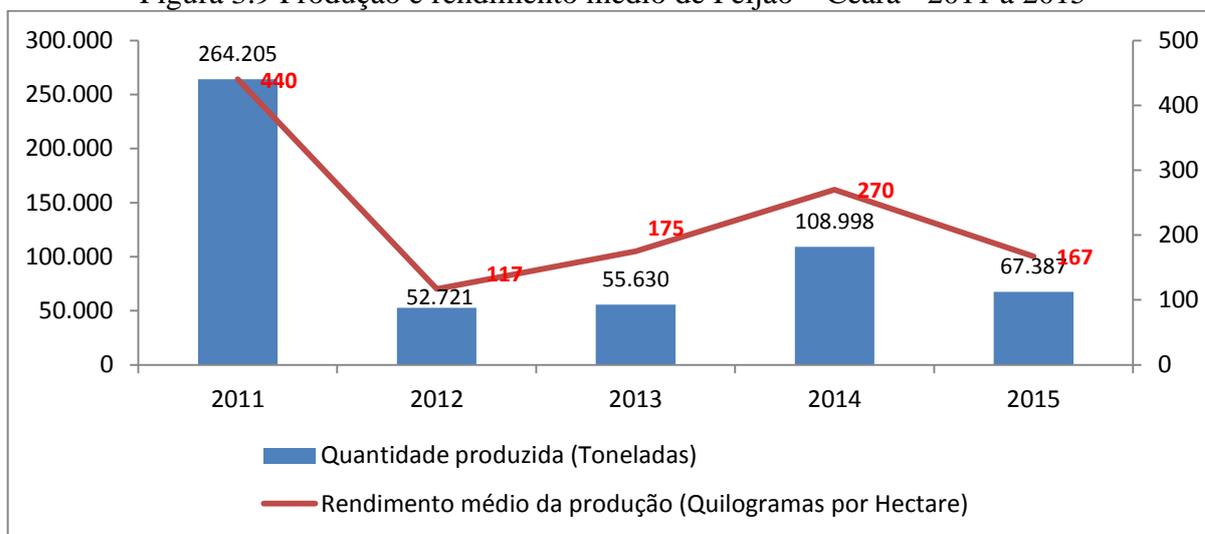
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

3.2.2 Produção de Feijão

A produção de feijão também registrou recorde em 2011, atingindo o valor de 264,2 mil toneladas, o rendimento foi de 440 quilogramas por hectare. Ao longo dos quatro anos seguintes o desempenho da produção foi bem abaixo, refletindo o período de seca. O ano de 2012 foi o que apresentou pior resultado, com uma produção de 52,2 mil toneladas, enquanto 2014 foi o ano que apresentou melhor resultado (Figura 3.9).

Em termos de rendimentos, o Ceará apresentou nesses últimos quatro anos os menores rendimentos dos últimos dez anos, confirmando o prejuízo causado por essa longa estiagem que vem castigando a produção agrícola cearense (PAM-IBGE).

Figura 3.9 Produção e rendimento médio de Feijão – Ceará - 2011 a 2015



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE. * Produção e rendimento médio de 2015 são estimativas com base na LSPA

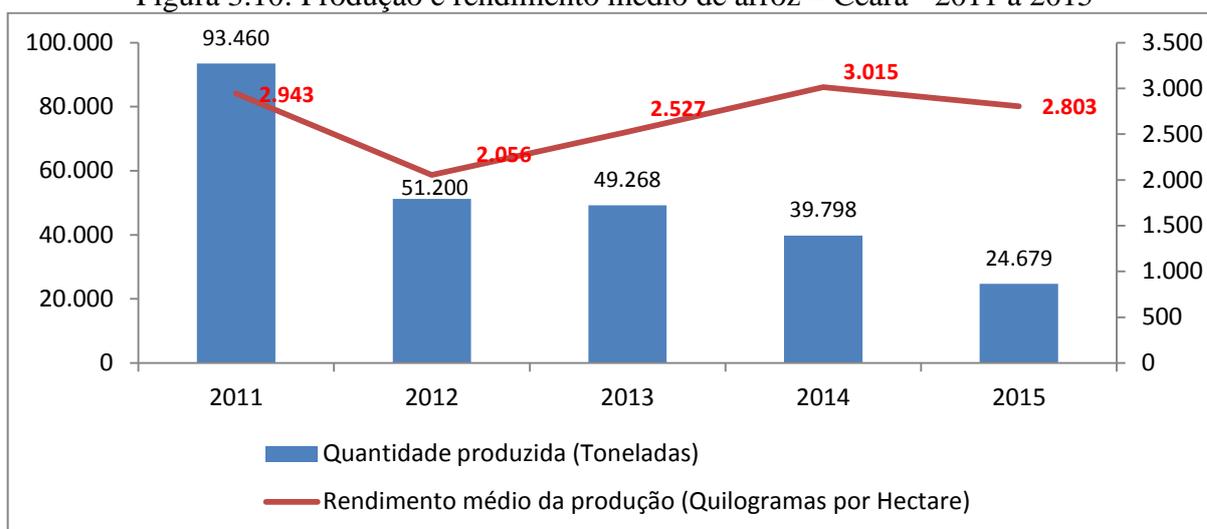
Com relação aos municípios produtores de feijão do Ceará nota-se também uma mudança no *ranking* a cada ano, sendo que em 2014 o principal município produtor de feijão foi Crateús, seguido de Tamboril e Morada Nova. Em 2011, ano de maior produção, Morada Nova atingiu 7.860 toneladas, sendo o maior produtor de feijão nesse ano, dentre os municípios cearenses.

3.2.3 Produção de Arroz

Em 2011 a produção de arroz no Ceará foi de 93,5 mil toneladas, sendo a maior do período analisado. Nos anos seguintes, a produção apresentou tendência de queda, atingindo o valor mínimo em 2015, quando a produção foi de apenas 24,7 mil toneladas (Figura 3.10).

Vale ressaltar que, mesmo com queda na produção de arroz em 2012 e 2013, com redução de área colhida, o rendimento médio aumentou, atingindo o melhor desempenho em 2014, com 3.015 kg/ha. Em 2015 o rendimento, embora tenha reduzido, na comparação com 2014, também apresentou bom resultado (2.803 kg/ha).

Figura 3.10: Produção e rendimento médio de arroz – Ceará - 2011 a 2015



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE. * Produção e rendimento médio de 2015 são estimativas com base na LSPA

Em termos de produção municipal de arroz no Ceará destacaram-se os municípios de Jaguaruana, Morada Nova, Iguatu e Limoeiro do Norte, como os principais produtores de arroz, sendo estes os quatro principais produtores nos cinco anos analisados. Por ser uma cultura que necessita de características mais específicas e por esses municípios terem o perfil mais adequado para o plantio de arroz, as maiores produções sempre ocorrem nesses lugares.

3.2.4 Produção de Frutas

O Ceará vem se destacando na produção de frutas, especialmente após a experiência adquirida com a agricultura irrigada, desenvolvida nos polos irrigados do Estado. Nesses cinco anos em análise, a banana apresentou-se como a principal cultura, quanto ao valor da produção, indicando tendência de crescimento ao longo desse período. Em 2014, o valor da produção foi de R\$ 352,1 milhões, o maior da série, enquanto em 2015 registrou queda, mas manteve-se em primeiro no *ranking*.

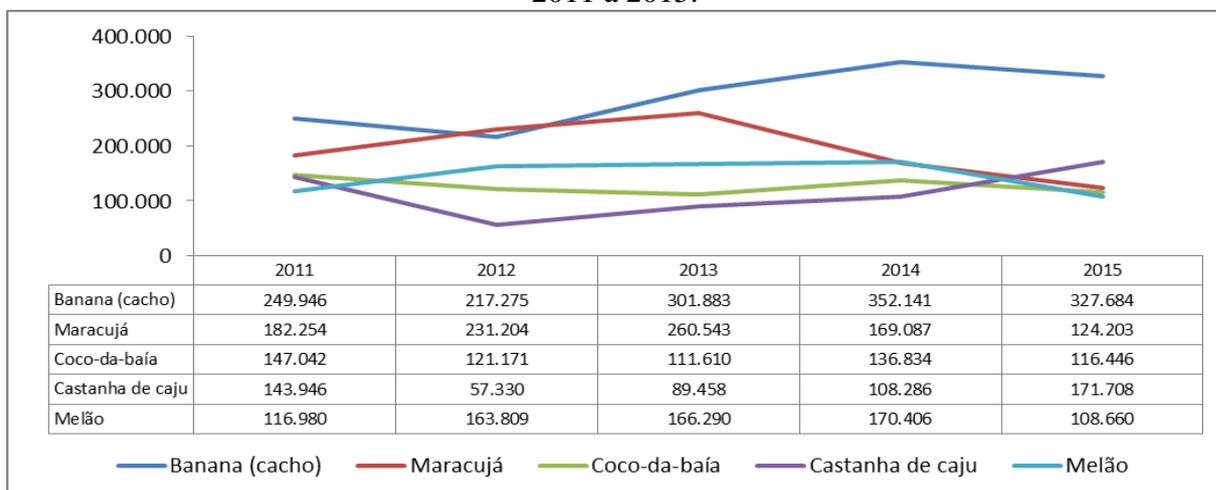
A produção de maracujá também se destacou nos últimos anos, atingindo seu máximo em valor de produção em 2013 (R\$ 260,5 milhões). Em 2014 e 2015 apresentou redução. A produção de melão e coco-da-baía apresentaram valores mais estáveis, entre 2011 e 2015 (Figura 3.11).

Já a produção de castanha de caju apresentou expressivo crescimento entre 2012 e 2015, evoluindo de 57,3 milhões de toneladas para 171,7 milhões de toneladas entre esses dois anos considerados quando o valor produzido passou de 57,3 milhões, em 2012, para 171,7 milhões, em 2015. Vale ressaltar que a lavoura de cajueiro é a mais cultivada fora dos perímetros irrigados.

Apesar da menor dependência das culturas irrigadas em relação às precipitações, nota-se queda na produção das frutas nos últimos anos, em virtude da redução do nível de água nos reservatórios utilizados pelos perímetros irrigados. Na produção de 2015, em relação ao ano anterior, houve redução na produção de várias culturas, como: maracujá, que apresentou queda de 32,7%, mamão (-16,6%), laranja (-6,4%), para destacar as principais.

Em termos gerais percebe-se que as culturas temporárias são mais susceptíveis à falta de chuvas, no entanto, algumas culturas permanentes também são atingidas pela escassez de água, principalmente aquelas em que pouco se observa irrigação em anos de estiagem.

Figura 3.11: Valor da produção (mil reais) das principais culturas da fruticultura - Ceará - 2011 a 2015.

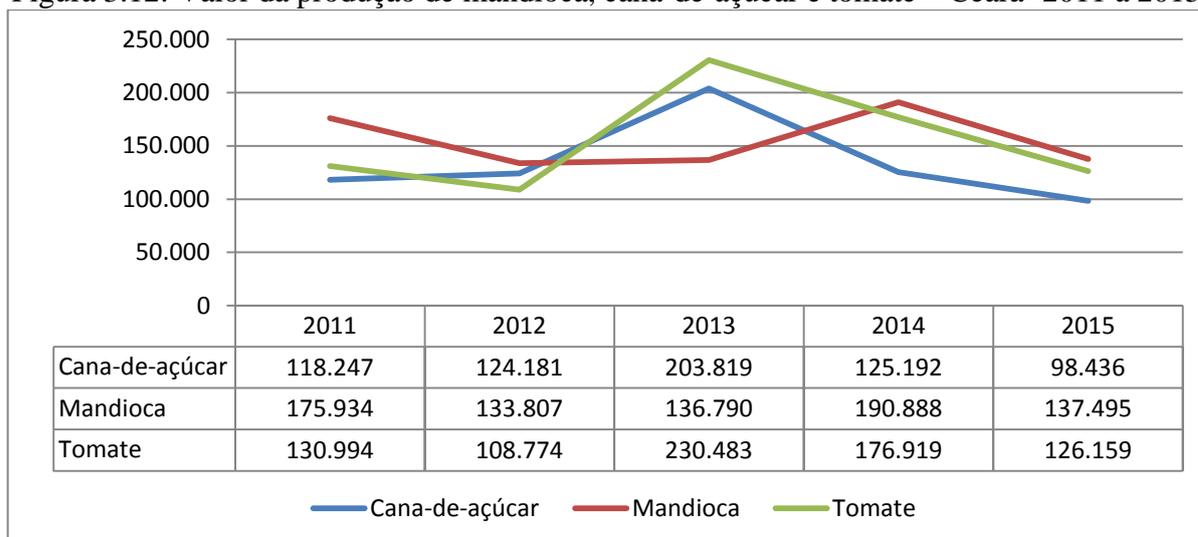


Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

3.2.5 Outras Culturas

As culturas de mandioca, tomate e cana-de-açúcar também apresentam importância na produção agrícola cearense, que, conforme pode ser visto na Figura 3.12, também apresentaram redução no valor da produção nos últimos anos. Entre os anos de 2014 e 2015, o tomate registrou queda no valor da produção de 28,7%, a mandioca reduziu 28,0% e a cana-de-açúcar reduziu 21,4%.

Figura 3.12: Valor da produção de mandioca, cana-de-açúcar e tomate – Ceará -2011 a 2015.



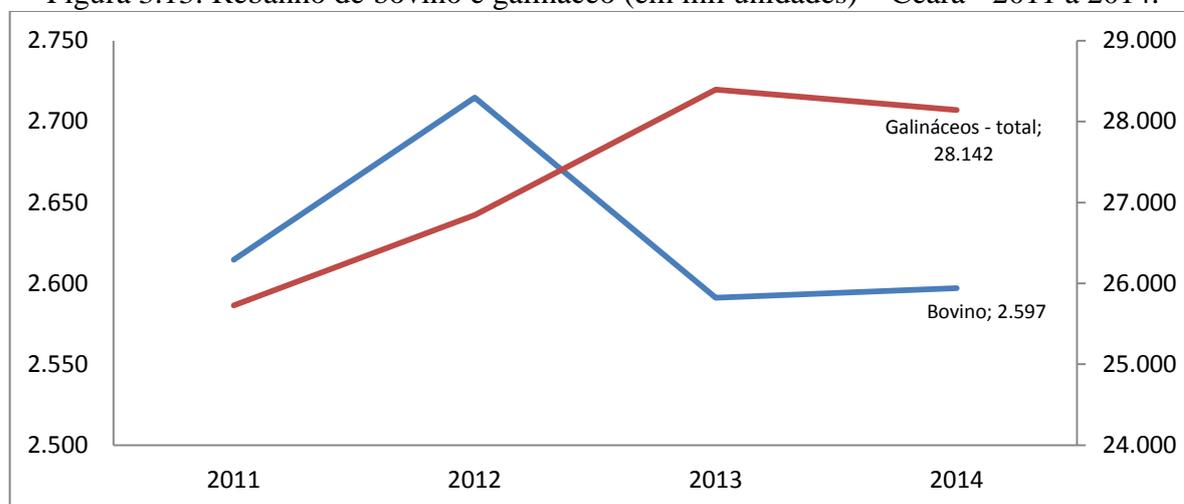
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

3.3 Produção Pecuária³

Quanto à atividade pecuária, o Ceará possui um pequeno rebanho bovino, que vem sofrendo com a seca dos últimos anos, em razão da pouca pastagem, fazendo com que os animais morram de fome. Embora em 2012 o Ceará tenha registrado crescimento no rebanho, nos dois anos seguintes houve redução, com queda 4,5%, em 2013, relativamente a 2012. Em 2014, o número manteve-se próximo do ano anterior, com 2.597 mil cabeças.

Na avicultura o Ceará está crescendo, ganhando espaço na economia dessa atividade dada a grande demanda de carne dessa espécie nos últimos anos. Várias indústrias avícolas se instalaram no estado do Ceará. Em 2011, o Ceará possuía 26.844 mil cabeças de galináceos (frangos, galos e pintos), em 2013 passaram para 28.394 mil, mantendo esse patamar de valor em 2014.

Figura 3.13: Rebanho de bovino e galináceo (em mil unidades) – Ceará - 2011 a 2014.



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

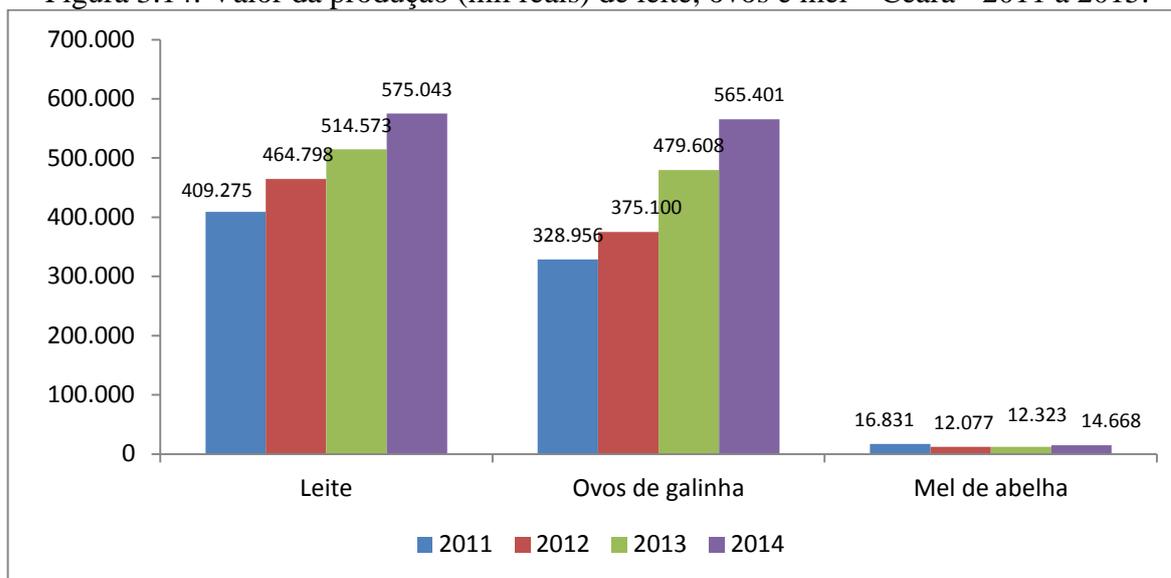
Quanto ao valor da produção de leite, observou-se um aumento em todos os anos, atingindo o valor de R\$ 575 milhões em 2014. Esse aumento está relacionado com o avanço das técnicas que vêm sendo aplicadas na produção de leite, melhorando tanto a quantidade quanto a qualidade do mesmo. Vale ressaltar que as condições climáticas da região ainda causam grandes problemas também para essa atividade.

Com relação à produção de ovos de galinhas, este também registrou grande crescimento, saindo do valor de produção de R\$ 328,9 milhões, em 2011, para R\$ 565,4 milhões, em 2014, ou seja, um crescimento de 71,9%.

O valor da produção de mel foi mais tímido, quando comparado ao leite e ovos, apesar de sua importância. Em 2011, o valor da produção foi de R\$ 16,8 milhões, em 2012, caindo, em 2013, para o patamar de R\$ 12 milhões. Em 2015, registrou crescimento de 19% no valor da produção, comparado ao ano de 2014 (Figura 3.14).

³ A análise da pecuária foi feita com base nos dados da Produção da Pecuária Municipal, porém, para o ano de 2015, essas informações ainda não estão disponíveis. Por esta razão, a análise dessa atividade corresponde ao período de 2011 a 2014.

Figura 3.14: Valor da produção (mil reais) de leite, ovos e mel – Ceará - 2011 a 2015.



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

3.4 Considerações Finais

Dentro do período analisado, o primeiro ano da série foi o único ano de chuvas abundantes no Ceará, o que beneficiou a produção agrícola, mais especificamente a lavoura temporária. Nesse ano, a produção de grãos (milho, feijão, arroz) bateu recorde. A partir de 2012 começou a estiagem, que vem se prolongando até 2015, afetando o setor agropecuário do Ceará. A situação se agravou nesses últimos quatro anos, quando em 2015 foi registrada a menor produção de grãos dos últimos vinte anos. A lavoura permanente, principalmente frutas, embora menos dependente de chuva, também está sendo afetada, registrando queda na produção de vários tipos de frutas.

Com relação à pecuária, observou-se uma redução no rebanho bovino. Já a atividade avícola cresceu no Ceará, em virtude de indústrias desse ramo terem se instalado no Ceará nesse período em análise. A produção de leite também apresentou bom desempenho, em consequência de avanços tecnológicos utilizados para o aumento da quantidade e qualidade do leite.

Ressalte-se a preocupação com a falta de água nos reservatórios do Ceará. Como não houve acúmulo de água nos anos de 2012 a 2015, até o abastecimento de água para consumo humano ficou comprometido. Estiagens na proporção da observada nesses últimos anos podem ter provocado a desestruturação de um grande número de produtores. Além disso, a severidade da estiagem pode representar um efeito social e econômico mais profundo, com rupturas e retrocesso com relação à renda e a migração na área rural.

4 Indústria

Witalo de Lima Paiva

O presente capítulo apresenta uma análise da indústria cearense. A abordagem considera o comportamento da Indústria Geral e dos segmentos que a compõem, o que permite uma avaliação do setor em sua totalidade e das indústrias que o integram, a saber: Indústria Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Construção Civil e o segmento de Eletricidade, Gás e Água⁴. O período de avaliação abrange os anos de 2011 e 2015 e se concentra em indicadores que permitem uma leitura da dinâmica da produção.

Quanto aos indicadores, a análise considera a evolução do Valor Adicionado Bruto (VAB), do Valor Bruto da Produção (VBP) e da Produção Física (PIM-PF)⁵. A partir do VAB é possível mensurar a participação de cada atividade na economia estadual e a avaliação pode ser estendida para toda indústria e seus segmentos. Já os dois últimos indicadores são aplicados apenas para a indústria de transformação e fornecem uma análise mais aprofundada para o principal segmento da indústria estadual.

4.1 Indústria Geral e seus Segmentos

O Valor Adicionado Bruto (VAB) indica o montante que determinada atividade econômica adiciona a economia por meio de seu processo produtivo. Conceitualmente, equivale a renda que a atividade gera com sua produção e que passa a integrar a renda total gerada pela economia em cada período determinado de tempo⁶.

Considerando a indústria geral, o montante agregado à economia cearense passou de R\$ 16,7 bilhões em 2011 para R\$ 19,4 bilhões em 2013, uma expansão absoluta de R\$ 2,7 bilhões em dois anos. Tal evolução é explicada pela Construção Civil e pelo segmento da Transformação, cujos valores adicionados cresceram, em termos absolutos, R\$ 1,3 bilhão e R\$ 1,7 bilhão no período, respectivamente. No mesmo intervalo de tempo, o valor adicionado

⁴ Anteriormente denominada Atividade de Serviços Industriais de Utilidade Pública. Agrupa as atividades de geração e distribuição de energia elétrica, distribuição de gás, distribuição de água e tratamento de esgoto, tratamento e coleta de resíduos sólidos.

⁵ Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física. Trata-se de um indicador mensal publicado pelo IBGE que mostra o comportamento do volume da produção industrial, a evolução da quantidade física de mercadorias produzidas. Todos os indicadores observados são oriundos do IBGE.

⁶ Para o valor adicionado o último ano disponível é o de 2013. Para ampliar o período de análise e melhorar a avaliação optou-se por incluir o ano de 2010.

total da economia, incluindo todas as atividades econômicas, alcançou R\$ 94,6 bilhões em 2013 contra R\$ 78,3 bilhões em 2011, um aumento de R\$ 16,3 bilhões. Na Tabela 4.1 são apresentados os números em valores correntes a partir de 2010.

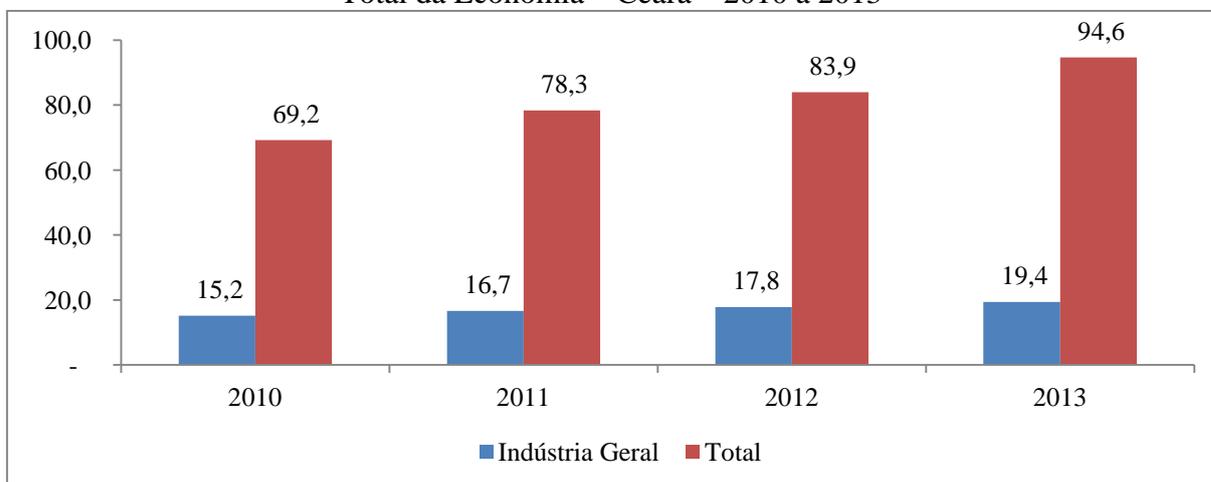
Tabela 4.1– Valor Adicionado Bruto a preços de mercado (R\$ milhões correntes) – Indústria, Segmentos Industriais e Total da Economia – Ceará – 2011 a 2013

Anos	Extrativa	Transformação	Eletricidade	Construção	Indústria Geral	Total
2010	353	7.785	2.313	4.727	15.178	69.174
2011	419	8.123	2.466	5.660	16.668	78.311
2012	485	8.272	2.437	6.616	17.811	83.917
2013	612	9.830	1.992	6.927	19.362	94.636

Fonte: Sistema de Contas Regionais (SCR/IBGE). Elaboração própria.

Na Figura 4.1 é ilustrada a participação da indústria em toda economia e os diferentes ritmos de expansão entre os anos de 2010 e 2013. Os valores apresentados sugerem uma participação modesta da atividade industrial na formação do valor adicionado da economia cearense. Nos últimos anos, essa participação tem se situado em torno dos 20,0%, em um comportamento associado tanto ao seu menor desempenho relativo, como à expressividade que o setor de serviços tem adquirido na economia do Estado, se posicionando como sua atividade característica e respondendo por três quartos do seu valor adicionado total.

Figura 4.1– Valor Adicionado Bruto a preços de mercado (R\$ milhões correntes) – Indústria e Total da Economia – Ceará – 2010 a 2013



Fonte: Sistema de Contas Regionais (SCR/IBGE). Elaboração própria.

De fato, entre os anos de 2010 e 2013, e conforme pode ser observado na Tabela 4.2, a participação da indústria na economia local passou de 21,9% para 20,5%. A cada ano a indústria diminuiu sua importância relativa, resultando em uma redução de 1,5 pontos percentuais (p.p.) em três anos. No comparativo, em particular, a indústria no país possui uma importância relativa maior na economia que a observada no Ceará, especialmente devido a indústria extrativa ao nível nacional ser mais expressiva. No Ceará, a indústria de construção civil se destaca mais quando comparada à participação desse segmento na economia nacional. Na Tabela 4.2 constata-se a participação dos segmentos que compõem a indústria geral. Em

todo o período, a transformação se manteve como principal atividade industrial no Estado, respondendo, em 2013, por 50,8% do valor adicionado de todo o setor. Do mesmo modo, a Construção civil permaneceu como segunda principal atividade, destacando-se pela forte evolução no período, com ganhos de 4,7 p.p. de participação.

Tabela 4.2– Participação no Valor Adicionado (%) – Indústria e Segmentos Industriais – Ceará e Brasil - 2010 a 2013

Indústria Geral e Segmentos	2010		2011		2012		2013	
	Brasil				Ceará	Brasil	Ceará	Brasil
	Ceará	1	Ceará	Brasil				
Indústria Geral (1)	21,9	27,4	21,3	27,2	21,2	26,1	20,5	24,9
Indústria Extrativa Mineral (2)	2,3	12,2	2,5	16,1	2,7	17,4	3,2	16,7
Indústria da Transformação (2)	51,3	54,7	48,7	51,0	46,4	48,3	50,8	49,4
Construção Civil (2)	31,1	22,9	34,0	23,1	37,1	24,9	35,8	25,8
Eletricidades, Gás e Água (2)	15,2	10,3	14,8	9,8	13,7	9,4	10,3	8,2

Fonte: Sistema de Contas Regionais (SCR/IBGE). Elaboração própria. (1) Participação no total da economia; (2) Participação na indústria geral.

A participação dos setores no valor adicionado da economia está diretamente associada ao crescimento apresentado no período em questão. Neste particular, os anos de 2011 a 2015 se caracterizaram por apresentar um ritmo de crescimento econômico inferior ao observado nos anos anteriores, tanto para o país como para os Estados⁷. As informações comentadas na sequência são apresentadas na Tabela 4.3.

Tal ritmo em patamares menores está de certa forma relacionado tanto aos desdobramentos das instabilidades na economia externa, a partir de 2008, quanto aos aspectos puramente domésticos. Forças que impulsionaram a economia nos anos anteriores a 2011, e que perderam intensidade, ajudam a explicar os resultados menos favoráveis, destacando-se, entre estas: (i) o arrefecimento dos estímulos ao consumo utilizados para rebater os efeitos internos da crise internacional; (ii) o enfraquecimento do modelo de crescimento apoiado somente na expansão do mercado consumidor; e (iii) os efeitos de medidas de política econômica adotadas em âmbito federal.

A indústria de transformação cearense foi diretamente afetada pelas mudanças apontadas acima. De fato, em 2011 e 2012, a atividade registrou taxas negativas de crescimento de -12,93% e -0,39%, respectivamente. O resultado de 2011 é ilustrativo de que os efeitos positivos da expansão da demanda já não eram os mesmos. Já em 2013, a manufatura no Ceará recuperou parte das perdas e cresceu 10,26% aproveitando o melhor momento das economias cearense e brasileira.

Após a expansão de 2013, a manufatura cearense voltou a registrar resultado negativo em 2014, não sustentando o crescimento do ano anterior. Entre as explicações para o desempenho negativo está o ambiente de deterioração das expectativas quanto à economia e sua condução pelo governo federal. Em 2015, a indústria de transformação manteve o desempenho ruim e registrou nova retração. Essa deterioração das expectativas, iniciada em

⁷ Uma avaliação dos anos anteriores a 2011 pode ser consultada em PAIVA (2014).

2014, se agravou influenciada por uma combinação severa de graves crises política e econômica. O quadro de recessão se instalou na economia nacional com rebatimentos nos estados e em grande parte das atividades econômicas. Assim, pode-se afirmar que, a partir de 2011, houve uma completa alteração do cenário econômico reinante até então.

Tabela 4.3 – Taxas de Crescimento do Valor Adicionado (%) – Segmentos Industriais – Ceará e Brasil - 2011 a 2015

Segmentos Industriais	2011		2012		2013		2014*		2015*	
	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil
Indústria Extrativa Mineral	-12,05	3,35	-5,81	-2,05	23,56	-2,97	-11,78	8,70	-9,27	4,9
Indústria da Transformação	-12,93	2,25	-0,39	-2,38	10,26	3,01	-2,64	-3,80	-8,70	-9,7
Construção Civil	11,55	8,25	3,62	3,18	0,91	4,50	3,50	-2,60	-10,73	-7,6
Eletricidades, Gás e Água	1,74	5,61	12,00	0,68	33,10	1,60	8,50	-2,60	11,34	-1,4

Fonte: Sistema de Contas Regionais (SCR/IBGE). Elaboração própria. Crescimento em volume (real) do valor adicionado. (*) Resultados preliminares.

Na direção oposta, a Construção civil apresentou em todos os anos taxas de crescimento positivas. No ano de 2011, o forte crescimento de 11,55% retratou um ciclo de expansão da atividade cujo início remonta ao ano de 2008. O movimento revela menores impactos diante da crise internacional, além dos benefícios originados dos programas federais de incentivo a aquisição de moradias e dos estímulos oferecidos para construção de imóveis residenciais. A tal contexto, adiciona-se o aquecimento do mercado imobiliário na capital cearense e os investimentos realizados pela iniciativa privada, como a construção e expansão de centros comerciais, motivada pela expansão do comércio varejista local. A atividade no Ceará também foi positivamente afetada pelos investimentos conduzidos pelo governo do Estado voltados a requalificar e ampliar a infraestrutura econômica e urbana no Estado.

Os anos seguintes de 2012 e 2013, entretanto, indicaram o fim do ciclo de forte e contínua expansão. A redução nos investimentos públicos e privados, e os ajustes na oferta e na demanda por crédito após um período de forte aumento, ajudam a entender o menor ritmo de crescimento da atividade. Em 2014, a atividade voltou a crescer, mas num ritmo inferior ao percebido nos anos de expansão. Já em 2015, na esteira da crise econômica, o setor registrou uma retração de 10,73, acompanhando o movimento de outras atividades industriais.

O ritmo de crescimento do segmento de Eletricidade, gás e água também se mostrou interessante no período, especialmente a partir de 2012. Tal desempenho pode estar associado principalmente à geração de energia dos parques eólicos e das termelétricas no território cearense⁸.

Já a indústria extrativa mineral, que possui a menor participação na composição da indústria geral cearense, apresentou um comportamento volátil ao longo do período, mas registrando quedas no valor adicionado na maior parte dos anos. O comportamento da produção é diretamente afetado pelo movimento da produção de petróleo, uma vez que a extração do produto é a principal atividade extrativa mineral no Estado.

⁸ Apesar do forte crescimento em volume (real), a atividade perdeu participação na economia estadual. Tal fato é explicado pela redução dos preços, estimulada pelo governo federal nos anos de 2012 e 2013.

4.2 Indústria de Transformação

A indústria de transformação preservou ao longo dos anos analisados o posto de principal segmento da indústria cearense. Importante pelo valor adicionado e pela geração de emprego e renda, o setor possui também rebatimentos relevantes na competitividade da economia estadual. Neste contexto, a presente seção faz uma análise complementar sobre o desempenho da atividade, considerando seus principais segmentos.

Como já antecipado, a dinâmica da produção na indústria de transformação é analisada a partir de dois indicadores específicos, o Valor Bruto da Produção (VBP) e da Produção Física (PIM-PF)⁹. O VBP é uma medida da produção industrial, conceitualmente distinta do Valor Adicionado, mas complementar a este, uma vez que leva em consideração todos os custos envolvidos na produção. Outra vantagem do indicador é permitir uma avaliação dos segmentos que compõem a indústria de transformação, o que não é possível a partir apenas do valor adicionado. Vale frisar que as informações comentadas na sequência podem ser vistas na Tabela 4.4.

Em 2014, a produção da manufatura cearense chegou a R\$ 31,4 bilhões, resultado de um crescimento real de 38,3% sobre 2011. A principal influência positiva para o resultado partiu de atividades tradicionais no Estado, que se colocam como as principais para indústria cearense. Em conjunto, tais atividades responderam por 82,1% da expansão apresentada no período. Dentre estas, destaque para a Fabricação de Alimentos, Calçados e couros, e Derivados de petróleo.

No mesmo período, a produção nacional aumentou em 26,6% em termos reais, alcançando a soma de R\$ 2,3 trilhões. Como comparativo, as mesmas atividades que responderam por quase todo o crescimento cearense, foram responsáveis por 55,2% da expansão brasileira quando se considera o contexto nacional. O resultado evidencia a diferença de estrutura e da importância relativa das atividades entre as economias do país e do Estado. Como resultado dos movimentos, e considerando o VBP, a participação da manufatura cearense no quadro nacional passou de 1,2% em 2011 para 1,4% em 2014.

O grupo das principais atividades para transformação cearense, em um total de nove, concentrou 81,6% de toda produção em 2014, percentual próximo ao observado em 2011, que foi de 81,4%. Fabricação de produtos alimentares, de Calçados e couros, e de Vestuário se posicionaram como as três principais e concentraram, no último ano, 47,3% do valor total de produção.

⁹ O VBP é fornecido pela Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE) e sua edição mais recente tem o ano de 2014 como período de referência. A PIM-PF permite observar o ano de 2015 e complementa a análise.

Tabela 4.4 – Produção Industrial – Valor Bruto, Participações e Crescimento para Indústria de Transformação – Ceará e Brasil – 2011 e 2014

Industria de Transformação e Atividades	Ceará				Brasil				Crescimento**		Participação Ceará/Brasil	
	2011		2014		2011		2014		Ceará	Brasil	2011	2014
	R\$*	%	R\$*	%	R\$*	%	R\$*	%				
Indústrias de transformação	23.037,0	100,0%	31.426,9	100,0%	1.848.072,1	100,0%	2.308.936,2	100,0%	38,3%	26,6%	1,2%	1,4%
Fabricação de produtos alimentícios	4.657,3	20,2%	6.453,6	20,5%	349.718,7	18,9%	476.302,8	20,6%	40,5%	38,0%	1,3%	1,4%
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	4.063,2	17,6%	5.200,4	16,5%	29.365,9	1,6%	37.797,8	1,6%	29,7%	30,5%	13,8%	13,8%
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	2.332,6	10,1%	3.208,9	10,2%	39.869,6	2,2%	49.476,3	2,1%	39,4%	25,8%	5,9%	6,5%
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	1.219,1	5,3%	1.953,3	6,2%	66.742,9	3,6%	86.041,1	3,7%	62,4%	30,7%	1,8%	2,3%
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	777,3	3,4%	1.883,7	6,0%	144.791,9	7,8%	177.622,0	7,7%	145,6%	24,3%	0,5%	1,1%
Fabricação de bebidas	1.430,6	6,2%	1.817,7	5,8%	52.371,5	2,8%	67.548,2	2,9%	28,8%	30,7%	2,7%	2,7%
Metalurgia	1.136,9	4,9%	1.769,5	5,6%	130.007,6	7,0%	156.794,9	6,8%	57,8%	22,2%	0,9%	1,1%
Fabricação de produtos têxteis	2.030,5	8,8%	1.754,7	5,6%	36.507,1	2,0%	41.468,5	1,8%	-12,4%	15,1%	5,6%	4,2%
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1.106,8	4,8%	1.606,5	5,1%	55.804,3	3,0%	66.526,7	2,9%	47,1%	20,8%	2,0%	2,4%
Setores selecionados	18.754,3	81,4%	25.648,3	81,6%	905.179,6	49,0%	1.159.578,3	50,2%	38,6%	29,8%	2,1%	2,2%
Demais setores	4.282,7	18,6%	5.778,6	18,4%	942.892,5	51,0%	1.149.357,9	49,8%	36,8%	23,6%	0,5%	0,5%

Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA, 2014/IBGE). Elaboração própria. Nota: * Valores correntes; ** Crescimento real a partir dos valores a preços de 2014 pelo IGP-M.

Novamente comparando ao Brasil, as mesmas atividades que se posicionam como principais para o Ceará, concentraram 50,2% da produção industrial quando se considera o país. Já as três primeiras para o Estado, responderam por 24,4% da produção no contexto nacional. Ainda no comparativo, algumas dessas atividades são relativamente bem mais importantes para o Estado do que para o país. Neste grupo tem-se a fabricação de Calçados e couros, Vestuário, Têxteis e de Bebidas, atividades tradicionais para manufatura cearense. Por outro lado, Metalurgia e Refino de petróleo, embora importantes para o Estado, têm um peso relativamente maior para indústria nacional do que para o parque local.

Em relação ao VAB, o Valor bruto da produção (VBP) revela um comportamento distinto. Enquanto esse acusa uma expansão, o anterior revela uma redução da atividade de transformação no Estado. Pelo exposto, o crescimento da produção não foi suficiente para contrapor a elevação dos custos de produção (ou do consumo intermediário), o que explica matematicamente a redução indicada pelo valor adicionado. Neste contexto, entender a estrutura industrial ajuda na busca por explicações adicionais relevantes para esse movimento da produção.

Na verdade, perceber a composição e as diferenças de estrutura entre os parques industriais é um ponto importante para se entender e avaliar de forma correta a atividade. O perfil das atividades que caracterizam a indústria de transformação em determinada economia é determinante para as respostas que o setor oferece a uma determinada conjuntura econômica, para sua margem de manobra diante de ambientes econômicos adversos e para o seu nível de competitividade..

Como já mencionado, a indústria cearense se caracteriza pela produção de bens de consumo não duráveis, com menor valor agregado, como calçados, tecidos, vestuário e bebidas. Tal característica tende a tornar o parque fabril do Estado mais sensível às oscilações no poder de compra das famílias. Aumento nos níveis de desemprego, redução da massa salarial, alta inflação, restrições de crédito e expectativas ruins por parte do consumidor são aspectos conjunturais que afetam com força relativamente maior o desempenho da indústria de transformação cearense, reduzindo sua produção.

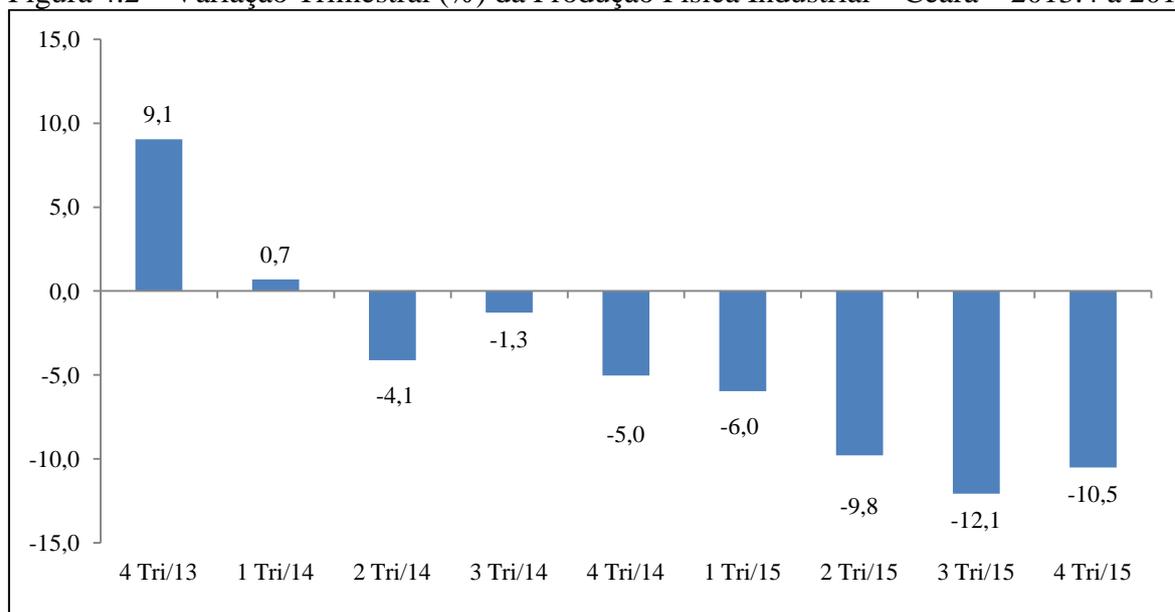
De fato, como apontado na seção anterior quando se analisou o valor adicionado bruto, a manufatura cearense parece ter sido especialmente afetada em uma realidade onde tais aspectos estavam presentes. A gravidade da conjuntura se soma a problemas estruturais ainda existentes e que minam o poder de competição e a margem de manobra do setor diante de um quadro conjuntural desfavorável¹⁰. O ano de 2015 ilustra bem esta realidade.

A análise para o ano mais recente se dá a partir dos dados apresentados pela PIM-PF. A pesquisa permite avaliar a performance da atividade no ano de 2015. O desempenho do último ano ajuda a perceber como a combinação entre perfil da indústria, quadro conjuntural e aspectos estruturais explica a trajetória do setor.

¹⁰ Os problemas estruturais já são conhecidos e formam uma lista extensa: deficiência em infraestrutura, tributação e legislação tributária perversa, baixa qualidade da mão de obra, ambiente de negócios desestimulante, entre outros.

No tocante aos números, os resultados trimestrais a partir de 2014 revelam uma dinâmica de redução continuada da produção industrial no Estado agravada no ano seguinte. O quadro de reduções seguidas na produção torna os números de 2015 ainda mais expressivos, uma vez que as fortes quedas se deram sobre uma base de comparação já deprimida. Como consequência dos movimentos ao longo dos trimestres, o ano fechou com uma redução acumulada de 9,7% na produção industrial do Estado. Na comparação com os anos anteriores, este se coloca como o segundo pior ano para a indústria desde o início da atual série de dados, em 2002. Apenas em 2011 se alcançou resultado pior, com queda de 13,0%. As Figuras 4.2 e 4.3, a seguir, mostram esta dinâmica.

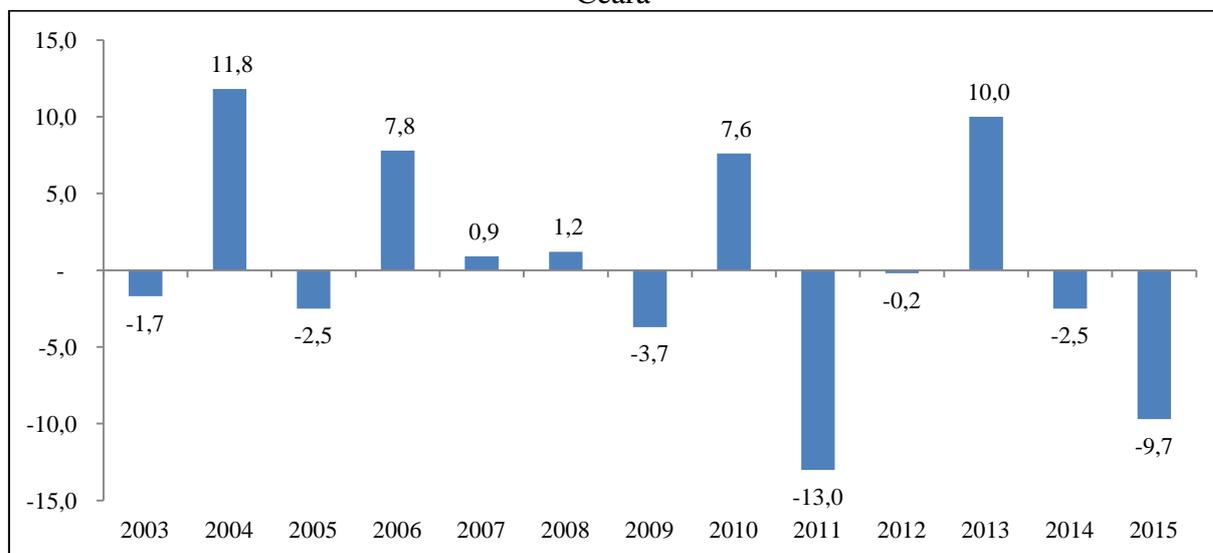
Figura 4.2 – Variação Trimestral (%) da Produção Física Industrial – Ceará – 2013.4 a 2015.4



Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração própria.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior.

Figura 4.3 – Taxas de Crescimento Anual (%) da Ind. de Transformação – 2003 a 2015 – Ceará



Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração própria. Cálculo a partir do índice acumulado no ano para o mês de dezembro de cada ano (base igual período do ano anterior). Taxas de crescimento com relação ao ano anterior.

A realidade cearense, conforme pode ser constatado pela inspeção da Tabela 4.5 para o ano de 2015 é, na verdade, comum às demais unidades da federação. O ambiente de menor dinamismo e retração na indústria ocorre na maior parte dos Estados brasileiros, independente do perfil de sua indústria ou do nível de competitividade apresentada por estas. Entre as quatorze unidades com levantamento, apenas duas delas acumularam resultados positivos em 2015. Entre aquelas que apresentaram redução, destaque para os principais parques industriais do país, como Amazonas (-17,7%), Rio Grande do Sul (-11,8%), Rio de Janeiro (-11,2%) e São Paulo (-11,0%). Por outro lado, com resultados positivos, as indústrias de Mato Grosso (4,7%) e Espírito Santo (1,7%). A indústria nacional encolheu em 9,9%, enquanto a manufatura no Nordeste encolheu relativamente menos, 2,7% em 2015. (PAIVA, 2016)

Tabela 4.5 - Variação (%) da Produção Física Industrial - Brasil e Estados – Out-Dez/2014 e 2015 e Acumulado do Ano

Brasil e Estados	Acumulado Ano (2014)	Acumulado Ano (2015)
Brasil	-4,2	-9,9
Nordeste	0,2	-2,7
Mato Grosso	4,2	4,7
Espírito Santo	-3,5	1,7
Goiás	6,0	-2,3
Pernambuco	0,3	-3,5
Pará	-0,8	-3,6
Bahia	-2,9	-7,0
Santa Catarina	-2,5	-7,9
Paraná	-5,1	-9,6
Ceará	-2,5	-9,7
Minas Gerais	-3,9	-10,1
São Paulo	-6,2	-11,0
Rio de Janeiro	-4,6	-11,2
Rio Grande do Sul	-4,3	-11,8
Amazonas	-4,0	-17,7

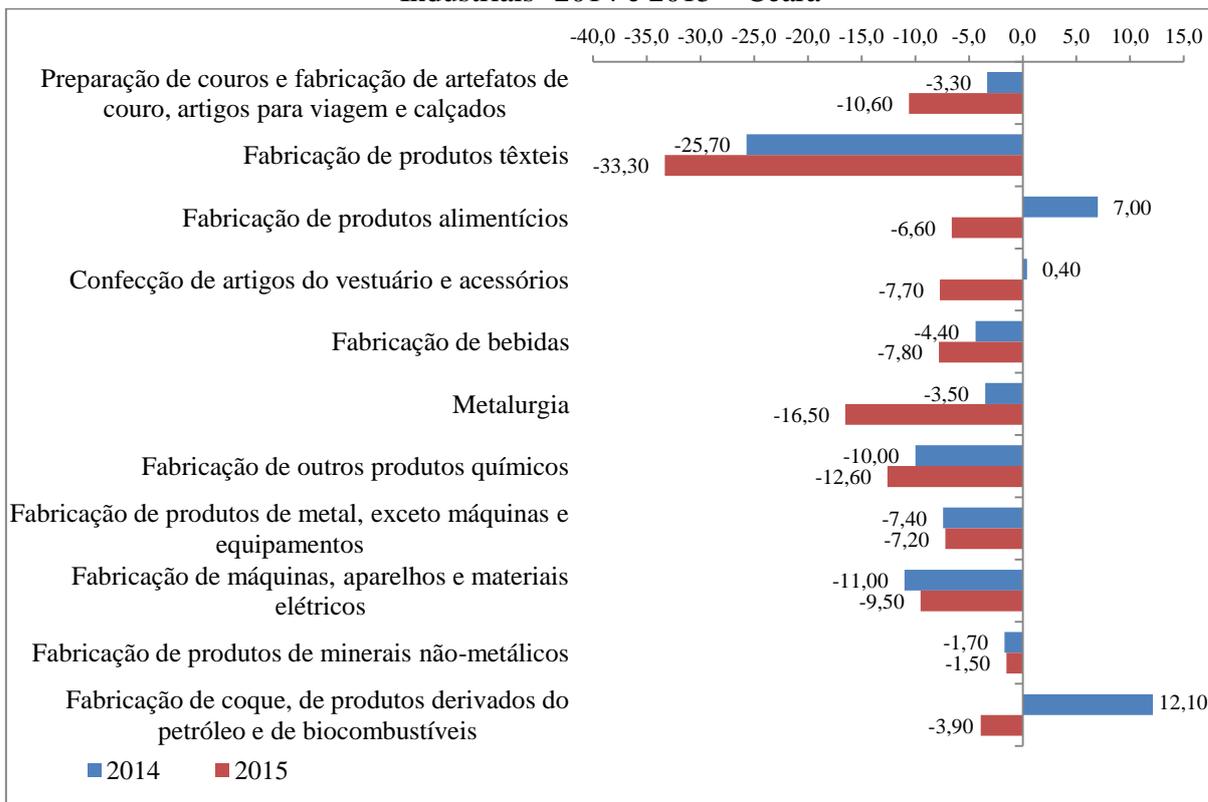
Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior. Ordenado pelo acumulado do ano de 2015.

O comportamento da indústria de transformação no último ano reflete em boa medida os resultados setoriais, que se mostraram negativos e confirmaram um ambiente de forte retração do segmento no Ceará. O desempenho é fruto de um ambiente totalmente desfavorável à atividade produtiva, no qual prevalece a construção de expectativas negativas por parte dos agentes, muito devido a uma realidade de desemprego e alta inflação.

Tais elementos ajudam a entender as reduções continuadas na produção, que culminaram com um ano em que todas as atividades registraram quedas na comparação com 2014. O desempenho de cada atividade industrial da economia cearense pode ser mais bem visualizado na Figura 4.4, que compara a taxa de crescimento para os anos de 2014 e 2015.

Figura 4.4 - Taxa de Crescimento Acumulada (%) da Produção Industrial por Atividades Industriais- 2014 e 2015 – Ceará



Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior. Ordenado pela maior contribuição ao resultado acumulado de 2015.

4.3 Considerações Finais

Os anos de 2010 a 2015 marcaram uma inflexão na dinâmica de crescimento das economias do Ceará e do Brasil. O enfraquecimento dos estímulos que atuaram fortemente até 2010, o início e agravamento da crise fiscal e a instauração de uma forte crise política e de governabilidade puseram fim à realidade de taxas robustas de crescimento econômico.

Em linhas gerais, todos os setores e todos os Estados sofreram com o novo quadro político e econômico que se instaurou no país, a economia cearense inclusive. Contudo, a indústria e, em particular, o segmento de transformação, se mostraram mais sensíveis.

Devido ao perfil de produção caracterizado pela concentração em bens de consumo não duráveis, a indústria de transformação cearense se ressentiu a partir de 2011 da redução observada no consumo das famílias. Por outro lado, Construção civil, favorecida por uma combinação virtuosa de estímulos públicos e investimentos privados, preservou taxas relevantes de expansão, contrapondo a realidade da transformação. Em 2015, com a piora considerável das adversidades econômicas e políticas, os segmentos de transformação e construção amargaram resultados negativos.

O último ano ilustra de forma didática a reversão de cenário por qual passou a economia nacional e do Ceará. Evidenciou, ainda, os severos rebatimentos da nova conjuntura no parque industrial local, agravando os problemas estruturais ainda presentes.

5 Análise do Desempenho do Comércio Varejista

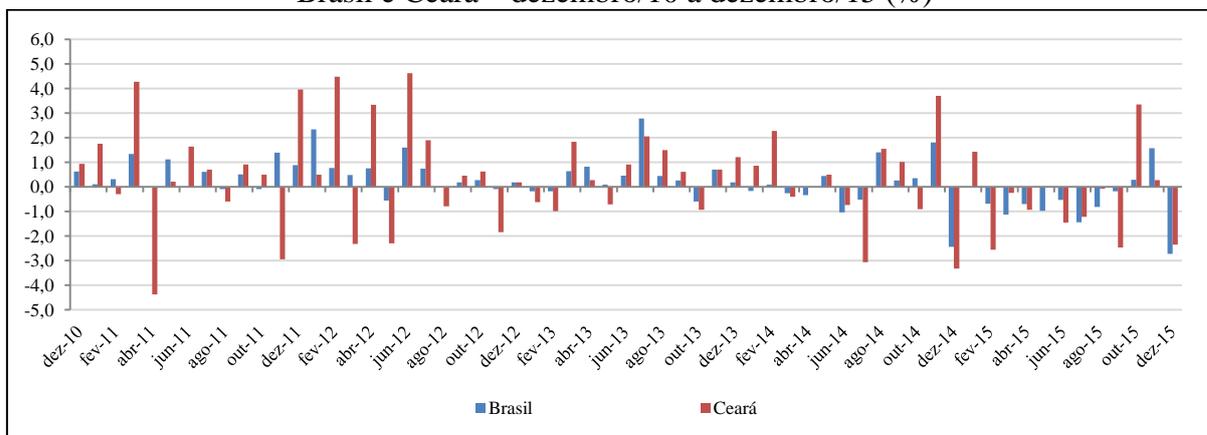
Alexsandre Lira Cavalcante

5.1 Varejo Comum

Pelos dados da Pesquisa Mensal do Comércio, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível se obter uma visão detalhada do comportamento tanto de curto como médio e de longo prazo da dinâmica mensal do volume de vendas do varejo cearense e nacional ao longo dos últimos anos.

Na Figura 5.1 é possível observar a variação mensal com ajuste sazonal do comportamento do volume de vendas do varejo comum nacional e cearense para o período compreendido entre os anos de 2011 e 2015. De início é possível observar que quedas para o mês de dezembro ocorreram apenas nos últimos dois anos e que as vendas locais apresentam um comportamento de oscilação bem mais acentuado que o nacional no referido período, registrando, assim, variações mais bruscas, principalmente ao longo dos anos de 2012 e 2015. Nota-se que o pico de crescimento do varejo local entre os anos de 2011 e 2015 foi observado com a recuperação de vendas ocorrida em junho de 2012 (+4,6%) e a maior queda foi observada em abril de 2011(-4,4%).

Figura 5.1: Variação mensal com ajuste sazonal do volume de vendas do varejo comum – Brasil e Ceará – dezembro/10 a dezembro/15 (%)

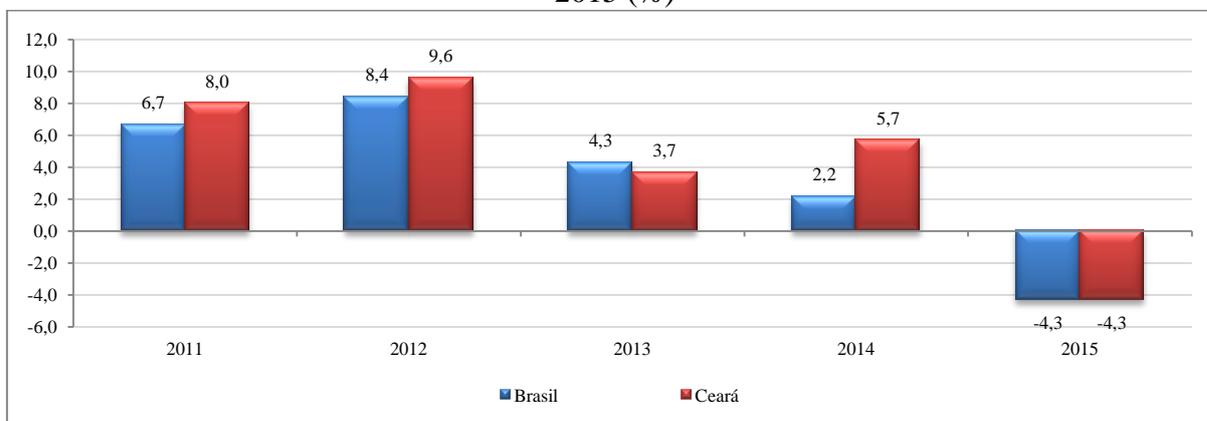


Fonte: PMC/IBGE. Elaboração IPECE.

Na Figura 5.2 observa-se a variação anual do volume de vendas do varejo comum para os últimos cinco anos. Dessa forma, é possível ter-se uma noção do desempenho das vendas anuais do varejo comum comparado ao mesmo período do ano anterior. Nota-se que o ano de 2012 foi o

que registrou as maiores altas, de 8,4%, para o varejo nacional, e de 9,6%, para o varejo cearense. Todavia, no acumulado do ano de 2015, o varejo comum nacional e cearense passaram a registrar quedas significativas e iguais a 4,3%.

Figura 5.2: Variação anual do volume de vendas do varejo comum - Brasil e Ceará - 2011 a 2015 (%)

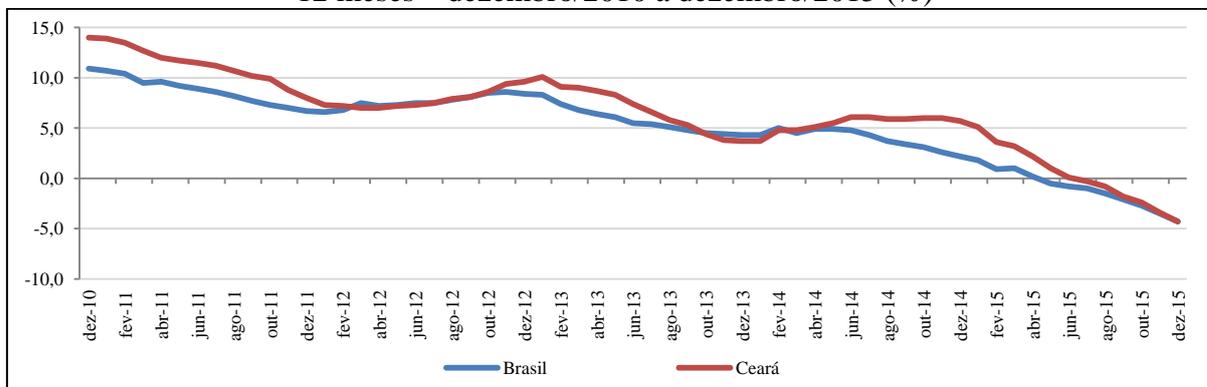


Fonte: PMC/IBGE. Elaboração IPECE.

Na Figura 5.3 é apresentada a trajetória da dinâmica de curto, médio e longo prazos do volume de vendas do varejo comum nacional e cearense capturada pela taxa de variação do acumulado de 12 meses, refletindo de forma mais explícita o efeito marginal do desempenho mensal das vendas do varejo no período mais recente e para os últimos cinco anos.

Nota-se que os momentos de recuperação nas vendas do varejo nacional e cearense ocorreram ao longo de 2012 e também ao longo do primeiro semestre de 2014. Contudo, já a partir do segundo semestre de 2014 o varejo nacional já mostrava nítidos sinais de desaquecimento nas vendas, comportamento esse seguido, posteriormente, pelo varejo cearense. Pode-se apontar como as possíveis causas desse resultado o aumento do endividamento das famílias, combinado com o aumento da taxa de desemprego e pelo encarecimento do custo de vida da população.

Figura 5.3: Variação do volume de vendas do varejo comum – Brasil e Ceará – Acumulado de 12 meses – dezembro/2010 a dezembro/2015 (%)



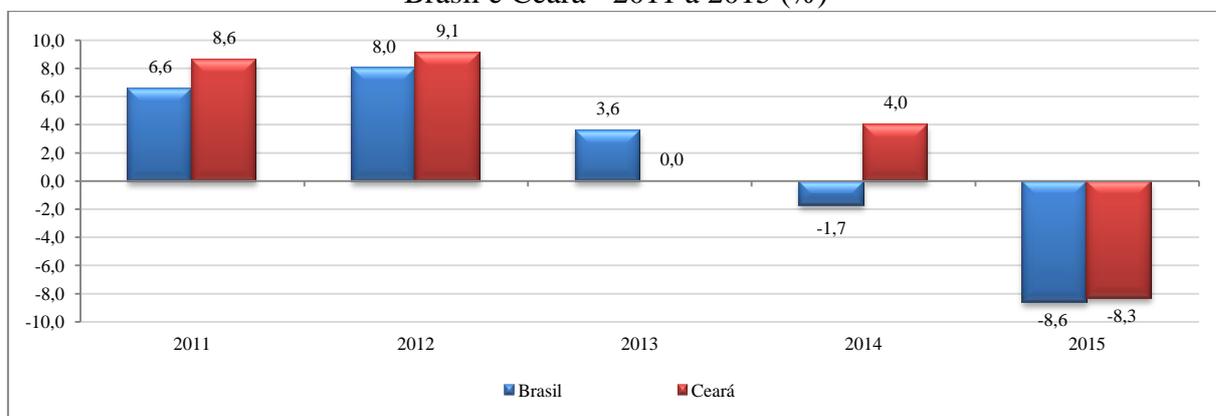
Fonte: PMC/IBGE. Elaboração IPECE.

5.2 Varejo Ampliado

Pela análise da Figura 5.4 observa-se a variação anual do volume de vendas do varejo ampliado que inclui além dos setores do varejo comum, também as vendas de Veículos, motocicletas, partes e peças e de Material de construção, para os últimos cinco anos. Dessa forma, é possível ter-se uma noção do desempenho das vendas do varejo ampliado comparado ao mesmo período do ano anterior.

Nota-se que o ano de 2012 foi o que registrou as maiores altas, de 8,0%, para o varejo nacional e, de 9,1%, para o varejo cearense. Todavia, no ano de 2015, o varejo ampliado nacional e cearense passou a registrar baixas expressivas de 8,6% e 8,3%, respectivamente. Quedas maiores que aquelas observadas no varejo comum. O pior resultado nas vendas do varejo ampliado deveu-se à forte queda nas vendas dos setores de veículos e de materiais de construção, também bastante impactadas pela piora no quadro geral da conjuntura macroeconômica.

Figura 5.4: Variação anual do volume de vendas do varejo ampliado
Brasil e Ceará - 2011 a 2015 (%)

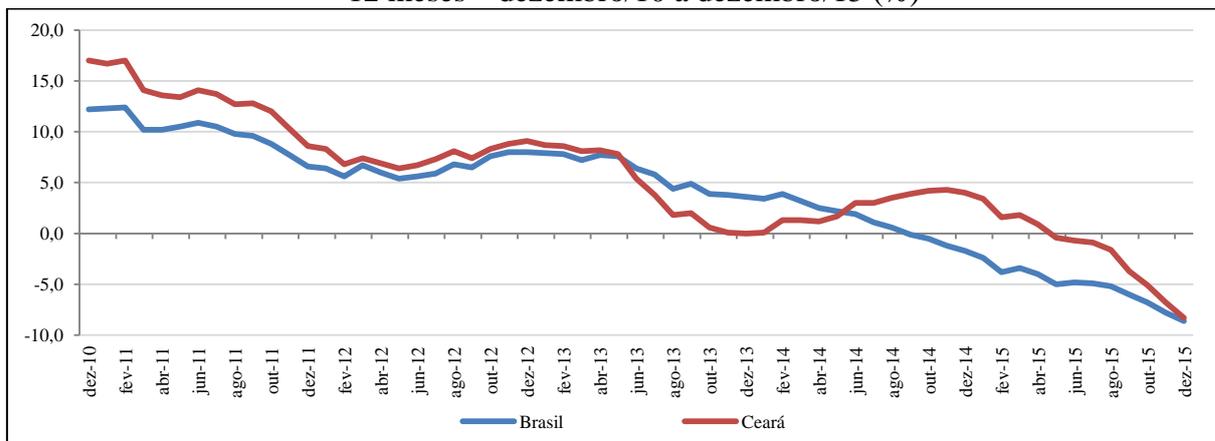


Fonte: PMC/IBGE. Elaboração IPECE.

Pela análise da Figura 5.5, é possível observar a trajetória da dinâmica de curto, médio e longo prazos relativa à taxa de variação do acumulado de 12 meses para o volume de vendas do varejo ampliado nacional e cearense, refletindo o efeito marginal do desempenho mensal das vendas do varejo observadas para os últimos cinco anos.

Em 2012, a recuperação nas vendas do varejo ampliado apresentou nítida recuperação frente a um ano de retração, principalmente a partir do segundo semestre daquele ano. O varejo ampliado cearense novamente experimentou uma segunda recuperação também no segundo semestre de 2014, vindo a apresentar nítidas perdas a partir de 2015, passando a acompanhar a trajetória de queda nas vendas do varejo nacional já observada desde o início de 2014.

Figura 5.5: Variação do volume de vendas do varejo ampliado – Brasil e Ceará – Acumulado de 12 meses – dezembro/10 a dezembro/15 (%)



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração IPECE.

5.3 . Análise do Comércio Varejista no Contexto Nacional

Depois de analisada a dinâmica das vendas anuais para o varejo comum e ampliado cearense e nacional faz-se necessário um olhar mais detalhado no desempenho das vendas dos outros estados permitindo assim uma melhor comparação do desempenho do varejo cearense.

Na Tabela 5.1 é apresentada a variação anual do volume de vendas do varejo comum para os últimos cinco anos. Observa-se que apenas o estado de Roraima registrou variação positiva de 6,5% nas vendas no ano de 2015. Os estados que registraram as maiores quedas no acumulado do referido ano foram: Amapá (-12,4%), Paraíba (-10,3%), Goiás (-10,2%), Mato Grosso (-8,2%) e Bahia (-8,1%).

Neste mesmo ano, o varejo comum cearense apresentou a décima primeira menor queda nas vendas nacionais de 4,3%, superado pelos estados que apresentaram quedas inferiores nas vendas tais como: Mato Grosso do Sul (-1,6%), Sergipe (-1,9%), Minas Gerais (-1,9%), Acre (-2,4%), Santa Catarina (-3,1%), Rio de Janeiro (-3,2%), Paraná (-3,2%), São Paulo (-3,5%), Rio Grande do Norte (-3,8%) e Tocantins (-3,8%).

Tabela 5.1: Variação anual do volume de vendas do varejo comum - Brasil e Estados - 2011 a 2015 (%)

Estados	2011	2012	2013	2014	2015
Roraima	10,6	26,7	3,3	9,9	6,5
Mato Grosso do Sul	5,5	16,9	10,9	4,1	-1,6
Sergipe	0,5	5,4	2,8	1,6	-1,9
Minas Gerais	10,0	6,7	0,9	2,6	-1,9
Acre	9,5	12,8	4,0	12,6	-2,4
Santa Catarina	6,3	7,4	2,6	0,4	-3,1
Rio de Janeiro	6,8	4,1	5,0	3,2	-3,2
Paraná	7,0	9,9	6,4	2,3	-3,2
São Paulo	5,9	9,7	4,2	1,2	-3,5
Rio Grande do Norte	7,0	7,0	9,3	3,2	-3,8
Tocantins	25,2	15,5	4,9	5,7	-3,8
Ceará	8,0	9,6	3,7	5,7	-4,3
Piauí	5,0	7,0	3,8	2,6	-4,6
Pará	8,1	8,1	5,9	2,9	-4,9
Distrito Federal	4,3	4,5	2,8	0,1	-5,8
Rondônia	10,6	5,7	9,3	9,3	-6,0
Rio Grande do Sul	6,1	9,0	3,8	2,3	-6,1
Maranhão	9,4	11,8	8,5	5,5	-7,0
Amazonas	4,9	4,3	3,9	0,3	-7,3
Espírito Santo	7,5	10,6	1,5	0,3	-7,6
Pernambuco	6,6	10,9	6,1	2,8	-7,7
Alagoas	3,5	8,4	7,0	4,5	-8,0
Bahia	7,1	9,7	2,7	4,6	-8,1
Mato Grosso	3,7	6,5	6,0	2,5	-8,2
Goiás	7,4	8,8	4,6	1,4	-10,2
Paraíba	14,2	9,6	9,2	2,6	-10,3
Amapá	0,9	18,1	3,0	9,0	-12,4
Brasil	6,7	8,4	4,3	2,2	-4,3

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração IPECE.

Já na Tabela 5.2 é mostrada a variação anual do volume de vendas do varejo ampliado para os últimos cinco anos e para todos os estados brasileiros. Agora, tem-se uma nítida retração de vendas no acumulado do ano de 2015 em todos os estados. Os estados que registraram as maiores quedas acumuladas foram: Espírito Santo (-16,2%), Goiás (-15,0%), Tocantins (-14,9%), Paraíba (-14,6%) e Rio Grande do Sul (-13,2%). O estado do Ceará registrou a nona menor queda no varejo ampliado no acumulado do ano de 2015, a primeira no período analisado.

Tabela 5.2: Variação anual do volume de vendas do varejo ampliado - Brasil e Estados - 2011 a 2015 (%)

Estados	2011	2012	2013	2014	2015	Var. Absoluta (2011-2015)
Roraima	9,4	17,8	3,1	7,1	-0,7	-10,1
Rio Grande do Norte	5,5	7,6	8,8	2,2	-5,9	-11,4
São Paulo	5,8	9,7	3,0	-6,2	-5,9	-11,7
Mato Grosso do Sul	3,9	9,6	7,7	-0,6	-6,1	-10,0
Pará	6,1	11,9	2,6	2,0	-6,6	-12,7
Minas Gerais	9,0	5,7	-0,4	-0,2	-7,0	-16,0
Rio de Janeiro	6,6	4,1	6,1	1,7	-8,0	-14,6
Sergipe	0,0	7,5	2,0	2,2	-8,2	-8,2
Ceará	8,6	9,1	0,0	4,0	-8,3	-16,9
Piauí	5,1	9,1	5,9	1,4	-8,9	-14,0
Bahia	4,7	11,0	1,7	1,1	-9,3	-14,0
Paraná	8,8	8,5	7,0	-3,0	-9,3	-18,1
Rondônia	6,4	5,9	1,0	5,7	-9,8	-16,2
Santa Catarina	7,8	4,3	3,7	1,5	-10,1	-17,9
Amazonas	2,6	1,6	4,6	1,9	-10,5	-13,1
Pernambuco	5,9	9,1	5,2	1,4	-10,8	-16,7
Alagoas	3,3	13,0	5,1	2,3	-10,9	-14,2
Maranhão	9,7	11,4	5,3	3,0	-11,3	-21,0
Acre	7,1	9,4	11,1	4,7	-11,4	-18,5
Mato Grosso	9,2	14,3	4,8	0,5	-11,5	-20,7
Distrito Federal	2,1	6,8	-0,3	-0,5	-12,3	-14,4
Amapá	-4,6	12,2	1,3	-0,2	-12,6	-8,0
Rio Grande do Sul	6,2	8,8	6,4	0,3	-13,2	-19,4
Paraíba	10,0	7,4	8,4	2,5	-14,6	-24,6
Tocantins	22,2	15,7	2,4	5,3	-14,9	-37,1
Goiás	7,4	8,6	5,3	-2,3	-15,0	-22,4
Espírito Santo	15,0	2,8	-4,3	-3,9	-16,2	-31,2
Brasil	6,6	8,0	3,6	-1,7	-8,6	-15,2

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração IPECE.

5.4 . Análise do Comércio Varejista por Atividades

Após analisar a dinâmica das vendas do varejo comum e ampliado por estados, apresentam-se agora os principais resultados das vendas por atividades tanto para o Brasil quanto para o Ceará na Tabela 5.3.

No varejo nacional, das treze atividades observadas, apenas Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+3,0%) apresentou crescimento nas vendas no acumulado do ano de 2015, apresentando nítida desaceleração no ritmo de crescimento quando comparado aos anos anteriores.

Por outro lado, as maiores quedas nas vendas nacionais foram observadas nos seguintes setores: Veículos, motocicletas, partes e peças (-17,8%); Móveis (-16,5%); Eletrodomésticos (-13,0%); Livros, jornais, revistas e papelaria (-10,9%); Tecidos, vestuário e calçados (-8,6%) e Material de construção (-8,4%).

Vale destacar que os setores de Veículos, motocicletas, partes e peças; Livros, jornais, revistas e papelaria; Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação e de Tecidos, vestuário e calçados haviam também registrado queda nas vendas no acumulado do ano de 2014, revelando o mau momento vivido por estes setores da economia do país.

Tabela 5.3: Variação do volume de vendas do varejo por atividades – Brasil e Ceará – Acumulado do ano – 2011 a 2015 (%)

Atividades	Brasil					Ceará				
	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	9,7	10,3	10,1	9,0	3,0	18,3	13,2	17,1	4,4	6,1
Tecidos, vestuário e calçados	3,6	3,5	3,4	-1,1	-8,6	-4,6	8,7	6,3	9,4	2,1
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	4,0	9,3	10,3	7,9	-1,3	0,9	-1,6	3,1	15,3	0,4
Combustíveis e lubrificantes	1,5	6,9	6,3	2,6	-6,1	-1,4	22,3	12,2	9,8	-4,4
Hipermercados e supermercados	4,0	8,9	1,9	1,3	-2,6	7,2	7,4	-0,5	2,4	-4,7
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	4,0	8,4	1,9	1,3	-2,5	7,2	7,5	-0,4	2,0	-5,2
Material de construção	9,1	8,0	6,9	0,0	-8,4	2,2	15,8	3,5	7,8	-6,4
Móveis	-	11,9	-1,6	0,5	-16,5	-	17,2	23,9	7,8	-8,0
Móveis e eletrodomésticos	16,6	12,2	4,9	0,6	-14,1	15,6	22,0	5,9	6,7	-10,8
Livros, jornais, revistas e papelaria	5,9	5,4	2,6	-7,7	-10,9	16,7	-4,3	-1,5	-8,4	-11,7
Eletrodomésticos	-	11,3	8,6	0,9	-13,0	-	25,3	-3,6	5,8	-12,5
Veículos, motocicletas, partes e peças	6,1	7,3	1,5	-9,4	-17,8	10,6	6,8	-8,1	-0,3	-18,2
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	19,6	7,0	6,9	-1,7	-1,8	21,7	-23,6	-0,2	3,9	-25,1

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração IPECE.

Apesar da crise observada no varejo nacional, três atividades do varejo cearense ainda conseguiram registrar variações positivas nas vendas em 2015, na comparação com 2014: Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+6,1%), revelando aceleração no ritmo de crescimento; Tecidos, vestuário e calçados (+2,1%) e Outros artigos de uso pessoal e domésticos (+0,4%).

Por outro lado, as maiores quedas foram observadas nos setores de Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-25,1%); Veículos, motocicletas, partes e peças (-18,2%); Eletrodomésticos (-12,5%); Livros, jornais, revistas e papelaria (-11,7%); Móveis (-8,0%) e Material de construção (-6,4%).

Vale destacar que no ano de 2014, apenas Livros, jornais, revistas e papelaria (-8,4%) e Veículos, motocicletas, partes e peças (-0,3%) apresentaram queda comparada no acumulado do ano de 2013, revelando que no estado do Ceará as vendas desses dois setores estão enfrentando graves problemas (Tabela 5.3).

5.5 . Considerações Finais

Com base nos dados analisados é possível afirmar que o varejo cearense acompanhou a trajetória de desaceleração do ritmo de crescimento das vendas do varejo nacional, passando a registrar taxas negativas de crescimento mensais e também variações negativas anuais principalmente a partir dos primeiros meses do ano de 2015 tanto no varejo comum quanto no varejo ampliado.

Conforme relatório divulgado pelo IPECE (2016a), foi observado em 2015 um aumento da taxa de desemprego nacional, nordestino e cearense relativamente aos anos imediatamente anteriores. Esse fato pode explicar em parte os resultados observados nas vendas do varejo, pois

a piora nos indicadores de emprego pode afetar de algum modo a disposição para comprar por parte das famílias.

Os sucessivos resultados mensais negativos das vendas do varejo cearense, observados no ano de 2015, afetaram o desempenho desse setor no acumulado do ano que passou a registrar queda de 4,3% no varejo comum e queda de 8,3% no varejo ampliado, bem diferente do ocorrido em anos anteriores quando sempre foram observadas taxas positivas de crescimento, apesar de decrescentes a partir de 2012.

Segundo relatório do IPECE (2016b), o varejo cearense experimentou um período áureo de expansão entre 2004 e 2014, quando foram taxas mensais sucessivas e positivas no varejo comum. Contudo, a partir de 2015, ocorreu uma reversão clara desse processo de expansão das vendas do varejo cearense.

Já no varejo ampliado, dados para estados somente são observados a partir de 2005, donde se pode afirmar que quedas mensais sucessivas de magnitude significativas iguais às registradas em 2015, nunca foram observadas na pesquisa. A maior queda mensal registrada no varejo ampliado cearense foi de 16,5%, tendo ocorrido exatamente em setembro de 2015. Já a maior queda no varejo ampliado nacional (-13,2%) ocorreu em novembro de 2015.

Esse desempenho negativo foi provocado pela redução nas vendas anuais em dez das treze atividades analisadas na pesquisa, em especial as atividades de Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; Veículos, motocicletas, partes e peças; Eletrodomésticos; Móveis e Material de construção. Apenas os setores de Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; Tecidos, vestuário e calçados e de Outros artigos de uso pessoal e doméstico registraram desempenho positivo no ano.

Fatores como elevação dos preços dos produtos, em decorrência principalmente da pressão de demanda, aumento dos custos de produção, em especial o custo da energia elétrica, bem como elevado endividamento das famílias podem ter contribuído para os resultados negativos observados para o varejo nacional e cearense em 2015.

6 Comércio Exterior

Ana Cristina Lima Maia

José Freire Junior

6.1 Balança Comercial

O propósito deste capítulo é oferecer uma visão geral do comércio exterior do Ceará no período de 2011 a 2015, abordando a dinâmica das pautas exportadora e importadora do Estado, bem como os países de destino e origem das mercadorias. O Comércio exterior cearense nos últimos anos vem ganhando maior importância devido a Zona de Processamento de Exportação (ZPE), tendo a Companhia Siderúrgica do Pecem como a primeira empresa instalada na ZPE, contribuindo para o maior dinamismo da balança comercial cearense.

A Balança Comercial do Estado do Ceará bem como a do Nordeste, tiveram saldos negativos, sendo que em 2015, os déficits foram superiores a 2011, conforme pode ser constatado na Tabela 6.1. Nota-se, portanto, que o saldo negativo decorreu da combinação conjunta entre queda nas exportações e aumento das importações, para o Ceará, e queda nas exportações acompanhada, também, de queda nas importações, para a Região Nordeste. Já no caso do Brasil, o saldo da Balança Comercial permaneceu positivo nos anos de 2011 e 2015, porém, com uma redução de US\$ 29,8 bilhões, em 2011, para US\$ 19,7 bilhões, em 2015.

Em comum, tem-se que o Ceará, o Nordeste e o Brasil tiveram queda em sua corrente de comércio, que leva em conta a composição das exportações e importações. No caso do Ceará, esta redução passou de US\$ 3,8 bilhões, em 2011, para US\$ 3,7 bilhões, em 2015, revelando um agravamento da crise econômica.

A tabela 6.2 evidencia, com mais nitidez, a crise na Balança Comercial, comparando dois períodos 2011 e 2015, no Ceará, Nordeste e Brasil. A queda nas exportações do Ceará e do Brasil ficou bem próxima (em torno de 25%), enquanto no Nordeste a redução foi menor, em torno de 22%. Ou seja, uma queda de um quarto do total exportado no intervalo de cinco anos, o que é bastante preocupante. Com relação às importações o Estado do Ceará caminhou em sentido contrário à Região Nordeste e ao País, ou seja, registrou um aumento nas importações de 12% em 2015/2011, enquanto o Brasil e o Nordeste registraram queda.

Tabela 6.1: Balança Comercial – CE/NE/BR – 2011 – 2015(*)

Descrição	2011			2015		
	Ceará	Nordeste	Brasil	Ceará	Nordeste	Brasil
Exportação	1.403	18.845	256.040	1.046	14.655	191.134
Importação	2.401	24.132	226.247	2.690	21.427	171.449
Saldo	-997	-5.287	29.793	-1.644	-6.772	19.685
Corrente de Comércio	3.804	42.978	482.286	3.735	36.082	362.583

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE. (*)Valores em US\$ 1.000.000 FOB.

Com relação à Corrente de Comércio, o Estado do Ceará foi o que teve a menor queda relativa no período analisado (-1,80%), certamente devido ao incremento de suas importações de 12,03%. (Tabela 6.2).

Tabela 6.2: Taxa de Crescimento da Balança Comercial – CE/NE/BR – 2011 – 2015

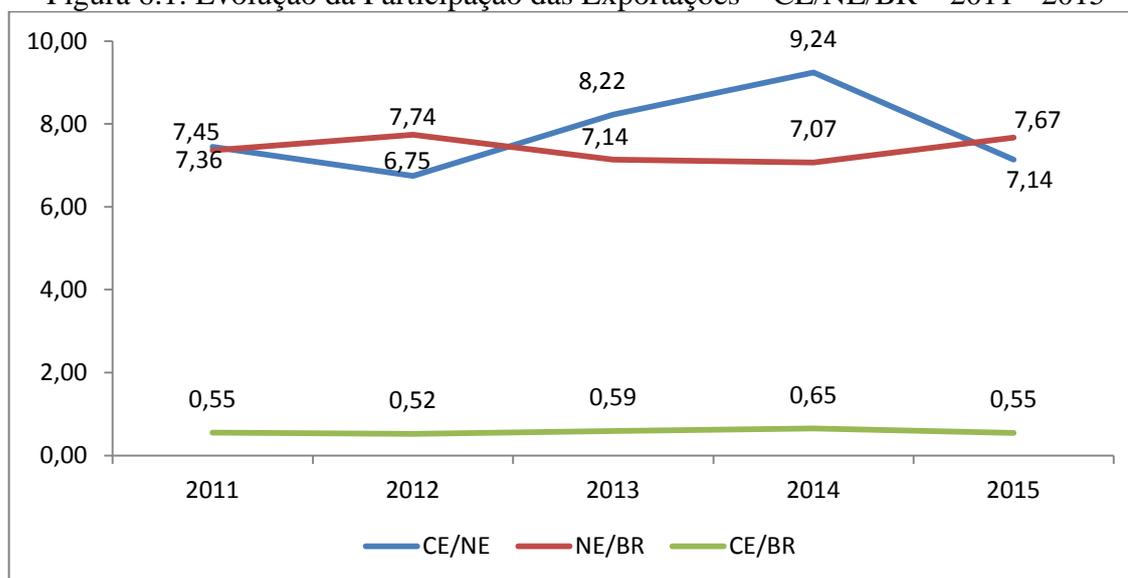
Descrição	Crescimento (%) 2015/2011		
	Ceará	Nordeste	Brasil
Exportação	-25,48	-22,23	-25,35
Importação	12,03	-11,21	-24,22
Corrente de Comércio	-1,80	-16,04	-24,82

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

A participação das exportações cearenses, em relação à brasileira, permaneceu estável, em média de 0,57%, no período de 2011 a 2015. Ou seja, não houve nenhuma melhora das exportações cearenses ao longo desses cinco anos, com exceção em 2014, quando houve uma leve melhora que ultrapassou 0,6%. (Figura 6.1).

Já a participação das exportações cearenses em relação ao Nordeste como um todo, não chega a 10%, apenas em 2014, essa participação, que vinha crescendo desde 2012, alcançou seu ponto máximo (9,24%). (Figura 6.1).

Figura 6.1: Evolução da Participação das Exportações – CE/NE/BR – 2011 - 2015

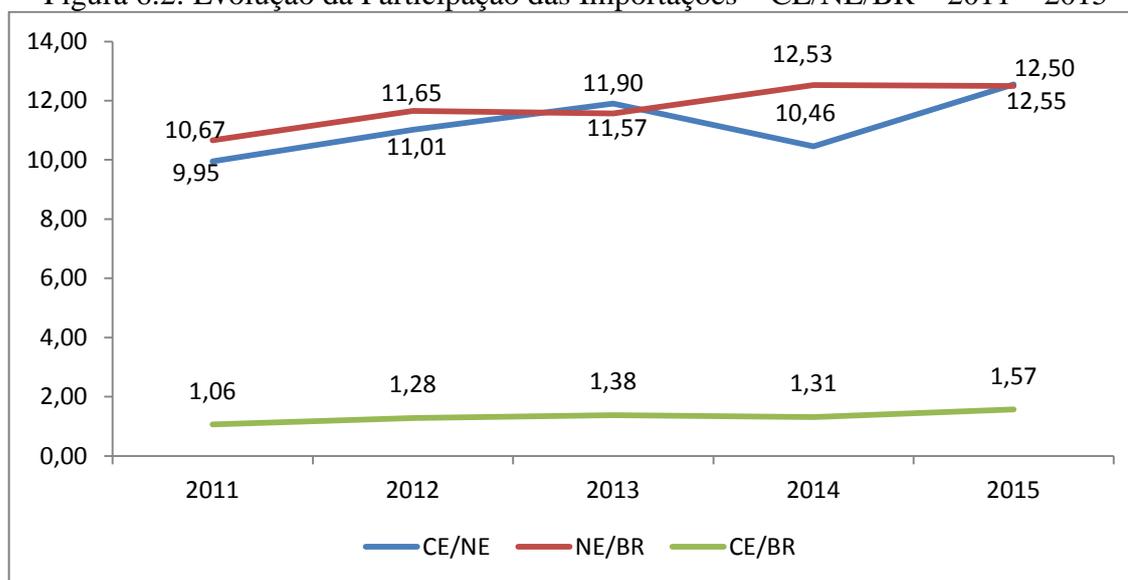


Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

A participação das importações cearenses em relação às importações brasileiras, apresentada na Figura 6.2, ficou em torno de 1,32%, portanto, mais que o dobro da participação nas exportações, já comentadas acima. Porém, somente em 2015, observou-se uma variação acima da média (1,57%).

Houve um crescimento da participação das importações cearenses em relação ao Nordeste a partir de 2011, passando de 9,95%, nesse ano, para 11,9%, em 2013. Porém, em 2014 essa trajetória foi interrompida, com uma queda na participação das importações cearenses (10,46%). Em 2015, a participação voltou a subir alcançando 12,55%, o maior percentual no período analisado.

Figura 6.2: Evolução da Participação das Importações – CE/NE/BR – 2011 – 2015



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

6.2 Exportações por Produtos

As exportações de calçados e suas partes constituem um item importante na pauta dos produtos exportados pelo Ceará, respondendo por mais de um quarto de tudo o que é exportado. No entanto, constatou-se uma queda de 22,5% no valor exportado de calçados de 2011 para 2015, refletindo o momento de crise no setor exportador do Estado.

O segmento de Couro e peles vem como segundo no *ranking*, dentre os principais produtos exportados pelo Ceará, aumentando sua participação nas exportações, apesar da queda do valor exportado de 2011 para 2015.

Dos quatro principais produtos exportados pelo Ceará em 2011 e 2015, o que mais sofreu em termos relativos foi a Castanha de caju que perdeu participação em 2015, caindo para 8,14%, além da queda no valor das exportações, equivalente a 51,7%. Já as exportações de frutas, além de aumentar sua participação de 7,3%, em 2011, para 11,4%, em 2015, cresceram 15,9%, colocando-se na contramão dos principais itens exportados.

Portanto, dos principais produtos exportados pelo Ceará, em 2015, foi observado crescimento das vendas externas em relação a 2011, apenas de Frutas (15,9%), Ceras vegetais (10,99%) e Máquinas, equipamentos, aparelhos e materiais elétricos (92,8%), o que mostra a

situação difícil das exportações cearenses em 2015 quando comparada com a situação em 2011.

Tabela 6.3: Principais Produtos Exportados pelo Ceará – 2011 – 2015(*)

Principais produtos	2011		2015		Var % (2015/2011)
	(US\$ FOB)	Part %	(US\$ FOB)	Part %	
Calçados e suas partes	365.963.180	26,08	283.541.093	27,11	-22,52
Couros e peles	185.746.047	13,24	162.030.478	15,49	-12,77
Frutas	102.590.279	7,31	118.927.151	11,37	15,92
Castanha de caju	176.050.263	12,55	85.098.437	8,14	-51,66
Preparações alimentícias diversas	69.553.214	4,96	67.356.200	6,44	-3,16
Ceras vegetais	58.215.910	4,15	64.615.241	6,18	10,99
Produtos têxteis	86.936.455	6,20	46.510.591	4,45	-46,50
Máquinas, equipamentos, aparelhos e materiais elétricos	21.855.262	1,56	42.140.754	4,03	92,82
Lagosta	50.109.672	3,57	39.337.617	3,76	-21,50
Combustíveis minerais	83.435.347	5,95	23.143.342	2,21	-72,26
Demais produtos	202.840.130	14,45	113.084.178	10,81	-44,25
Ceará	1.403.295.759	100,00	1.045.785.082	100,00	-25,48

Fonte: SECEX/MDIC. (*)Valores em US\$ 1,00 FOB.

6.3 Exportações por Países de Destino

Os Estados Unidos foram o principal destino das exportações cearenses, tanto em 2011 como em 2015, apesar da redução na participação em 2015, em torno de 23,41% do total exportado. Ademais, vale destacar a forte queda nos valores exportados (-37,81%), em 2015, quando comparados com 2011.

As exportações cearenses para Alemanha, Hungria e Paraguai tiveram um resultado contrário ao que ocorreu com o resto dos outros países, ou seja, aumentaram sua participação e, ainda, por cima, aumentaram suas exportações em 2015, em relação a 2011, em 51,48%, 134,72% e 20,53%, respectivamente.

A Tabela 6.4 mostra que em 2011, em torno de 68,6% de todas as exportações cearenses eram destinados apenas a dez países, dentre os quais os EUA tinha a maior participação, enquanto a Hungria detinha a menor participação (1,32%). Já em 2015, dos dez principais países de destino das exportações cearenses, os EUA continuavam como principal destino e a Espanha com a menor participação (2,75%).

Em 2011, segundo dados da SECEX/MDIC, o Estado do Ceará exportou um total de US\$ 1,4 bilhão, quatro anos depois as exportações totalizaram aproximadamente US\$ 1 bilhão, representando uma queda de, aproximadamente, 25,5%. Ou seja, em apenas quatro anos, tem-se uma redução de um pouco mais de um quarto de tudo o que foi exportado em 2011. (Tabela 6.4).

Tabela 6.4: Principais Destinos das Exportações do Ceará – 2011 – 2015(*)

Principais países	2011		2015		Var % (2015/2011)
	(US\$ FOB)	Part %	(US\$ FOB)	Part %	
Estados Unidos	393.637.501	28,05	244.815.625	23,41	-37,81
Países Baixos (Holanda)	90.016.761	6,41	82.769.887	7,91	-8,05
Argentina	144.473.019	10,30	61.908.376	5,92	-57,15
Alemanha	39.564.979	2,82	59.933.671	5,73	51,48
Reino Unido	85.978.152	6,13	52.480.223	5,02	-38,96
Itália	64.474.676	4,59	48.629.339	4,65	-24,58
China	68.100.219	4,85	45.085.974	4,31	-33,79
Hungria	18.475.818	1,32	43.365.727	4,15	134,72
Paraguai	25.515.330	1,82	30.752.947	2,94	20,53
Espanha	31.699.973	2,26	28.751.371	2,75	-9,30
Demais países	441.359.331	31,45	347.291.942	33,21	-21,31
Ceará	1.403.295.759	100,00	1.045.785.082	100,00	-25,48

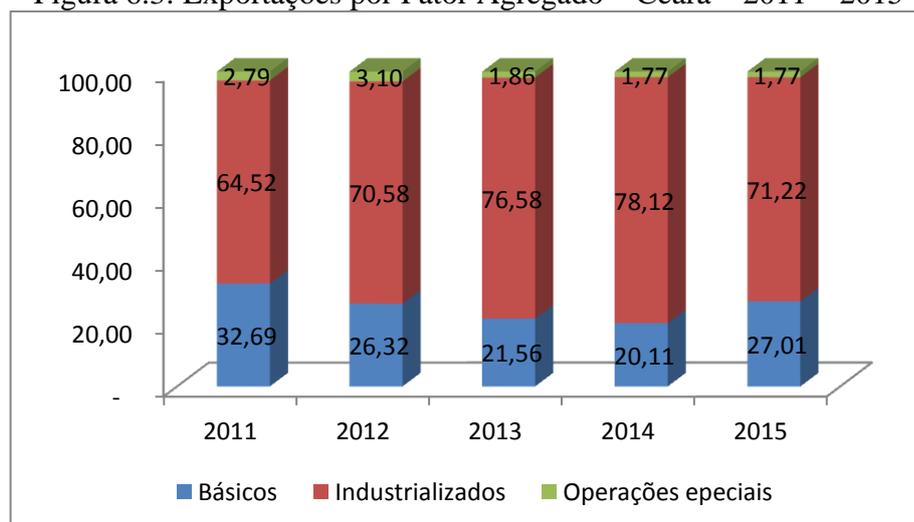
Fonte: SECEX/MDIC. (*)Valores em US\$ 1,00 FOB.

6.4 Exportações por Fator Agregado

As exportações cearenses de produtos industrializados representaram em 2015, cerca de 71,2%, do total da pauta de exportações, já em 2012 comparado com 2011, houve um incremento nas exportações de produtos industrializados, alcançando 70,6% do total exportado. Porém, essa evolução, que parecia consistente, e que poderia chegar aos 80% em 2015, teve uma redução nesse último ano. (Figura 6.3).

Com relação às exportações cearenses de produtos básicos, observa-se uma queda de 2011 para 2012, passando de 32,7% de participação para 26,3%. Esta trajetória de queda continua em 2013 e 2014, somente em 2015 é que a trajetória de queda se reverte, e a participação passa de 20%, em 2014, para 27%, em 2015. (Figura 6.3).

Figura 6.3: Exportações por Fator Agregado – Ceará – 2011 – 2015



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

6.5 Exportações por Setores de Contas Nacionais

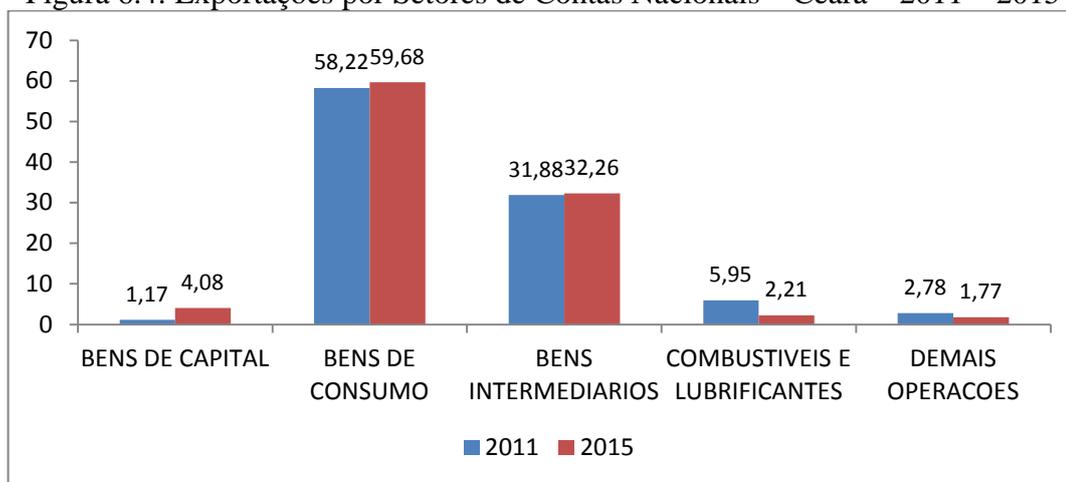
Os setores de Bens de Capital e de Bens Intermediários no Ceará tiveram uma melhora em suas participações no total das exportações, passando de 1,17% e 31,88%, em 2011, para 4,08% e 32,26%, respectivamente, em 2015. Em compensação, o setor de Combustíveis e

Lubrificantes que participava com 5,95%, do total exportado, em 2011, passou a 2,21%, em 2015.

No caso das exportações cearenses, o setor que predomina majoritariamente com mais da metade de participação, é o setor de Bens de Consumo, cuja participação registrou leve crescimento, evoluindo de 58,2% do total exportado, em 2011, para 59,7%, em 2015.

Os resultados apresentados, indicam que o Ceará concentra mais da metade de suas exportações, em Bens de Consumo, mantendo praticamente constante esta participação ao longo dos anos.

Figura 6.4: Exportações por Setores de Contas Nacionais – Ceará – 2011 – 2015



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE

6.6 Importações por Produtos

Em 2011, o item Combustíveis minerais estava na terceira colocação, dos principais produtos importados pelo Ceará, com 14,41% de participação, representando US\$ 346 milhões. No mesmo período, a importação de Máquinas, equipamentos, aparelhos e materiais elétricos encontrava-se como o item de maior participação no total dos produtos importados pelo Ceará (18,67%) e Vestuário com a menor participação (0,57%). (Tabela 6.5).

Com relação ao crescimento das importações cearenses nos anos 2011 e 2015, podemos observar que dos dez principais produtos importados pelo Ceará, cinco deles tiveram crescimento positivo, dentre os quais, podemos destacar Aeronaves e aparelhos espaciais, com um forte crescimento de 275%, passando de US\$ 31 milhões importados, em 2011, para US\$ 115,8 milhões, em 2015. Em seguida temos por ordem de crescimento das importações no período, Combustíveis minerais (167%), Vestuário (99%), Produtos químicos (54,8%) e, finalmente, o menor crescimento no período, plásticos e suas obras (6,6%).

Dentre os principais produtos importados, os que apresentaram maiores recuos nos valores importados entre 2011 e 2015, foram os Produtos Têxteis (-44%), que passaram de US\$ 268 milhões de importações, em 2011, para US\$ 150,5 milhões, em 2015. Em seguida, vem a importação de Trigo (-27%) e Produtos metalúrgicos (-25%). (Tabela 6.5).

Na Tabela 6.5, também são apresentadas as mudanças nas participações, dos principais produtos importados pelo Ceará em 2015. O item Combustível minerais passou a ter a maior participação de todos os produtos importados em 2015, passando a ter 34,35%, mais que o

dobro de 2011, elevando para US\$ 924 milhões o total importado. Já o setor de Máquinas, equipamentos passou a ter a segunda maior participação (14,85%).

Tabela 6.5: Principais produtos Importados pelo Ceará – 2011 – 2015(*)

Principais produtos	2011		2015		Var % (2015/2011)
	(US\$ FOB)	Part %	(US\$ FOB)	Part %	
Combustíveis minerais	346.038.150	14,41	923.904.570	34,35	167,00
Máquinas, equipamentos, aparelhos e materiais elétricos	448.252.508	18,67	399.498.671	14,85	-10,88
Produtos metalúrgicos	427.589.917	17,81	319.997.117	11,90	-25,16
Produtos químicos	132.861.339	5,53	205.710.273	7,65	54,83
Trigos	260.417.035	10,85	190.346.713	7,08	-26,91
Produtos Têxteis	268.113.021	11,17	150.503.199	5,60	-43,87
Aeronaves e aparelhos espaciais e suas partes	30.915.804	1,29	115.827.305	4,31	274,65
Plásticos e suas obras	63.789.579	2,66	67.718.896	2,52	6,16
Óleo de dende	63.172.872	2,63	48.991.645	1,82	-22,45
Vestuário	13.590.346	0,57	27.102.600	1,01	99,43
Demais produtos	345.972.891	14,41	239.991.514	8,92	-30,63
Ceará	2.400.713.462	100,00	2.689.592.503	100,00	12,03

Fonte: SECEX/MDIC. (*)Valores em US\$ 1,00 FOB.

6.7 Importações por Países de Origens

Dentre os principais países que o Ceará importou, em 2011 e 2015, cabe destaque a China, que, em 2011, possuía 16% de participação e passou a aproximadamente 22%, em 2015, além de aumentar a quantidade importada, que saltou de US\$ 384,2 milhões, em 2011, para US\$ 585,4 milhões, em 2015, com um crescimento de 52,4% em quatro anos. (Tabela 6.6).

Tabela 6.6: Principais Origens das Importações do Ceará – 2011 – 2015(*)

Principais países	2011		2015		Var % (2015/2011)
	(US\$ FOB)	Part %	(US\$ FOB)	Part %	
China	384.197.225	16,00	585.353.690	21,76	52,36
Colômbia	83.827.825	3,49	194.149.089	7,22	131,60
Argentina	280.276.810	11,67	174.266.046	6,48	-37,82
Trinidad e Tobago	23.558.807	0,98	166.610.511	6,19	607,21
Noruega	2.006.299	0,08	154.502.101	5,74	7600,85
Espanha	28.279.846	1,18	145.117.594	5,40	413,15
Estados Unidos	388.938.415	16,20	136.543.892	5,08	-64,89
Catar	61.163.000	2,55	119.829.718	4,46	95,92
Nigéria	5.505.460	0,23	114.247.750	4,25	1975,17
Coreia do Sul	15.349.321	0,64	111.268.674	4,14	624,91
Demais países	1.127.610.454	46,97	787.703.438	29,29	-30,14
Ceará	2.400.713.462	100,00	2.689.592.503	100,00	12,03

Fonte: SECEX/MDIC. (*)Valores em US\$ 1,00 FOB.

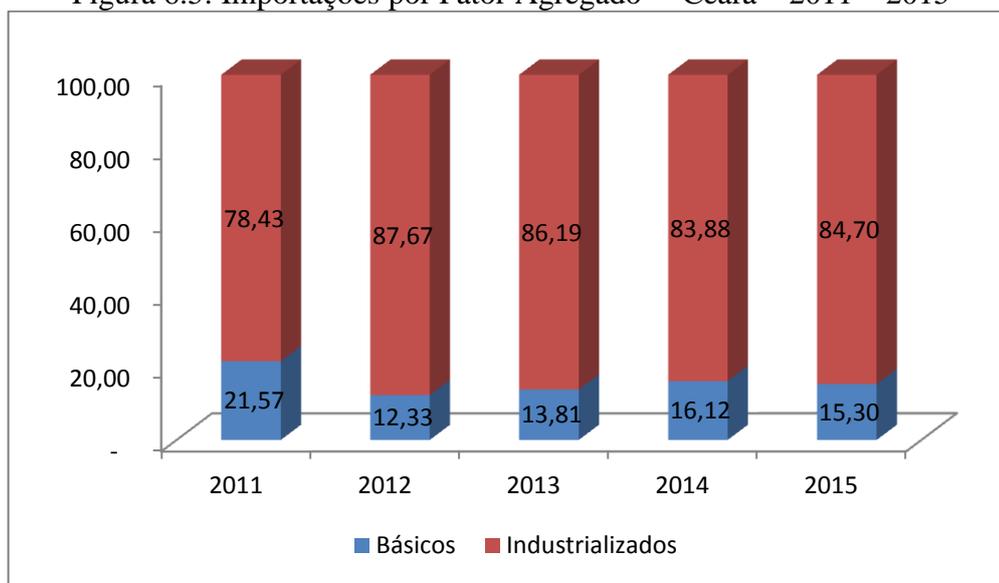
6.8 Importações por Fator Agregado

Em 2015, as importações do Ceará de produtos industrializados representaram cerca de 84,7%, do total das importações. Em 2012, houve um incremento nas importações de produtos industrializados, alcançando 87,67% do total importado, porém, essa evolução que parecia consistente, teve uma redução pequena em 2013, passando a 86,19%, e se

estabilizando em torno de 84% em 2014 e 2015. Se pegarmos uma média dos anos de 2012 a 2015, as importações cearenses de produtos industrializados ficaram em torno de 85,6%.

Com relação às importações cearenses de produtos básicos, observa-se uma forte queda de 2011 para 2012, passando de 21,57% de participação, para 12,33%. Já em 2015, houve uma pequena piora na participação das importações de produtos industrializados quando comparada a 2014, passando de 16% em 2014 para 15,3%, em 2015 (Figura 6.5).

Figura 6.5: Importações por Fator Agregado – Ceará – 2011 – 2015



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

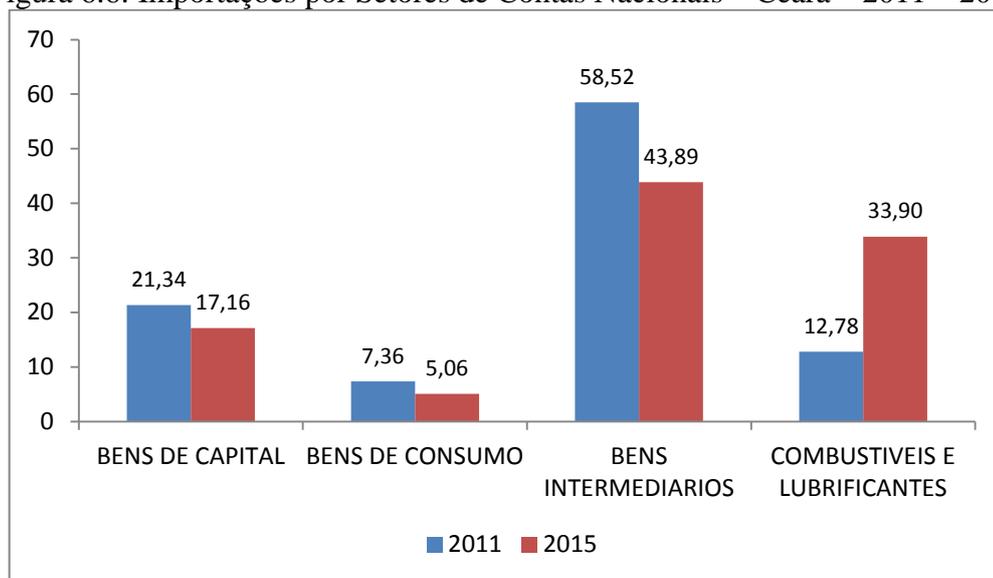
6.9 Importações por Setores de Contas Nacionais

Nas importações cearenses, considerando os setores das contas nacionais, os Bens Intermediários foram os que tiveram a maior participação tanto em 2011 como em 2015. Já o setor Bens de Consumo apresentou a menor participação nas importações cearenses em 2011 e 2015.

Em 2015, as importações de bens Intermediários registraram 43,9% de participação, bem inferior ao percentual observado em 2011 (58,5%). Essa queda de participação ocorrida em 2015, quando comparada com 2011, ocorreu também, com os setores de Bens de Capital e Bens de Consumo.

Já o setor de Combustíveis e Lubrificantes registrou uma direção contrária aos outros setores, ou seja, cresceu em 2015, quando comparado com 2011, passando de 12,78% para 33,9%, um crescimento substancial para um período de quatro anos. (Figura 6.6).

Figura 6.6: Importações por Setores de Contas Nacionais – Ceará – 2011 – 2015



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

7 Mercado de Trabalho (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – PNADC)

Daniel Suliano

7.1 Mercado de Trabalho e Contabilidade do Crescimento

Desde os trabalhos seminais de Solow (1956, 1957), os modelos de crescimento econômico aperfeiçoaram as variáveis que compõem a contabilidade do crescimento. De acordo com Mendes (2014), o crescimento econômico é resultado de quatro variáveis:

1 – Capital Físico (máquinas, estradas, portos, aeroportos, ferrovias, terras cultiváveis, etc.);

2 – Trabalho:

2.1 – Número de trabalhadores disponíveis no processo de produção (força de trabalho);

2.2 – Número de horas de trabalho;

3 – Capital humano:

3.1 – Condições de saúde;

3.2 – Habilidades dos trabalhadores, medido pelo nível de escolaridade e qualidade educacional;

4 – Eficiência produtiva ou produtividade geral dos fatores, entendida como um fator que amplia a utilização do capital físico e humano da economia.

Neste capítulo, o objetivo é analisar o fator de produção trabalho, em particular a força de trabalho, que virá a ser definida de forma mais criteriosa nas próximas seções. A partir da classificação da PNADC, a força de trabalho é parte do contingente daquelas pessoas em idade de trabalhar (PIT), que são aqueles com 14 anos ou mais de idade na data de referência. Por sua vez, a PIT é parte da população total (PT).

Assim, faz-se necessário descrever, inicialmente, a PT e a PIT das áreas geográficas em análise, para, finalmente, chegar à força de trabalho, tendo em conta ser a mesma um substrato da PT e PIT. Assim nas Tabelas 7.1 e 7.2 são apresentadas, respectivamente, a evolução da expansão da população total (PT) e da população em idade de trabalhar (PIT). Os resultados apresentados mostram que as três áreas geográficas seguem uma tendência de crescimento tanto da PT como da PIT.

Tabela 7.1: Evolução da População Total - 1º Trim./2012 a 4º Trim./2015 - Brasil, Nordeste e Ceará (Em milhares)

Trimestres	Brasil	Nordeste	Ceará
1º Trim./12	197.971	55.076	8.685
2º Trim./12	198.429	55.182	8.702
3º Trim./12	198.884	55.287	8.719
4º Trim./12	199.336	55.391	8.737
1º Trim./13	199.784	55.493	8.754
2º Trim./13	200.229	55.595	8.770
3º Trim./13	200.670	55.695	8.787
4º Trim./13	201.109	55.794	8.803
1º Trim./14	201.543	55.893	8.820
2º Trim./14	201.974	55.990	8.836
3º Trim./14	202.402	56.085	8.851
4º Trim./14	202.827	56.180	8.867
1º Trim./15	203.248	56.274	8.882
2º Trim./15	203.665	56.367	8.898
3º Trim./15	204.079	56.458	8.913
4º Trim./15	204.490	56.549	8.928

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: IPECE.

Tabela 7.2: Evolução de Pessoas de 14 anos ou mais de idade - 1º Trim./2012 a 4º Trim./2015 - Brasil, Nordeste e Ceará (Em milhares)

Trimestres	Brasil	Nordeste	Ceará
1º Trim./12	156.384	42.253	6.746
2º Trim./12	156.951	42.315	6.744
3º Trim./12	157.532	42.509	6.754
4º Trim./12	158.201	42.700	6.783
1º Trim./13	158.859	42.766	6.798
2º Trim./13	159.090	42.842	6.821
3º Trim./13	159.685	43.041	6.873
4º Trim./13	160.408	43.232	6.911
1º Trim./14	160.784	43.330	6.942
2º Trim./14	161.734	43.560	6.979
3º Trim./14	162.446	43.743	7.017
4º Trim./14	163.151	43.941	7.003
1º Trim./15	163.806	44.109	7.016
2º Trim./15	164.108	44.223	7.027
3º Trim./15	164.507	44.373	7.021
4º Trim./15	164.955	44.475	7.043

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: IPECE.

O crescimento anual da PT nacional em 2012, 2013, 2014 e 2015 foi de 0,69%, 0,66%, 0,64% e 0,61%, respectivamente. No caso do Nordeste, o crescimento anual foi 0,57%, 0,54%, 0,51% e 0,49%, respectivamente. Já para o Ceará registrou-se 0,60%, 0,56%, 0,53% e 0,52%, respectivamente. Em todos os casos, embora a PT siga uma tendência de crescimento, registram-se taxas cada vez menores ao longo da série.

Para a PIT, considerando a mesma sequência de anos, o Brasil registrou crescimento de 1,16%, 0,98%, 1,47% e 0,70% nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, respectivamente. No Nordeste, as taxas registradas foram de 1,06%, 1,09%, 1,41% e 0,83%, respectivamente. Finalmente, os dados do Ceará foram de 0,55%, 1,66%, 0,88% e 0,38%, respectivamente. Em todos os casos registra-se crescimento no ano, mas volatilidade, na medida em que as taxas são dispersas.

A partir de uma média simples, a série histórica 2011-2015 revela que a PIT cresce acima da PT em todas as áreas geográficas. No Brasil, o crescimento foi de 0,42%, enquanto no Nordeste esse crescimento foi de 0,55% e no Ceará apenas 0,17%.

Quando a expansão da PIT ocorre de forma mais acelerada que a PT o quantitativo de trabalhadores expande-se de forma mais acelerada que a população, o que ocasiona o chamado bônus demográfico. Nesta situação, o potencial de trabalhadores se amplia com a possibilidade de elevação da produção da economia. As estimativas do IBGE revelam que o bônus demográfico do Brasil iniciou-se na década de 1970 devendo se encerrar em 2022.

7.2 Demografia e Mercado de Trabalho

A taxa de participação (TP) corresponde ao contingente da força de trabalho (FT) com relação a população em idade de trabalhar (PIT). A PIT é definida como as pessoas de 14 anos ou mais de idade na data de referência. Por sua vez, as pessoas na força de trabalho na semana de referência compreendem as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas nessa semana.

Na Figura 7.1, a seguir, é apresentada a série histórica da TP das três áreas geográficas. Para a TP nacional é observada uma variação marginal. Em 2012, a taxa era de 61,2%, saltando para 61,4%, em 2015, não tendo, portanto, apresentado quase nenhuma oscilação durante o quadriênio.

Ceará e Nordeste também revelam baixa variabilidade ao longo da série histórica, não obstante uma leve tendência de redução. Para o Ceará o ano de 2012 iniciou o primeiro trimestre com uma taxa de 55,4%, finalizando o último trimestre com 53,1%. Em 2013, a TP sobe novamente levemente e a partir de 2014 até o último trimestre de 2015 retoma trajetória de queda. O ano de 2015 encerra-se com o Brasil, Nordeste e Ceará com taxas de participação de 61,4%, 56,6% e 53,6%, respectivamente.

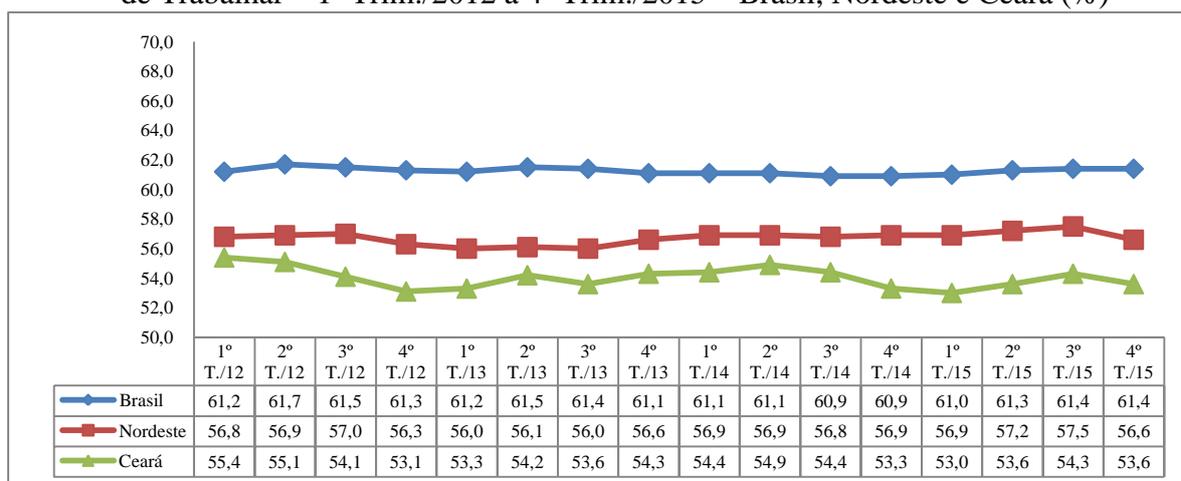
Identifica-se, ainda, na Figura 7.1, uma clara diferença entre as TP do Brasil com relação ao Nordeste e ao Ceará. Esse desnivelamento pode surgir em razão do grande contingente de pessoas em idade de trabalhar que não estão na força de trabalho, ou seja, não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência.

Tal resultado pode ocorrer por duas razões. Em primeiro lugar, algumas pessoas que antes procuravam emprego acabam desistindo de procurar tornando o que a literatura classifica como desalentados. Portanto, esse maior quantitativo pode ser em decorrência daqueles fora da força de trabalho tendo, portanto, mais pessoas desalentadas ou desencorajadas ou mesmo dependentes de outros membros da família. Adicionalmente, parte do contingente dos indivíduos fora da força de trabalho podem estar se dedicando aos estudos,

treinamento ou mesmo outras atividades que não na força de trabalho, sendo assim classificadas.

Outra hipótese que pode ser levantada encontra-se dentro da dinâmica demográfica. Como será observado adiante, o quantitativo de ocupados e desocupados são bem próximos entre as áreas sendo, portanto, o contingente de crianças tanto no Nordeste como no Ceará o que causa esse diferencial fazendo com que a TP de ambas as áreas sejam menores com relação ao país.

Figura 7.1: Taxa de Participação da População da Força de Trabalho na População em Idade de Trabalhar – 1º Trim./2012 a 4º Trim./2015 – Brasil, Nordeste e Ceará (%)



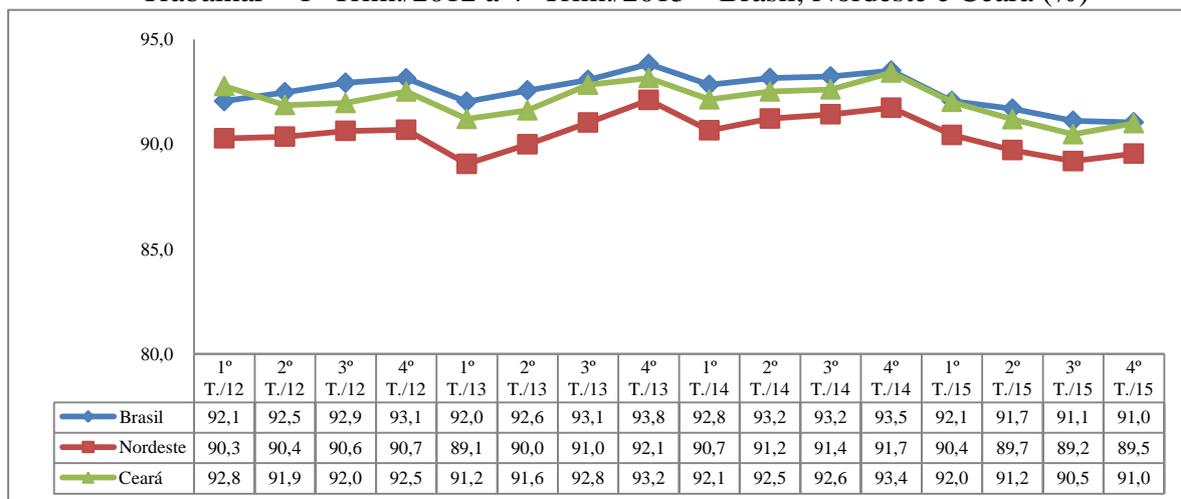
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: IPECE.

7.3 Mercado de Trabalho e Crescimento Potencial

Como visto na seção anterior, a TP, indicador que mede a taxa de atividade, apresentou, de 2011 a 2015, diferentes variações nas três áreas geográficas. No Brasil, ela manteve-se praticamente estável, crescendo a uma taxa de apenas 0,33%. Nordeste e Ceará, por sua vez, tiveram desempenho negativo de 0,35% e 3,25%, respectivamente. Ou seja, a taxa de atividade no Brasil e na região Nordeste esteve próxima da estabilidade, enquanto a do Ceará teve uma redução média de 0,82% no mesmo período.

Adicionalmente, na Figura 7.2 é apresentada a trajetória da taxa de ocupação (TO) para as três áreas geográficas, indicador que mede a taxa de emprego na economia através da razão dos ocupados pela PIT. Ao longo desses quatro anos, a TO do Brasil se reduziu pouco mais de um ponto percentual (1,1%), no Nordeste sua queda foi de 0,8% e no Ceará a queda foi de quase dois pontos percentuais (1,8%). Assim, no seu cômputo, o mercado de trabalho em termos de TP e TO reduziu o impulso de crescimento nesse quadriênio em 0,77% no Brasil, 1,2% no Nordeste e 4% no Ceará.

Figura 7.2: Taxa de Ocupação da População da Força de Trabalho na População em Idade de Trabalhar – 1º Trim./2012 a 4º Trim./2015 – Brasil, Nordeste e Ceará (%)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: IPECE.

7.4 Mercado de Trabalho e Dinâmica Ocupacional

Na Figura 7.3 constata-se que Brasil, Nordeste e Ceará apresentam valores distintos para os níveis de ocupação (NO). Essas diferenças podem ser em decorrência de um maior nível de desocupação (ND) tanto na região Nordeste como no Ceará.

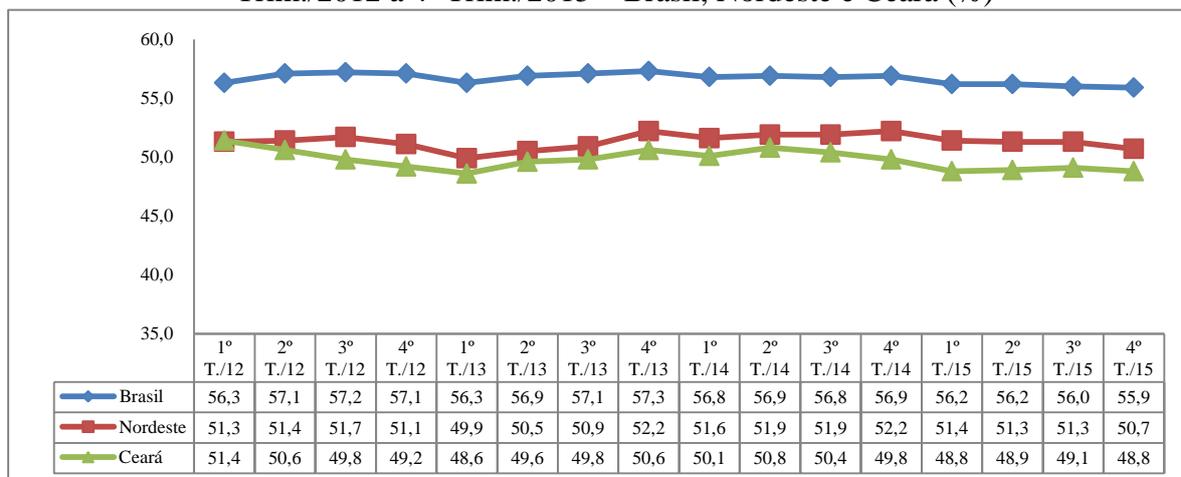
Na Figura 7.4 observa-se exatamente o contrário: ao longo da série histórica o nível de desocupação é maior no Brasil com relação ao Ceará e ao Nordeste tanto no primeiro trimestre de 2012 como no último trimestre de 2015, elevando-se marginalmente desde então.

Portanto, ao longo do quadriênio Ceará e Nordeste tinham integrantes na PIT, mas por algum motivo não estavam procurando emprego ao final do período. Por exemplo, o Ceará, no primeiro trimestre de 2012, apresentava 51,4% do nível de ocupação passando para 48,8%, no quarto trimestre de 2014 (redução de 2,6% pontos percentuais ao longo da série histórica). Por sua vez, o nível de desocupação estava em 4,0% no primeiro trimestre de 2012 passando para 4,8% no quarto trimestre de 2014 (aumento de apenas 0,8%).

Assim, um contingente de 1,8% que estava ocupado no período e perdeu suas ocupações não procurou de forma imediata outros empregos ou mesmo alguma ocupação por conta-própria. As razões podem ser diversas, desde aposentadoria, procura por maior qualificação ou mesmo aqueles desencorajados ou desalentados, pessoas que, por razões do mercado, estiveram procurando emprego na data de referência da pesquisa, mas acabaram desistindo.

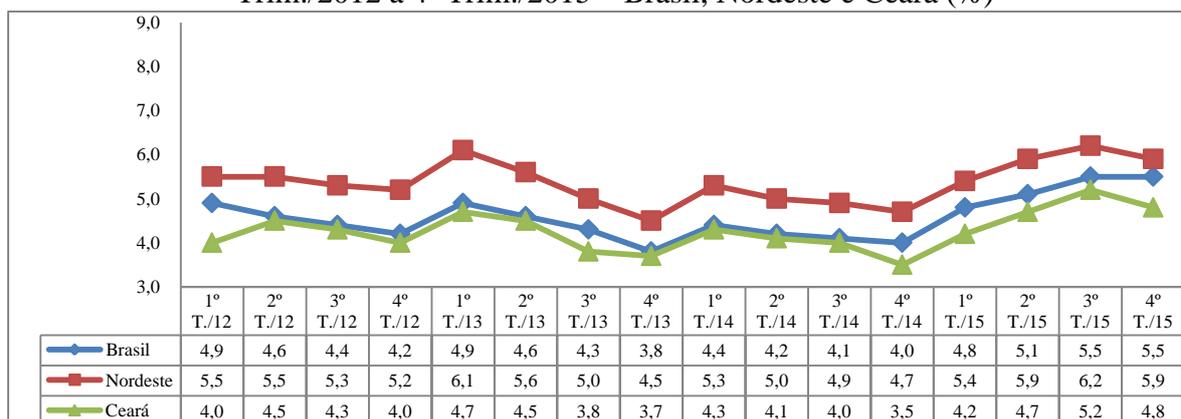
Para o caso das aposentadorias, deve-se ressaltar que na hipótese de a dinâmica da atividade na qual o contingente de aposentados estava inserido permaneça constante, os postos de trabalho vagos podem vir a ser preenchidos por aqueles que estavam procurando emprego.

Figura 7.3: Nível de Ocupação da População na População em Idade de Trabalho – 1º Trim./2012 a 4º Trim./2015 – Brasil, Nordeste e Ceará (%)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: IPECE.

Figura 7.4: Nível de Desocupação da População na População em Idade de Trabalho – 1º Trim./2012 a 4º Trim./2015 – Brasil, Nordeste e Ceará (%)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: IPECE.

7.5 O Desemprego

Na Figura 7.5 é apresentada a taxa de desemprego (TD) das três áreas geográficas, que é medida pela PNADC através da taxa de desocupação. O desemprego é uma medida multifacetada na qual pode vir a sofrer alterações por conta dos mais diversos movimentos das variáveis características do trabalho.

De fato, a TD pode vir a crescer, mesmo não havendo alteração na TO, quando, nesse caso, ocorre destruição de empregos. Para tanto, é preciso que pessoas classificadas fora da força de trabalho migrem para FT sendo, assim, classificadas como procurando emprego na semana de referência.

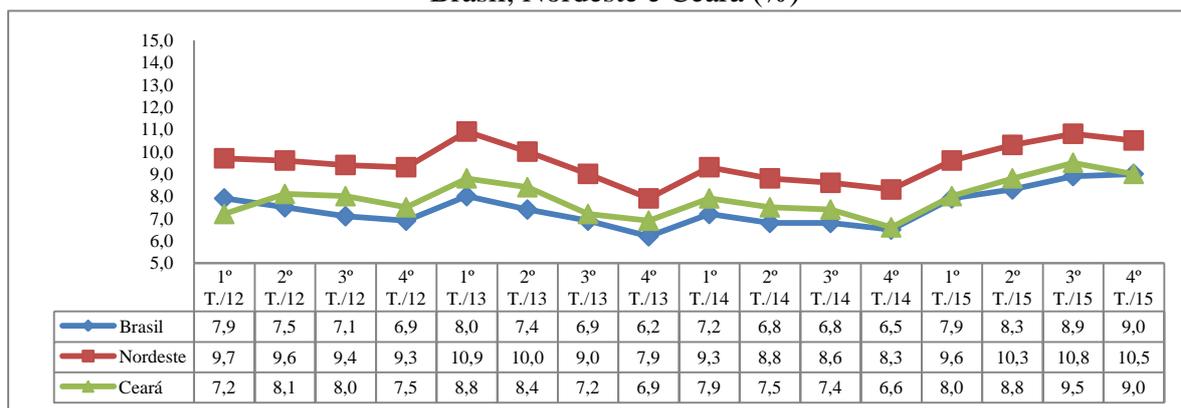
Tal ocorrência pode vir a ser resultado da conjuntura econômica, onde pessoas já aposentadas podem retornar a FT ou mesmo outros membros da família que estavam fora da força de trabalho passem a se inserir na FT, com ambos os casos tendo o objetivo de elevar a renda domiciliar em razão da queda da massa salarial. Adicionalmente, estudantes que completaram seu treinamento ou concluíram alguma etapa do ciclo escolar tendem a ser

incorporar na FT. Por outro lado, como destacado acima, a partir do nível de desocupação, a TD pode se elevar em razão de parte da FT migrar para fora da força de trabalho.

Essas duas possibilidades já foram analisadas nas seções anteriores por meio da TO, NO e ND. No caso da TO, para o quadriênio 2012-2015, o Brasil reduziu 1,1%, o Nordeste 0,8% e o Ceará a queda foi de 1,8%, resultados similares ao aumento da TD. Todavia, a queda do NO para cada uma das áreas geográficas foi de, respectivamente, 0,4%, 0,6% e 2,6%. Por sua vez, o aumento do ND foi de 0,6%, 0,4% e 0,8%, respectivamente.

Portanto, mesmo que o contingente de desempregados gerados tenha sido similar ao quantitativo de ocupações destruídas, houve alterações da TP em razão da mudança de fluxo entre aqueles que permaneceram na FT ou optaram em migrar para fora da força de trabalho. No Brasil, o ND superou a queda do NO, enquanto no Nordeste e no Ceará o ND foi menor que o NO. Para o Ceará, a diferença entre NO e ND foi de -1,8%, o que explica, também, porque o desemprego teve uma escalada maior no Ceará do que no Brasil ao longo do quadriênio 2012-2015, conforme pode-se constatar na Figura 8.5.

Figura 7.5: Taxa de Desocupação da Força de Trabalho – 1º Trim./2012 a 4º Trim./2015 – Brasil, Nordeste e Ceará (%)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: IPECE.

No primeiro trimestre de 2012 o desemprego nacional era de 7,9% finalizando o quarto trimestre de 2015 em 9,0%. No período, o aumento do desemprego foi de 1,1 pontos percentuais. O Ceará, por sua vez, inicia a série com uma taxa de desemprego de apenas 7,2%, mas termina o ano de 2015 com uma taxa igual a nacional de 9,0% (aumento de 1,8 pontos percentuais no período).

Adicionalmente, a Figura permite observar que a taxa de desocupação nas três áreas geográficas começa a esboçar uma tendência crescente a partir do quarto trimestre de 2014, dois trimestres após o Brasil entrar em recessão técnica, de acordo com o CODACE, Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE) da FGV. O CODACE havia identificado a ocorrência de um pico no ciclo de negócios brasileiro no primeiro trimestre de 2014, o qual representou o fim de uma expansão econômica que havia durado 20 trimestres, tendo sido iniciada no segundo trimestre de 2009.

Essa defasagem de dois trimestres, entre o início da recessão e a elevação do desemprego, deve-se, principalmente, aos custos de demissões contratuais em razão da CLT. Mesmo diante de um quadro recessivo as empresas relutam em demitir, reduzindo,

inicialmente, o ritmo de produção ou optando pela suspensão temporária do contrato de trabalho via *lay-off*.

A partir do ano de 2015 inicia-se a escalada da taxa de desemprego. No Brasil, a taxa salta de 6,5%, no quarto trimestre de 2014, para 7,9%, no primeiro trimestre de 2015, encerrando o ano em 9,0%. Nordeste e Ceará seguem nessa mesma escalada. A região Nordeste salta de 8,3%, no quarto trimestre de 2014, para 9,6%, no primeiro trimestre de 2015. O ano de 2015 encerra-se com uma taxa de 10,5%. Finalmente, o Ceará salta de uma taxa de 6,6% para 8,0% do quarto trimestre de 2014 para o primeiro trimestre de 2015. Adicionalmente, ainda cresce 1 ponto percentual durante o ano encerrando 2015 com uma taxa de 9,0%.

7.6 Considerações Finais

Este documento teve como objetivo analisar o fator de produção trabalho, em particular a força de trabalho, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) iniciada em 2012. A força de trabalho é parte do contingente daquelas pessoas em idade de trabalhar (PIT), que, por sua vez, a PIT é parte da população total (PT).

A série histórica 2011-2015 revela que a PIT cresce acima da PT em todas as áreas geográficas. Quando a expansão da PIT ocorre de forma mais acelerada que a PT o quantitativo de trabalhadores expande-se de forma mais acelerada que a população, o que ocasiona o chamado bônus demográfico. Nesta situação, o potencial de trabalhadores se amplia com a possibilidade de elevação da produção da economia. As estimativas do IBGE revelam que o bônus demográfico do Brasil iniciou-se na década de 1970 devendo se encerrar em 2022.

A diferença entre a PIT nacional e a PIT do Nordeste e Ceará reflete o maior contingente de crianças tanto no Nordeste como no Ceará, fazendo com que a TP de ambas as áreas sejam menores com relação ao país.

Pelo lado do crescimento potencial, ao longo desses quatro anos analisados o mercado de trabalho em termos de TP e TO reduziu o impulso de crescimento em -0,77% no Brasil, -1,2% no Nordeste e -4% no Ceará.

No que tange à dinâmica ocupacional, um contingente de 1,8% dos cearenses que estavam ocupados no período não procuraram de forma imediata outros empregos. As razões podem ser diversas, desde aposentadoria, procura por maior qualificação ou mesmo aqueles desencorajados ou desalentados, pessoas que, por razões do mercado, estiveram procurando emprego na data de referência da pesquisa, mas acabaram desistindo.

Na análise conjuntural, a taxa de desocupação nas três áreas geográficas começa a esboçar uma tendência crescente a partir do quarto trimestre de 2014, dois trimestre após o Brasil entrar em recessão técnica, de acordo com o CODACE, Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE) da FGV. O CODACE havia identificado a ocorrência de um pico no ciclo de negócios brasileiro no primeiro trimestre de 2014, o qual representou o fim de uma expansão econômica que havia durado 20 trimestres, tendo sido iniciada no segundo trimestre

de 2009. A partir do ano de 2015 iniciou-se a escalada da taxa de desemprego. O Ceará cresceu 1 ponto percentual durante o ano encerrando com uma taxa de 9,0%.

7.7 Apêndice – Panorama Geral da PNADC

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) é uma publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) iniciada em 2012 em todo território nacional. A PNADC é uma substituição da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no que tange às estatísticas do mercado de trabalho. Ao substituir a PME e a PNAD, a PNADC amplia os resultados das duas pesquisas na medida em que abrange todo o território nacional e disponibiliza informações periódicas.

Adicionalmente, a implementação da PNADC como pesquisa amostral também atende recomendações metodológicas e conceituais de instâncias e organismos internacionais, como a Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (UNSC) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), tendo inclusive recebido assistência técnica deste último no tocante a sua implementação.

A população alvo da PNADC é constituída, basicamente, por pessoas moradoras em domicílios particulares permanentes de vinte Regiões Metropolitanas (RM), a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) da Grande Teresina, cinco capitais e o Distrito Federal. O tamanho da amostra é de, aproximadamente, 211.344 domicílios particulares permanentes. A pesquisa visa a produção de indicadores da força de trabalho acompanhando suas flutuações trimestrais e evolução a médio e longo prazo.

Entre outros indicadores relativos ao mercado de trabalho, destacam-se os seguintes indicadores: pessoas em idade de trabalhar, força de trabalho na semana de referência, condição de ocupação na semana de referência, posição na ocupação do trabalho principal, categoria do emprego do trabalho principal, taxa de participação na força de trabalho, nível de ocupação, nível de desocupação e taxa de desocupação.

Semelhantemente a PNAD, a PNADC abrange seis tipos de trabalhos sendo o de maior destaque na produção de bens e serviços o trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc).. Além desse tipo mencionado, a pesquisa cataloga o trabalho sem remuneração direta em ajuda a atividade econômica de membro do domicílio bem como o trabalho sem remuneração no cuidado das pessoas. Trabalho voluntário e aqueles desprendidos nos afazeres domésticos também estão no universo abrangente de labuta. Deve-se também registrar o trabalho na produção de bens e serviços destinados ao próprio consumo ou uso das pessoas moradoras do domicílio.

No que tange a ocupação, PME e PNAD apresentam critérios semelhantes, tendo a PNADC mantido a mesma taxinomia para os ocupados. Assim, de acordo com essa classificação, as pessoas ocupadas na semana de referência trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios na produção de bens ou serviços ou em trabalho sem remuneração direta, em ajuda a atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, aqueles com trabalho remunerado, mas que estavam temporariamente afastadas na semana de referência.

Nesse contexto, devem-se ressaltar os grupos de trabalhadores que estão afastados, mas são classificados como ocupados, no qual o critério de afastamento acaba ganhando uma

ampla capilaridade, semelhante ao que ocorre na PME e PNAD. Dessa forma, são consideradas temporariamente afastadas do trabalho remunerado aquelas pessoas que não trabalharam pelo menos uma hora completa na semana de referência tendo como motivo férias, folga, jornada de trabalho variável, licença maternidade e outros fatores ocasionais. Quanto à data de referência, os temporariamente afastados são assim classificados como aqueles por período inferior a quatro meses em licença remunerada por motivo de doença ou acidente da própria pessoa ou outro tipo de licença remunerada ou mesmo do próprio empreendimento sem serem remunerados por instituto de previdência. Aqueles em greve ou paralização além dos que continuavam a receber ao menos uma parte do pagamento e o período transcorrido do afastamento fosse inferior a quatro meses são classificados também ocupados, sendo temporariamente afastados.

Por sua vez, aqueles classificados como desocupados na PNADC também recebem uma classificação abrangente, tendo nessa situação taxonomia ligeiramente diferente daquela empregada pela PME e PNAD. No caso da PNADC, as pessoas desocupadas são aquelas que estavam sem trabalho na semana de referência, mas que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de trinta dias e que estavam disponíveis a assumi-lo na semana de referência. Adicionalmente, são também classificados como desocupados as pessoas sem trabalho na semana de referência de trinta dias porque já haviam conseguido trabalho e que iriam começar após a semana de referência.

8 Análise da Dinâmica do Emprego Celetista

Alexsandre Lira Cavalcante

A presente seção busca analisar o comportamento da dinâmica da geração de novos postos de trabalho com carteira assinada na economia nacional e cearense nos últimos cinco anos.

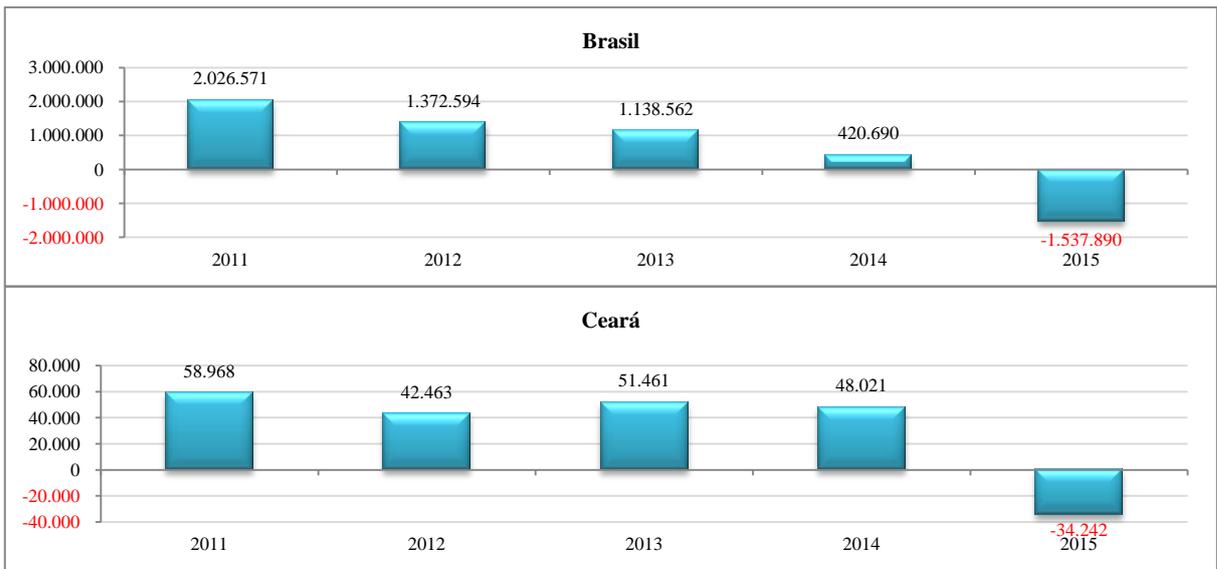
Na Figura 8.1 é exposta a dinâmica anual da geração e destruição dos empregos celetistas no mercado de trabalho brasileiro e cearense para os últimos cinco anos. O maior saldo positivo de empregos no Brasil dos últimos cinco anos foi observado em 2011 com 2.026.571 vagas. Nota-se que a trajetória da geração de postos de trabalho perdeu grande força tornando-se negativa no ano de 2015, quando foi registrado o primeiro saldo negativo dos últimos cinco anos dentro dos registros do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Fato semelhante foi observado também na economia cearense quando a dinâmica da geração de postos de trabalho também perdeu força, a partir de 2011, passando a registrar pela primeira vez saldo negativo de empregos no ano de 2015 (-34.242 vagas). Vale destacar que o maior saldo de geração de empregos no estado do Ceará ocorreu em 2011 (+58.968 vagas), mesmo resultado observado para o país, revelando nítida deterioração do mercado de trabalho nacional e local nos últimos cinco anos.

Faz-se, então, necessário, uma análise mais detalhada dentro do ano de 2015. Na Figura 8.2 é apresentada a evolução mensal do saldo de empregos celetistas para o mercado de trabalho brasileiro e cearense considerando um período de cinco anos, notoriamente de dezembro de 2010 a dezembro de 2015. Vale destacar que o comportamento mensal da geração e destruição de empregos com carteira assinada é levemente diferente entre o Brasil e o Ceará.

O Brasil registrou um fechamento de 614.417 vagas com carteira de trabalho assinada no mês de dezembro de 2015, a maior perda de postos de trabalho registrada no ano, superando o resultado de dezembro de 2014, quando foram fechadas 582.236 vagas. Nota-se ainda que apenas nos meses de fevereiro (+13.173 vagas) e março (+36.065 vagas) de 2015 foi observada abertura de novos postos de trabalho nesta categoria de emprego no país.

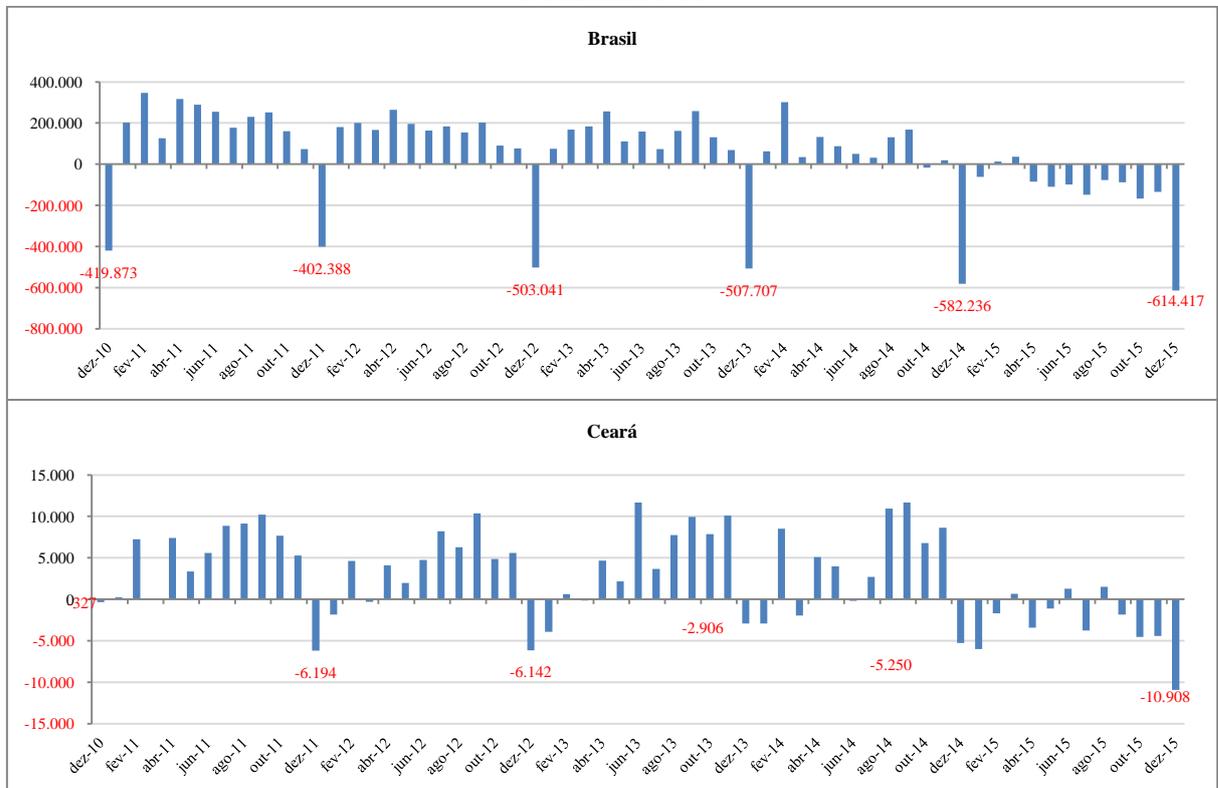
Figura 8.1: Evolução do saldo anual de empregos celetistas – Brasil e Ceará – 2011 a 2015



Fonte: CAGED/MTE. Elaboração IPECE. Registros dentro e fora do prazo atualizados em 06/09/2016.

O estado do Ceará também registrou elevado fechamento de vagas de trabalho com carteira assinada em dezembro de 2015 (-10.908 vagas), a maior do ano. Vale notar que este número foi quase duas vezes maior que o observado em dezembro de 2014 (-5.250 vagas) e que apenas nos meses de março (+673 vagas), junho (+1.296 vagas) e agosto (+1.506 vagas) de 2015, houve abertura de vagas de trabalho celetistas no estado. (Figura 7.2).

Figura 8.2: Evolução mensal do saldo de empregos celetistas – Brasil e Ceará – dezembro/10 a dezembro/15



Fonte: CAGED/MTE. Elaboração IPECE. Registros dentro e fora do prazo atualizados em 06/09/2016.

Nota-se que no ano de 2014, o país apenas registrou destruição de postos de trabalho nos meses de outubro e dezembro, enquanto que em 2015, em dez meses foi observado tal fenômeno. No ano de 2014, o estado do Ceará aproximou-se de tal comportamento, mas em 2015, também fechou vagas em nove dos doze meses analisados, destacando-se meses em que tradicionalmente se espera a abertura de vagas de trabalho, a exemplo de setembro, outubro e novembro.

8.1 Análise dos Empregos Celetistas no Contexto Nacional

Depois de analisada a dinâmica do saldo de empregos com carteira assinada no âmbito nacional e cearense faz-se necessária uma análise dos outros estados, permitindo assim uma melhor comparação do desempenho do mercado de trabalho cearense.

Na tabela 8.1 é mostrado o saldo anual de empregos celetistas dos últimos cinco anos para todos os estados brasileiros. Em 2015, todos os estados brasileiros apresentaram saldo negativo anual de empregos. Cinco anos antes, todos os estados haviam criado empregos com carteira assinada, repetindo esse feito um ano depois. Já em 2013, os estados de Rondônia (-2.685 vagas) e Alagoas (-628 vagas) haviam destruído postos de trabalho e, em 2014, esse número já tinha subido para cinco estados: Pernambuco (-9.566 vagas); Amazonas (-3.829 vagas); Alagoas (-2.362 vagas); Rondônia (-1.016 vagas); e Amapá (-529 vagas). O estado do Ceará passou a registrar saldo negativo de empregos apenas no ano de 2015, tendo registrado o décimo sexto maior saldo negativo do país.

Tabela 8.1: Evolução do saldo anual de empregos celetistas – Brasil e Estados – 2011 a 2015

Estados	2011	2012	2013	2014	2015
Roraima	3.247	3.799	201	2.326	-213
Acre	6.306	2.523	2.071	1.160	-1.835
Tocantins	9.931	9.759	7.463	8.259	-2.047
Piauí	11.756	12.471	12.945	11.558	-2.161
Alagoas	22.157	3.307	-628	-2.362	-4.365
Amapá	7.919	6.273	4.151	-529	-4.643
Sergipe	20.121	10.888	13.978	9.654	-5.059
Mato Grosso do Sul	24.091	24.824	19.422	2.043	-11.603
Rio Grande do Norte	13.420	13.207	14.093	10.757	-11.927
Mato Grosso	35.819	38.507	26.451	3.741	-14.569
Paraíba	21.882	20.040	16.052	16.888	-14.983
Maranhão	28.563	16.308	17.474	1.932	-15.469
Distrito Federal	31.545	26.099	21.555	9.519	-15.574
Rondônia	12.922	6.476	-2.685	-1.016	-15.775
Goiás	71.952	69.818	63.716	27.376	-23.965
Ceará	58.968	42.463	51.461	48.021	-34.242
Amazonas	48.360	12.088	26.156	-3.829	-36.437
Para	56.217	40.503	29.132	21.074	-36.500
Espírito Santo	40.975	25.949	19.799	10.091	-44.856
Santa Catarina	82.977	63.763	75.852	53.017	-58.668
Bahia	83.161	43.423	53.814	22.873	-76.511
Paraná	125.807	89.251	89.109	39.861	-76.513
Pernambuco	95.627	52.256	35.068	-9.566	-87.297
Rio Grande do Sul	125.733	85.241	90.286	23.601	-94.409
Rio de Janeiro	208.755	157.127	105.896	54.123	-183.139
Minas Gerais	211.427	148.963	85.313	15.253	-196.772
São Paulo	566.933	347.268	260.417	44.865	-468.358
Brasil	2.026.571	1.372.594	1.138.562	420.690	-1.537.890

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração IPECE. Registros dentro e fora do prazo atualizados em 06/09/2016.

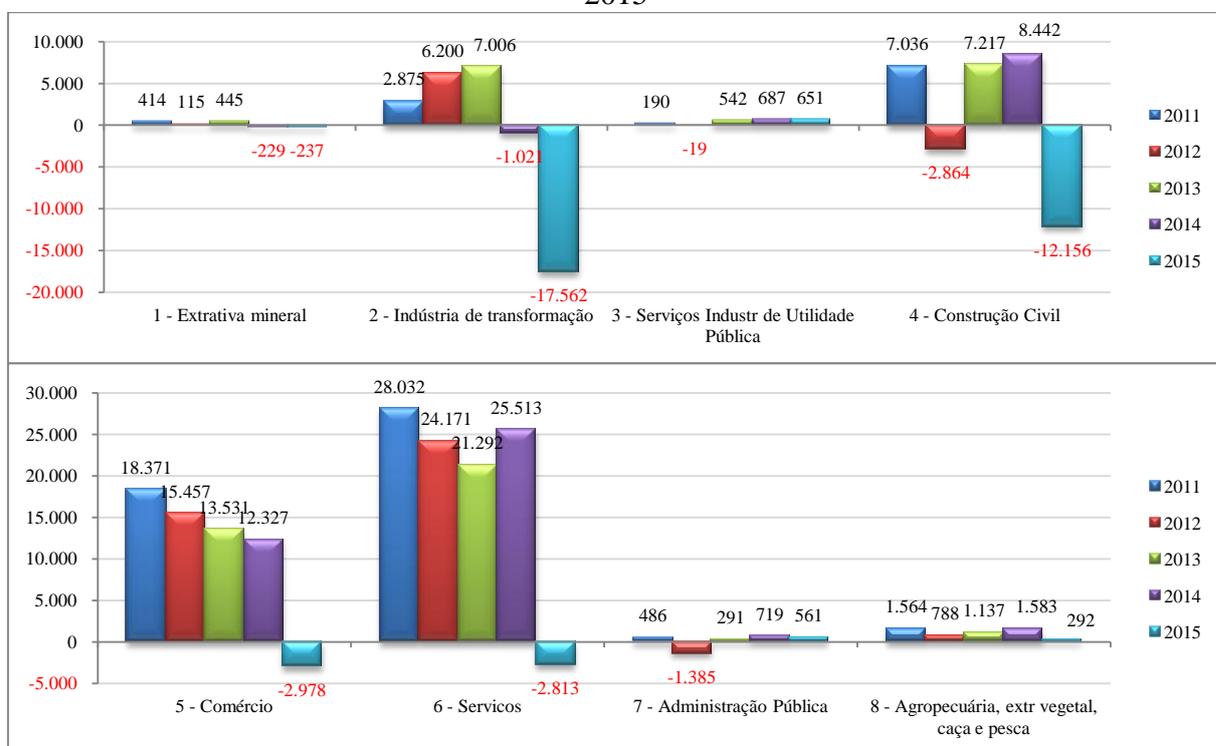
8.2 Análise dos Empregos Celetistas por Atividades

Nesta seção, serão apresentados os saldos de empregos gerados nos oito principais setores que formam a economia cearense. Na Figura 8.3 é mostrada a evolução do saldo anual de empregos gerados com carteira assinada desses setores para os anos de 2011 a 2015.

Pelos dados disponíveis é possível ordenar os setores que mais destruíram postos de trabalho no ano de 2015 no estado do Ceará: indústria de transformação (-17.562 vagas); construção civil (-12.156 vagas); comércio (-2.978 vagas); serviços (-2.813 vagas); extrativa mineral (-237 vagas). Por outro lado, três setores ainda conseguiram obter êxito na criação de postos de trabalho: agropecuária (+292 vagas); serviços industriais de utilidade pública (+651 vagas); e administração pública (+561 vagas).

Nota-se que a indústria de transformação já havia apresentado saldo negativo no ano de 2014, revelando o momento de retração desta atividade no Ceará. Já a construção civil experimentou momentos de forte expansão em suas contratações nos anos de 2013 e 2014, passando a fechar postos de trabalho apenas em 2015, revelando também as dificuldades enfrentadas por esta indústria. Por fim, os setores de serviços e comércio não haviam registrado ainda saldos negativos na série analisada até 2014. Contudo, em 2015, registraram significativa perda de postos de trabalho o que também contribuiu com o saldo negativo total do estado para o referido ano.

Figura 8.3: Evolução anual do saldo de empregos celetistas por atividades - Ceará - 2011 a 2015



Fonte: CAGED/MTE. Elaboração IPECE. Registros dentro e fora do prazo atualizados em 05/03/2015.

8.3 Análise dos Empregos Celetistas por Municípios

Pela Tabela 8.2 é possível observar a evolução do saldo anual de empregos com carteira assinada dos quarenta municípios cearenses que registraram os maiores saldos positivos no ano de 2015. O município cearense que mais gerou empregos no acumulado deste ano foi Icapuí com um total de 767 vagas, seguido por São Gonçalo do Amarante (+686 vagas); Granja (+588 vagas); Aracati (+527 vagas); e Quixeré (+511 vagas) para listar os cinco maiores.

Tabela 8.2: Evolução do saldo de empregos celetistas por municípios – Ceará – Acumulado do ano – 2011 a 2015 - (ordenado pelos maiores saldos positivos de 2015)

Ano Declarado	2011	2012	2013	2014	2015
Icapuí	282	263	369	522	767
São Gonçalo do Amarante	226	-1.058	379	2.122	686
Granja	-7	-5	-11	98	588
Aracati	370	226	282	1.010	527
Quixeré	483	565	140	-522	511
Várzea Alegre	-136	239	772	659	458
Crateús	288	148	120	211	449
Tianguá	659	197	701	551	286
Jijoca de Jericoacoara	94	132	167	307	244
Pentecoste	210	1.219	-281	-82	232
Pereiro	-32	37	112	89	203
Amontada	157	-116	-11	40	156
Itarema	47	-25	-12	97	131
Canindé	178	-26	148	398	127
Ipu	-50	100	75	23	125
Trairi	75	48	-39	32	107
Uruoca	17	21	1	5	95
Alcântaras	-23	-11	8	16	91
Apuiaries	4	11	207	70	89
Cascavel	791	294	305	11	83
Acopiara	85	69	92	140	75
Santana do Acaraú	5	8	14	34	74
Viçosa do Ceara	103	31	63	112	74
Jaguaribe	84	387	13	114	72
Solonópole	6	34	54	130	67
Marco	271	199	85	124	66
Palmácia	10	12	16	44	63
Beberibe	-394	148	-90	41	59
Massapê	56	-58	-3	52	42
Independência	60	-42	43	4	41
Acaraú	158	171	-10	305	40
Cruz	45	32	6	36	37
Fortim	50	11	8	74	37
Aracoiaba	116	85	99	-9	36
Banabuiú	11	5	3	14	35
Cariús	34	7	7	19	35
Catunda	24	23	-8	-17	35
Ibiapina	29	22	-29	51	35
Quixadá	132	-176	185	141	34
Icó	176	196	341	47	33
Subtotal	4.694	3.423	4.321	7.113	6.945
Ceará	58.968	42.463	51.461	48.021	-33.826

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração IPECE. Registros dentro e fora do prazo atualizados em 06/09/2016.

Por outro lado, na Tabela 8.3 são apresentados os quarenta municípios com os maiores saldos negativos de empregos no acumulado do ano de 2015. O município de Fortaleza registrou a maior perda de postos de trabalho com carteira assinada na economia cearense

com 22.983 vagas. Depois aparecem Sobral (-2.890 vagas); Maracanaú (-2.591 vagas); Horizonte (-2.337 vagas); e Russas (-1.392 vagas) para listar as cinco maiores perdas deste ano. Vale destacar que as grandes perdas de postos de trabalho ocorreram nos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza.

Tabela 8.3: Evolução do saldo de empregos celetistas por municípios – Ceará – Acumulado do ano – 2011 a 2015 - (ordenado pelos maiores saldos negativos de 2015)

Ano Declarado	2011	2012	2013	2014	2015
Fortaleza	39.443	27.098	22.443	23.470	-22.983
Sobral	-977	3.039	6.082	-575	-2.890
Maracanaú	1.639	2.210	3.020	13	-2.591
Horizonte	-1.853	-1.644	538	-859	-2.337
Russas	408	-103	611	704	-1.392
Eusébio	2.923	1.266	2.325	2.426	-1.206
Iguatu	901	747	518	200	-818
Maranguape	-775	-388	226	230	-551
Missão Velha	-110	-140	69	670	-546
Crato	-125	985	806	886	-532
Pacajus	1.150	630	331	118	-514
Barbalha	570	-584	-147	999	-496
Paraipaba	-430	218	153	283	-350
Itapagé	54	164	101	77	-318
Brejo Santo	57	-153	1.324	1.025	-308
Tururu	21	50	360	37	-212
Baturité	419	-50	151	-56	-206
Juazeiro do Norte	3.896	1.806	100	2.916	-198
Itaitinga	38	242	91	145	-195
Santa Quitéria	264	69	169	144	-192
Pacatuba	-42	489	727	-117	-172
Ubajara	35	-391	278	-27	-157
Caucaia	-220	943	2.713	4.814	-150
Acarape	187	192	168	-80	-124
Mauriti	836	-767	28	-89	-124
Palhano	18	-22	6	187	-123
Umirim	27	7	78	142	-123
Jaguaruana	382	-238	84	214	-119
Senador Pompeu	67	175	209	49	-114
Frecheirinha	135	580	342	393	-110
Morada Nova	176	559	786	649	-103
Paracuru	124	-7	132	62	-102
Aurora	-5	7	26	-72	-95
Caridade	145	-9	45	63	-80
Quiterianópolis	67	57	33	-33	-76
Tauá	287	83	141	305	-66
Uruburetama	194	91	76	-126	-64
Camocim	112	41	101	235	-56
Milagres	-9	-16	-22	82	-49
Aquiraz	856	1.420	817	-597	-44
Subtotal	50.885	38.656	46.039	38.907	-40.886
Ceará	58.968	42.463	51.461	48.021	-33.826

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração IPECE. Registros dentro e fora do prazo atualizados em 06/09/2016.

8.4 Considerações Finais

Pelos dados analisados, é possível supor que a deterioração econômica teve impactos na capacidade da economia nacional e cearense na geração de empregos com carteira de trabalho ao longo dos últimos anos, quando 2015 passou a registrar resultados negativos mensais, principalmente para a economia local.

Ademais, quando analisado o saldo anual, 2015 surge como o único ano que registrou saldo negativo de empregos na série do CAGED desde 2011. O fechamento de vagas de emprego no Ceará foi observado principalmente nos setores da indústria de transformação, construção civil, comércio e serviços e nos municípios de Fortaleza, Sobral, Maracanaú, Horizonte e Russas.

9 Finanças Públicas

Paulo Araújo Pontes

9.1 Introdução

Neste capítulo serão apresentados alguns indicadores que mensuram as contas públicas estaduais, tendo por objetivo analisar o comportamento deles durante o período de 2011 a 2015 e identificar que fatores contribuíram para o seu desempenho.

Nesse sentido optou-se por apresentar, em primeiro lugar, um resumo do balanço orçamentário do Estado do Ceará e, posteriormente, alguns indicadores foram elaborados utilizando os dados desse resumo. Adicionalmente, são apresentados os indicadores preconizados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Assim, este capítulo está organizado em cinco seções, sendo a primeira esta breve introdução. Na segunda são apresentados os dados da receita orçamentária do Estado e os indicadores de receita. Na terceira seção destina-se a análise e apresentação dos indicadores da despesa orçamentária. Na quarta seção são apresentados os indicadores da LRF e na quinta e última seção são tecidos alguns breves comentários conclusivos.

9.2 Receitas Orçamentárias

O primeiro ponto a ser abordado sobre as finanças públicas do Estado do Ceará são as receitas orçamentárias, cujos principais componentes são apresentados na Tabela 9.1. Como pode ser constatado, na referida Tabela, as receitas orçamentárias do Ceará cresceram, de 2011 a 2014, 16,1% e caíram 8,4% entre os anos de 2014 e 2015, assim, entre 2011 e 2015, as receitas orçamentárias cresceram 6,3%.

Entre as receitas orçamentárias as “Receitas Correntes” responderam, no período de 2011 a 2015, por 88,3%, em média, dos recursos disponíveis. Entre esses tipos de receitas destaca-se o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) com crescimento de 17,3%, até 2014, caindo 5,8%, em 2015, representando um crescimento de 10,5% no período de 2011 a 2015.

A segunda maior fonte de “Receita Corrente” são as transferências oriundas do FPE (Fundo de Participação dos Estados), que têm como origem a arrecadação do IR (Imposto

sobre a Renda) e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) arrecadados pelo Governo Federal. Como pode ser observado na Tabela 9.1, as transferências do FPE têm oscilado em torno de R\$ 5,7 bilhões, porém elas foram, em 2015, 3,7% menores do que aquelas registradas em 2011. Uma possível explicação para esse comportamento dos repasses do FPE é a crise econômica nacional, que teve início em 2014.

O último destaque das receitas correntes foi o desempenho da arrecadação com IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) e o ITCDD (Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doações) que, no período 2011 a 2015, cresceram 28,8% e 48,4%, respectivamente.

Tabela 9.1: Receitas Orçamentárias do Governo do Estado do Ceará
(R\$1.000,00 de Dez/2015)

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015
Receita Corrente	20.715.013,37	20.824.399,57	21.874.779,34	22.271.869,00	21.109.686,26
Receita Tributária	10.319.995,06	11.089.650,96	11.954.126,70	12.299.143,78	11.730.312,19
ICMS	8.818.736,46	9.388.088,65	10.087.199,67	10.349.013,93	9.746.022,53
IPVA	501.503,40	546.468,34	601.436,26	637.430,27	646.045,46
IR	632.191,43	709.062,63	771.433,86	811.930,05	833.337,41
ITCDD	51.858,76	48.471,87	70.082,37	62.434,01	76.945,94
Outros	315.705,02	397.559,47	423.974,54	438.335,51	427.960,85
Contribuições	1.314.591,41	513.034,48	532.458,80	575.515,06	531.553,41
Patrimonial	360.942,18	551.239,45	662.885,44	477.799,52	378.402,23
Serviços	70.904,61	65.626,26	57.953,91	47.988,07	60.362,94
Transferências Correntes	8.133.977,52	8.100.025,73	8.128.981,03	8.268.042,75	7.817.248,42
FPE	5.819.641,36	5.669.527,96	5.757.019,47	5.895.722,81	5.604.079,93
FUNDEB	1.438.468,62	1.396.374,01	1.399.626,15	1.456.897,28	1.382.579,06
Outras Transferências	875.867,54	1.034.123,76	972.335,42	915.422,66	830.589,42
Outras Receitas Correntes	514.602,59	504.822,69	538.373,47	603.379,81	591.807,08
Receitas de Capital	1.851.390,56	1.370.291,83	2.193.205,17	2.811.332,49	1.929.202,06
Operações de Crédito	1.205.322,06	1.012.177,69	1.402.014,54	1.808.117,05	1.539.756,90
Transferências de Capital	642.022,84	346.250,50	788.969,25	920.411,13	373.861,63
Outras Receitas de Capital	4.045,67	11.863,63	2.221,39	82.804,30	15.583,53
Receitas Intra-orçamentárias	-	917.526,77	950.764,58	1.096.720,15	940.314,30
Total Receitas	22.566.403,93	23.112.218,17	25.018.749,09	26.179.921,64	23.979.202,62
RCL	14.476.488,52	15.129.922,52	15.756.734,10	15.957.365,66	15.176.440,11

Fonte: STN/SISTN

Por sua vez, as “Receitas de Capital” cresceram 51,8%, entre 2011 e 2014, e caíram 31,4% em 2015, dessa forma o crescimento total, entre 2011 e 2015, foi de 4,2%. O principal item das “Receitas de Capital” são as operações de crédito que, entre 2011 e 2015, cresceram 27,7%, sendo importante destacar a queda de 14,8% das receitas dessas operações entre 2014 e 2015.

Relativamente às receitas correntes líquidas (RCL), que são os recursos efetivamente disponíveis ao Poder Executivo estadual para pagar suas despesas, constata-se que elas cresceram 10,2%, até o ano de 2014, entretanto registraram queda de 4,9% entre 2014 e 2015.

Dessa forma, entre 2011 e 2015, o crescimento da RCL do Governo cearense foi de apenas 4,8%.

Complementando a análise feita acima, optou-se por construir alguns indicadores com os dados apresentados na Tabela 1. Nesse sentido, será analisada a evolução da composição das receitas correntes do Governo do Estado e a participação setorial da arrecadação de ICMS.

Relativamente à evolução da composição das receitas o indicador escolhido mede a importância das receitas próprias no total da arrecadação estadual, assim considerou-se como fontes de arrecadação própria do Governo cearense as arrecadações tributária, de contribuições e as receitas patrimoniais e de Serviços, sendo o cálculo feito da seguinte forma

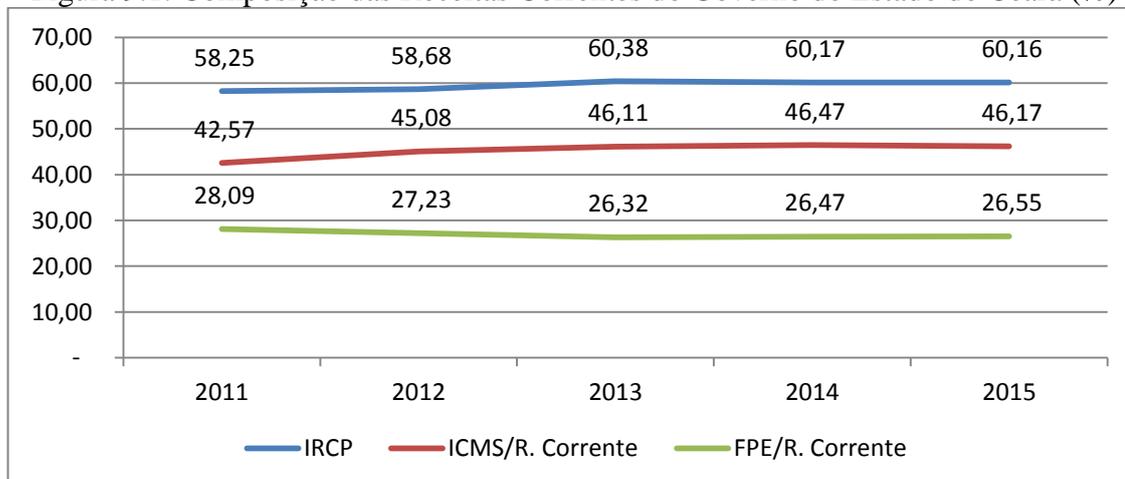
$$IRCP = 100 * \frac{Receitas\ Tributárias + Contribuições + Patrimoniais + Serviços}{Receitas\ Correntes}$$

Em que, IRCP é o Índice de Receitas Correntes Próprias.

Adicionalmente, considerou-se ainda a importância das receitas com ICMS nas receitas correntes $\left(\frac{100 * Receita\ de\ ICMS}{Receita\ Corrente}\right)$, dado que essa é a principal fonte de receita do Governo cearense e, de forma complementar, o comportamento da composição das receitas do FPE $\left(\frac{100 * FPE}{Receitas\ Correntes}\right)$. Os resultados obtidos são apresentados na Figura 9.1.

Como pode ser observado na Figura 9.1 houve um aumento na participação das receitas correntes próprias entre as receitas correntes, dado que o IRCP cresceu de 58,25%, em 2011, para 60,16%, em 2015, ou seja, o Governo cearense diminuiu sua dependência das receitas de transferências do Governo Federal para financiar seus gastos. É interessante observar a contribuição dada pela arrecadação de ICMS no aumento do IRCP, cujo crescimento foi de 3,6 pontos percentuais, entre 2011 e 2015, e a consequente perda de importância relativa do FPE na composição das receitas correntes do Estado, caindo de 28,09%, em 2011, para 26,55%, em 2015.

Figura 9.1: Composição das Receitas Correntes do Governo do Estado do Ceará (%)



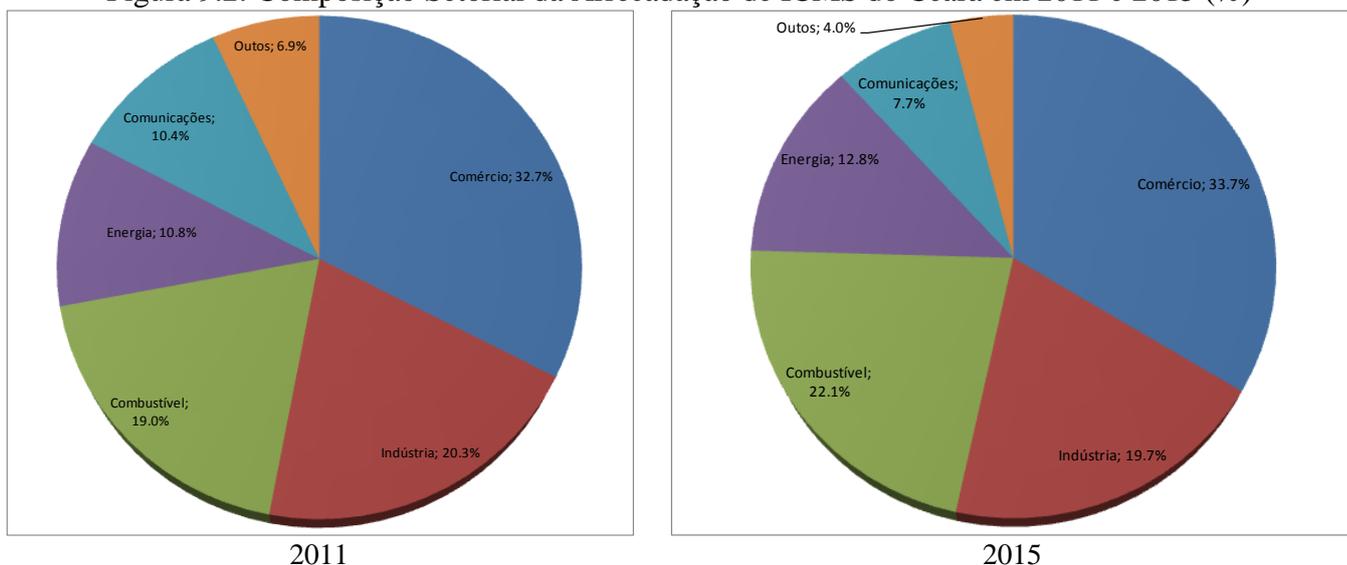
Fonte: STN/SISTN

Nesse sentido, é possível formular a hipótese de que, no período de 2011 a 2015, as contas públicas estaduais tornaram-se mais sensíveis à dinâmica da economia local, dado o incremento da importância das receitas locais para o financiamento do gasto público do Governo estadual. Entretanto, deve-se mencionar que ainda há uma significativa dependência das transferências do Governo Federal.

Quanto à composição da arrecadação estadual do ICMS, cujos dados são apresentados na Figura 9.2, constata-se que, tanto em 2011 como 2015 o principal setor foi o comércio atacadista e varejista. Já o setor industrial perdeu importância relativa, entre 2011 e 2015, passando a ocupar a terceira posição, na composição setorial da arrecadação, sendo ultrapassado pelo setor de combustíveis.

Uma última observação, quanto aos dados apresentados na Figura 9.2, é que houve um aumento na participação de setores que, ao menos em tese, possuem uma menor elasticidade-preço da demanda, que são os setores de Combustíveis, Energia e Comunicações. Esses três setores respondiam, em 2011, por 40,2% da arrecadação de ICMS e, em 2015, por 42,6%.

Figura 9.2: Composição Setorial da Arrecadação de ICMS do Ceará em 2011 e 2015 (%)



Fonte: Boletim Confaz

9.3 Despesas Orçamentárias

O segundo grupo de indicadores analisado nesse capítulo refere-se aos indicadores de despesa, assim são apresentados na Tabela 9.2 os dados das despesas orçamentárias do Governo do Estado do Ceará para o período 2011 a 2015. Como pode ser observado na Tabela 9.2, as despesas orçamentárias do Governo cearense decresceram 2,1%, no período em análise, sendo a queda mais representativa quando se observa o comportamento entre os anos de 2014 e 2015, com uma redução de 10,8% da despesa estadual.

O principal componente da redução da despesa do Governo cearense foi a queda da despesa de capital que, entre os anos de 2011 e 2015, teve uma redução de 22,8%, enquanto em idêntico período a despesa corrente cresceu 2,8%. Analisando-se os dois últimos anos da série, 2014 e 2015, observa-se um corte mais significativo, de 35,4%, nas despesas de capital, enquanto as despesas correntes recuaram 4,4%.

Entre as despesas de capital deve-se destacar o comportamento das rubricas investimentos e amortizações da dívida. Considerando-se o período de 2011 a 2015 constata-se que a primeira teve uma redução 32,1% e a segunda um incremento 40,5%. A partir desses números, é possível supor que um importante componente do ajuste fiscal do Estado, no ano de 2015, foi a redução das despesas de investimentos, por outro lado a contratação de empréstimos, em anos anteriores a 2015, como será visto mais adiante, contribuiu para o incremento das despesas com amortizações.

Quanto às despesas correntes, constata-se, ainda na Tabela 9.2, que houve, entre 2011 e 2015, um crescimento 5,8% das despesas com pessoal, sendo esse desempenho justificado, principalmente, pelo incremento de 29,0% das despesas com aposentadorias, já os vencimentos caíram 4,7% no período em análise. Esse fato será abordado com mais detalhes adiante.

De forma complementar ao crescimento dos gastos com amortizações, é possível constatar o crescimento de 43,1% nas despesas com pagamentos de juros, entre 2011 e 2015. Por fim, ressalte-se ainda o crescimento das transferências aos municípios e para entidades privadas com e sem fins lucrativos, que apresentaram crescimento, entre 2011 e 2015, de 9,9% e 34,1%, respectivamente.

Tabela 9.2: Despesas Orçamentárias do Governo do Estado do Ceará
(R\$1.000,00 de Dez/2015)

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015
Despesa Corrente	17.784.782,50	17.140.030,95	18.023.533,36	19.121.901,22	18.287.950,25
Despesa com pessoal	9.445.789,69	9.346.748,09	9.740.708,46	10.100.651,22	9.997.648,94
Aposentadorias, reformas e pensões	2.102.254,22	2.440.357,35	2.577.779,20	2.674.471,35	2.711.623,03
Vencimentos (Civil e Militar)	5.984.421,23	5.391.809,78	5.502.783,03	5.712.200,34	5.704.670,04
Outros	1.359.114,23	1.514.580,97	1.660.146,22	1.713.979,52	1.581.355,87
Juros e Encargos	289.749,62	308.194,75	290.265,85	329.432,98	414.556,09
Outras despesas correntes	8.049.243,19	7.485.088,10	7.992.559,05	8.691.817,02	7.875.745,22
Transf. a municípios	2.523.047,11	2.696.755,49	2.995.660,86	2.912.312,96	2.772.845,10
Transf. a entidades privada	654.411,34	787.873,30	802.495,05	979.026,40	877.565,37
Aplicações Diretas	3.276.904,02	3.936.653,76	4.048.322,58	4.265.678,29	3.764.377,97
Outras	1.594.880,72	63.805,56	146.080,55	534.799,37	460.956,78
Despesas de Capital	4.168.863,61	3.611.961,63	3.639.388,17	4.986.574,64	3.220.184,67
Investimentos	3.546.772,53	2.582.685,58	2.637.372,99	3.846.734,47	2.411.486,94
Amortização da dívida	490.520,75	856.911,47	621.411,15	659.407,59	689.352,12
Outras	131.570,33	172.364,58	380.604,03	480.432,58	119.345,62
Despesa Total	21.953.646,11	20.751.992,58	21.662.921,53	24.108.475,86	21.508.134,93

Fonte: STN/SISTN

Complementando as informações constantes na Tabela 9.2, e de forma similar a análise das receitas, optou-se pela apresentação de alguns indicadores sobre o comportamento das despesas orçamentárias do Governo do Ceará. Dessa forma, foram escolhidos três grupos de indicadores para analisar a composição do gasto orçamentário do Estado: o comportamento

do gasto com pessoal, como proporção da despesa corrente; a composição das despesas de capital; e o financiamento das despesas de capital do Ceará.

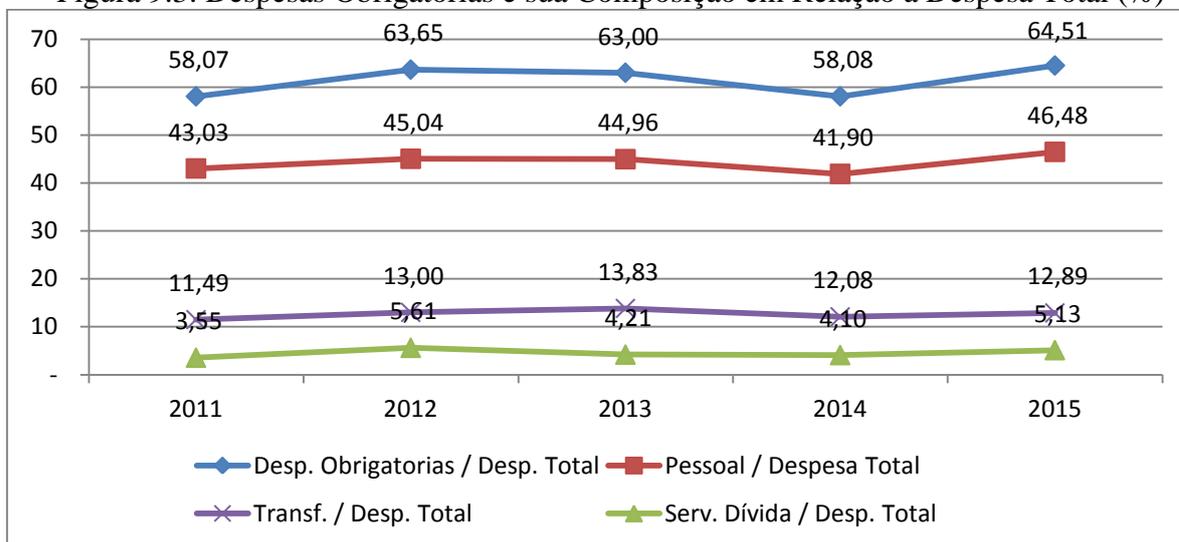
O primeiro grupo de indicadores, o da composição do gasto orçamentário, busca mensurar o nível de gasto obrigatório do orçamento do Estado, sendo considerado como obrigatórios os gastos com pessoal, juros e encargos, as transferências aos municípios e as amortizações da dívida, sendo o indicador calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{Obrigatório} = 100 * \frac{\text{Dep. com Pessoal} + \text{Juros e Encargo} + \text{Transf. aos Municípios} + \text{Amort. Dívidas}}{\text{Despesa Total}}$$

Destaque-se que dessa análise foram excluídos os gastos vinculados às receitas do Estado (notadamente as despesas com educação e saúde) pois não foi possível identificar os gastos com pessoal dessas duas áreas, assim considerá-los levaria a uma dupla contagem do gasto. Adicionalmente foi apresentado o comportamento de cada um dos itens destacados no cálculo do indicador.

Os resultados obtidos pelo cálculo do indicador dos gastos obrigatórios são apresentados na Figura 9.3. Como pode ser observado na referida Figura a despesa obrigatória do Governo do Estado oscilou entre 58% e 64,5%, no período de 2011 a 2015, sendo o principal componente dessas despesas o gasto com pessoal. Já as transferências aos municípios têm representado, em média, 12,6% das despesas totais. Por fim, o serviço da dívida, juros, encargos e amortizações, representam, em média, menos de 5% da despesa orçamentária do Ceará.

Figura 9.3: Despesas Obrigatórias e sua Composição em Relação a Despesa Total (%)



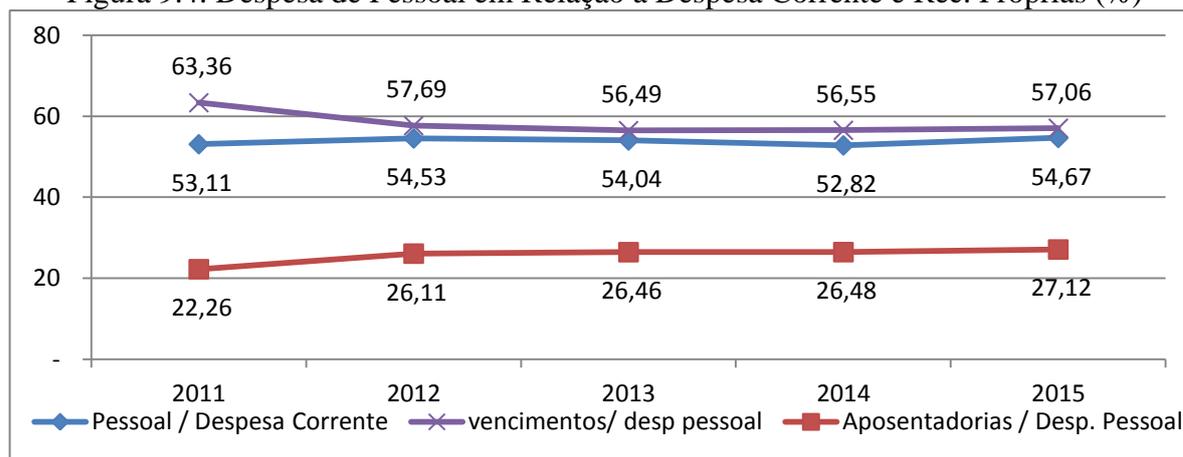
Fonte: STN/SISTN

Quanto à despesa com pessoal, ver os dados da Figura 9.4, observa-se que sua participação nos gastos correntes manteve-se praticamente constante, entre os anos de 2011 e 2015, haja vista que sua participação oscilou entre 53% e 54,6% das despesas correntes do Estado. Entretanto ao analisar-se a composição do gasto com pessoal, verifica-se que está havendo uma mudança nas participações relativas, dado que houve uma redução no gastos com vencimentos de pessoal ativo e um crescimento no gasto com o pagamento de aposentadorias. Assim observa-se, na Figura 9.4, que a despesa com vencimentos caiu de

63,3% da despesa com pessoal, em 2011, para 57%, em 2015. Já a despesa com aposentadorias cresceu de 22,2% das despesas com pessoal, em 2011, para 27,12%, em 2015.

É interessante observar que essa mudança da composição no gasto com pessoal pode representar uma importante pressão de despesas para o Governo estadual, dado que se adota no regime previdenciário do Estado o sistema de repartição, ou seja, a contribuição daqueles que estão na ativa financiam o pagamento dos proventos dos aposentados e, caso ocorram, *déficits* previdenciários devem ser cobertos pelo Tesouro Estadual.

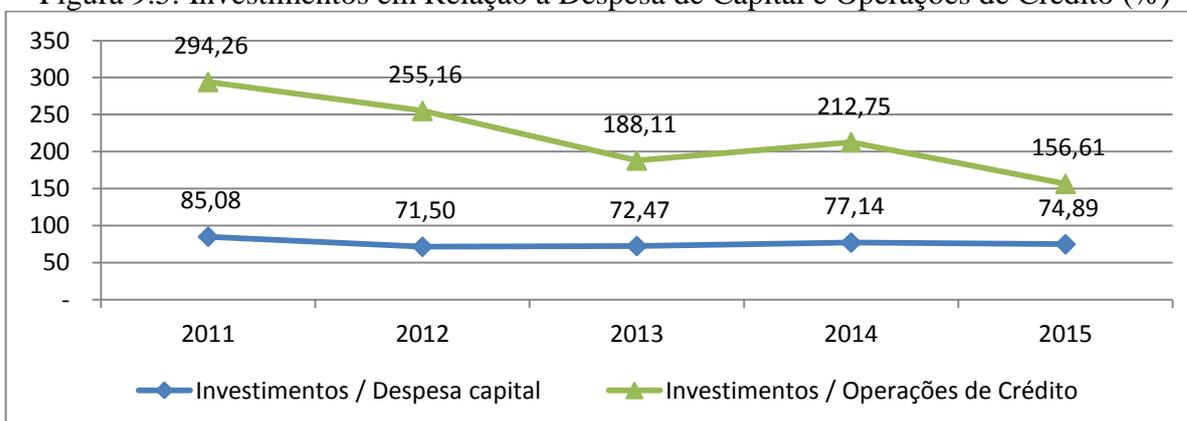
Figura 9.4: Despesa de Pessoal em Relação a Despesa Corrente e Rec. Próprias (%)



Fonte: STN/SISTN

O terceiro grupo de indicadores dos gastos orçamentários permite analisar a composição dos gastos de capital $\left(\frac{100 \cdot \text{investimenots}}{\text{Despesas de Capital}}\right)$ e como estão sendo financiados os investimentos realizados pelo Estado $\left(\frac{100 \cdot \text{Investimentos}}{\text{Operações de Crédito}}\right)$, com os dados sendo apresentados na Figura 9.5. Como pode ser observado na referida Figura as despesas com investimentos reponderam, no período em análise, por cerca de 75% da despesa de capital do Estado. Já seu financiamento, em 2011, ocorreu, principalmente, com recursos próprios do Estado, já que eles correspondiam a 294% do valor das operações de crédito do Estado. Entretanto, em 2015, observa-se que a realização de investimentos estava mais dependente da obtenção de recursos de terceiros, dado que os investimentos, nesse ano, correspondiam a 156% das operações de crédito.

Figura 9.5: Investimentos em Relação a Despesa de Capital e Operações de Crédito (%)



Fonte: STN/SISTN

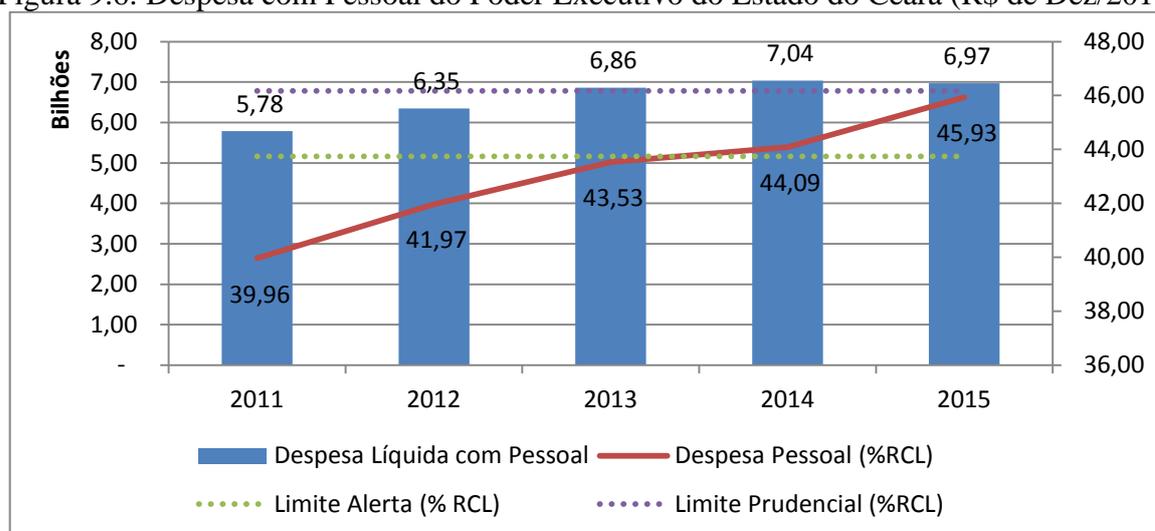
9.4 Indicadores da LRF¹¹

O terceiro grupo de indicadores fiscais analisados nesse capítulo são aqueles elencados na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que são os limites com gasto de pessoal, os gastos com o serviço da dívida e o limite de endividamento do Estado. Assim, na Figura 9.6, são apresentados tanto a despesa líquida com pessoal como sua proporção relativamente a RCL do Estado.

Como pode ser observado na Figura 9.6, a despesa líquida com pessoal do Poder Executivo Estadual cresceu entre os anos de 2011 e 2014, apresentando um ligeiro decréscimo no ano de 2015, de, aproximadamente, R\$ 7 bilhões. Por outro lado, quando se considera sua proporção com relação à RCL, observa-se um crescimento em todos os anos em análise, crescendo de 39,9% da RCL, em 2011, para 45,9%, em 2015. Nesse sentido, constata-se que a despesa líquida com pessoal ultrapassou, em 2014, seu limite de alerta e, em 2015, aproximou-se do limite prudencial.

Quanto ao comportamento da despesa líquida de pessoal, relativamente a RCL, em 2015, deve-se mencionar que esse resultado foi consequência da queda da RCL nesse ano em nível mais elevado do que a queda da despesa líquida com pessoal.

Figura 9.6: Despesa com Pessoal do Poder Executivo do Estado do Ceará (R\$ de Dez/2012)

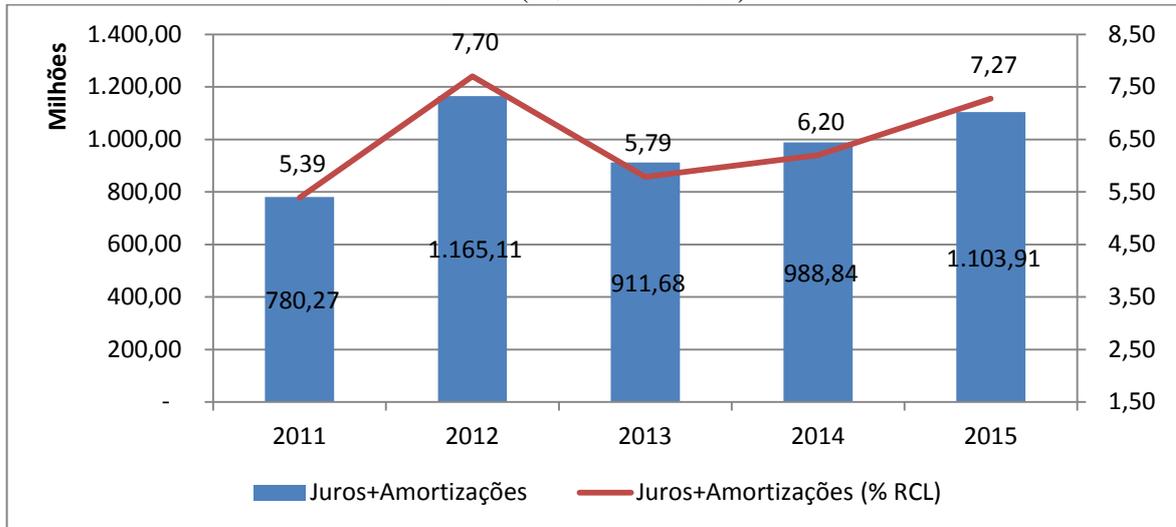


Fonte: Sefaz

O segundo indicador analisado foi o comprometimento anual com pagamentos de juros, encargos e amortizações da dívida consolidada, cujo limite foi estabelecido pela Resolução 43/2001 do Senado Federal, e não pode exceder 11,5% da RCL. Como pode ser constatado na Figura 9.7, essa despesa alcançou valor máximo, de 7,7% da RCL, no ano de 2011, entretanto esse valor decresceu entre os anos de 2012 e 2015, alcançando 7,27% da RCL. Dessa forma, pode-se afirmar que essa despesa está bem distante do limite estabelecido, entretanto tem apresentado, nos últimos anos, um comportamento crescente, sendo isso uma decorrência do aumento da dívida consolidada do Estado.

¹¹ Não foi incluída nessa análise as despesas com pessoal dos poderes legislativo e judiciário pois elas não estavam disponíveis nem no site da SEFAZ-Ce nem no da Secretária do Tesouro Nacional.

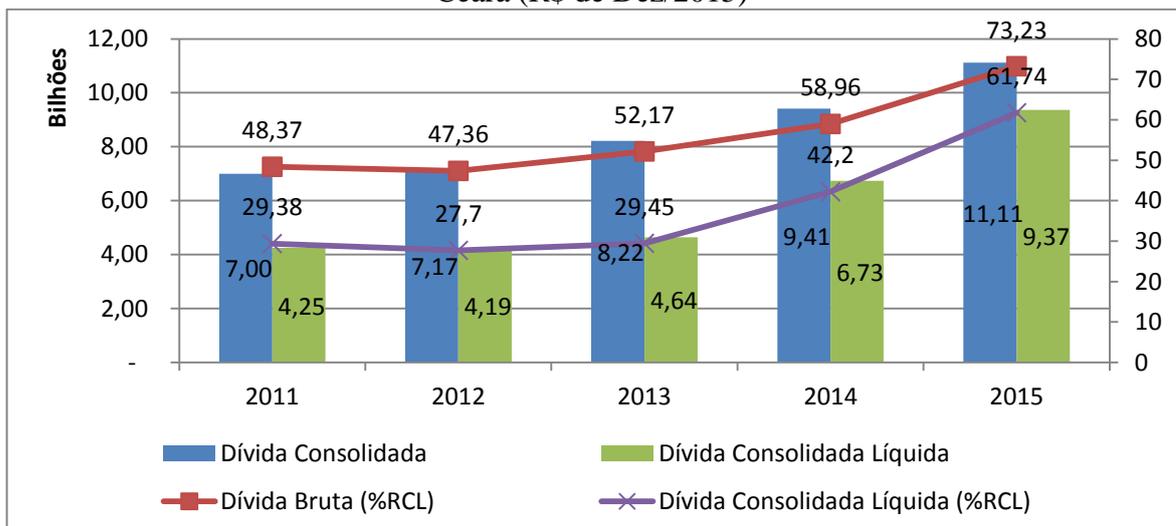
Figura 9.7: Despesas com Pagamento de Juros e Amortizações do Governo do Estado do Ceará (R\$ de Dez/2015)



Fonte: Sefaz.

Por fim, o último indicador analisado, a dívida consolidada líquida do Estado, observa-se, pela inspeção da Figura 9.8, que ela cresceu de 27,7% da RCL, em 2012, para 61,74% da RCL, em 2015. Como o limite, estabelecido na LRF, é de 200% da RCL constata-se que o Estado possui capacidade de expandir sua dívida pública e, como observado anteriormente, garantir recursos para a realização de investimentos pelo Governo estadual. Quanto ao valor da dívida consolidada líquida, observa-se que ela era de R\$ 4,19 bilhões, em 2012, e aumentou para R\$ 9,37 bilhões, em 2015.

Figura 9.8: Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida do Governo do Estado do Ceará (R\$ de Dez/2015)



Fonte: Sefaz.

9.5 Considerações Finais

Como pôde ser observado neste capítulo o Governo do Estado do Ceará tem reduzido sua dependência com relação às transferências de receitas do Governo Federal, entretanto deve-se pontuar que ainda há uma considerável dependência de receitas de transferências.

Chama atenção ainda, do lado das despesas, o fato de que a despesa com pessoal estar mantendo-se, proporcionalmente às receitas correntes, em níveis mais ou menos estáveis. Além disso, está havendo uma mudança em sua composição, dado que a participação das despesas com inativos tem crescido e os gastos com vencimentos dos ativos estão decaindo. Entretanto, ao analisar-se os indicadores da LRF constata-se que a despesa com pessoal do Poder Executivo está próxima do limite prudencial.

Outro ponto destacado foi que os gastos com investimentos estão mais dependentes das operações de crédito, isto é, os investimentos estaduais estão sendo cada vez menos financiados por recursos próprios. Complementarmente, constatou-se que o nível de endividamento do Estado aumentou substancialmente nos últimos cinco anos.

10 Notas Conclusivas

Observou-se no cenário econômico nacional, no período de 2011 a 2015, uma significativa deterioração das condições da economia nacional, sendo a queda na taxa de crescimento econômico, em 2015, a piora das expectativas econômicas no período e a deterioração das contas públicas da União reflexos desse fenômeno.

Como se pôde observar essa deterioração comprometeu o desempenho econômico cearense entre os anos de 2011 e 2015, tendo a economia cearense experimentado uma queda na atividade econômica, em 2015, mais intensa do que a nacional. Entretanto, deve-se destacar que, apesar da queda de 2015, houve um crescimento da importância da economia estadual na nacional, tendo o Ceará alcançado a participação de 2,22% do PIB nacional e a renda *per capita* local ultrapassado o limite de 50% da renda nacional.

Relativamente aos setores econômicos foi observado que o setor agrícola foi, no período em análise, negativamente influenciado pela irregularidade das chuvas do período, sendo constatada a queda na produção de vários produtos agropecuários e, conseqüentemente, a perda de participação desse setor na composição do PIB.

No âmbito do setor industrial, devido ao perfil de produção, caracterizado pela concentração em bens de consumo não duráveis, a indústria de transformação cearense se ressentiu, a partir de 2011, da redução observada no consumo das famílias. Por outro lado, a Construção civil, favorecida por uma combinação virtuosa de estímulos públicos e investimentos privados, preservou taxas relevantes de expansão, contrapondo a realidade da transformação. Em 2015, com a piora considerável das adversidades econômicas e políticas, os segmentos de transformação e construção amargaram resultados negativos.

Outra contribuição negativa para o desempenho do PIB cearense foi o comportamento do setor externo cearense em que o crescimento das importações e queda das exportações resultou em um significativo incremento do déficit comercial do Estado.

Conseqüentemente, o desempenho da economia cearense fez-se refletir também nas contas públicas estaduais, tendo-se observado, em 2015, queda tanto nas receitas arrecadadas quanto nas recebidas de transferidas da União. Do lado das despesas foi constatado que as despesas de pessoal com inativos está crescendo mais do que as com pessoal ativo, o que, no futuro, poderá representar significativas pressões nas contas previdenciárias do Estado.

Bibliografia

- BORJAS, G. J.** *Economia do Trabalho*. Porto Alegre: AMGH Editora, 2012.
- CARVALHAIS, Jane Noronha.** *Relações intergovernamentais e mecanismos redistributivos: avanços e limitações do sistema de partilha da cota-parte municipal do ICMS em Minas Gerais*. Belo Horizonte: (Tese de Doutorado), 2010.
- GONÇALVES, C. E. S.; GIOVANNETTI, B. C.** *Economia na Palma da Mão. Do Economês Para o Português*. São Paulo: Benvirá, 2015.
- IBGE.** *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Notas Metodológicas. Rio de Janeiro: Volume 1, 2014.
- IBRE.** *Boletim Macro IBRE*. Rio de Janeiro, Janeiro de 2016.
- IPECE.** *Ipece Conjuntura*. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Fortaleza, v. 1, n. 04. 2012.
- IPECE.** *Ipece Conjuntura*. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Fortaleza, v. 2, n. 04. 2013.
- IPECE.** *Ipece Conjuntura*. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Fortaleza, v. 3, n. 04. 2014.
- IPECE.** *Ipece Conjuntura*. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Fortaleza, v. 4, n. 04. 2015.
- IPECE.** *IPECE Informe N° 90 – Análise comparativa da dinâmica dos principais indicadores do mercado de trabalho nacional, nordestino e cearense*. 2016a
- IPECE.** *IPECE Informe N° 92 – Desempenho do Comércio Varejista Cearense em 2015*. 2016b.
- MENDES, M.** *Por que o Brasil Cresce Pouco? Desigualdade, Democracia e Baixo Crescimento no País do Futuro*. Rio de Janeiro: Campus, 2014.
- MENEZES, A. S. B., PAIVA, W. L.** *Evolução das Atividades Econômicas* In: BARRETO, F. A. F. D., MENEZES, A. S. B. *Desenvolvimento Econômico do Ceará: evidências recentes e reflexões*. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, p. 58-114, 2014.

- PAIVA, W. L.** *Indústria* In: CAVALCANTE, A. L., MAGALHÃES, K. A. Indicadores Econômicos do Ceará 2012. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, p.41-52, 2014.
- PAIVA, W. L.** *A Indústria de Transformação Cearense em 2015*. Enfoque Econômico nº 137. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2016.
- RIANI, Flávio.** *Economia do Setor Público: Uma Abordagem Introdutória*. 4º Edição, São Paulo: Atlas, 2002.
- SOLOW, R.** *A Contribution to the Theory of Economic Growth*. Quarterly Journal of Economics, v.70, n.1, p. 65-94, 1956.
- SOLOW, R.** *Technical Change and the Aggregate Production Function*. The Review of Economics and Statistics, v.39, n.3, p. 312-320, 1957.